



**CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS – NÍVEL DE
MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA

O DISCURSO SOBRE AS COTAS PARA NEGROS NA REVISTA *VEJA*

CASCABEL – PR
2012

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA

O DISCURSO SOBRE AS COTAS PARA NEGROS NA REVISTA VEJA

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – nível de Mestrado – área de concentração em Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Interdiscurso: Práticas Culturais e Ideologias.

Orientador: **Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central do Campus de Cascavel – Unioeste
Ficha catalográfica elaborada por Jeanine da Silva Barros CRB-9/1362

O48d Oliveira, Luiz Carlos de
O discurso sobre as cotas para negros na revista *Veja*. / Luiz Carlos de Oliveira.— Cascavel, PR: UNIOESTE, 2012.
151 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, Centro de Educação, Comunicação e Artes.
Bibliografia.

1. Análise do discurso. 2. Revista *Veja*. 3. Imprensa. 4. Cotas para negros. I. Soares, Alexandre Sebastião Ferrari. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 21ed. 401.41

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA

O DISCURSO SOBRE AS COTAS PARA NEGROS NA REVISTA VEJA

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Mestrado, área de Concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares - UNIOESTE
Orientador

Profa. Dra. Lucília Maria Souza Romão - USP
Membro Efetivo

Prof. Dr. João Carlos Cattelan - UNIOESTE
Membro Efetivo

Dedico este trabalho aos meus pais, José Barbosa de Oliveira e Maria do Socorro Nascimento de Oliveira, e aos meus irmãos, Verônica Rosemary de Oliveira e Adriano Aparecido de Oliveira, por todos os melhores sentidos possíveis que eles podem significar.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares, pela orientação sábia e amiga, pelos exemplos, pelo conhecimento e dedicação, pela responsabilidade, sinceridade e objetividade presentes em cada ação ou palavra, pela alegria que se faz cercar e tomar quem o rodeia. Pela tranquilidade e acessibilidade existentes na relação com os orientandos.

À Alesandra Oriente, minha namorada, companheira em todos os momentos, grande incentivadora na conquista desta titulação.

À professora Dra. Aparecida Feola Sella, pelo exemplo, pela dedicação, pela seriedade e pelo amor à vida acadêmica. Por ajudar nas disciplinas ministradas, principalmente no contato com o mundo da linguística e por fazer com que esse contato não se tornasse traumático.

À professora Dra. Terezinha da Conceição Costa-Hubes, pela dedicação aos alunos nas disciplinas ministradas.

À professora Dra. Roselene de Fátima Coito. Através das suas disciplinas ministradas e dos momentos nos quais participou – integrando banca de avaliação – da construção desta pesquisa, me deu sugestões valiosas, principalmente no que concerne às questões teóricas da AD.

À professora Dra. Regina Coeli Machado e ao professor Dr. Paulo Porto Borges, pelas sugestões dadas e referências bibliográficas sugeridas no Seminário de Pesquisa.

Especialmente ao professor Dr. João Carlos Cattelan, pelo profundo conhecimento que possui e fomenta nas discussões das disciplinas ministradas. Pelo rigor teórico; por esmiuçar os textos de Michel Pêcheux; pela dedicação com que avaliou os textos do Seminário de Pesquisa e da Qualificação, passando segurança sobre os direcionamentos que poderiam ser dados.

Às minhas colegas do Programa de Mestrado em Letras, “a turma da AD”, Cibelle Preussler, Claudineya Grzeszeszyn, Mirielly Ferraça e Simone Gehlen, com quem dividi momentos de alegria, afeição, angústia, companheirismo e amizade.

Ao Alexandre Zanella, pela atenção, leitura e revisão dos textos. Pelas sugestões dadas. Por me disponibilizar prontamente a sua dissertação.

Eles que são brancos e os que não são eles
Que são machos e os que não são eles que
São adultos e os que não são eles que são
Cristãos e os que não são eles que são ricos
E os que não são eles que são sãos e os que
Não são todos os que são mas não acham
Que são como os outros que se entendam
Que se expliquem que se cuidem que se

(Ricardo Aleixo, *Branco*)

OLIVEIRA, Luiz Carlos de. *O discurso sobre as cotas para negros na revista Veja*. 2012. 151p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Concentração em Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Oeste deo Paraná – Unioeste. Cascavel, 2012.

RESUMO

Neste trabalho abordo o discurso a respeito das *cotas para negros* presente nas páginas da revista *Veja*. Estabeleci como recorte temporal da pesquisa os anos de 2009 a 2011. A questão central do estudo é traçar como se constitui o discurso do semanário sobre as *cotas*. Assim, o objetivo geral do trabalho, sustentado nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso Francesa, é compreender como se constitui o processo discursivo sobre as *cotas para negros* no semanário durante o recorte temporal estabelecido, período no qual o tema está em intenso debate no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal, tomando também as páginas da imprensa. O trabalho está fundamentado, principalmente, nos estudos de Mariani (1998), Moura (2004), Orlandi (2007a [1999], 2007b [1992]), e Pêcheux (2009 [1988], 2008 [1990]). Através da pesquisa *on-line* no endereço virtual <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>, foi possível fazer a busca dos textos que abordaram as *cotas para negros*. A busca dos textos no espaço virtual esteve orientada pelo estabelecimento prévio de palavras-chave: *ações afirmativas, políticas afirmativas, cotas, cotas raciais, cotas universitárias, raça, miscigenação, negro, negros, negra, negras, afrodescendente, afrodescendentes, discriminação, preconceito, racismo*. As palavras-chave foram pensadas a partir da pré-leitura de matérias da revista nas quais a discussão sobre as *cotas* ocorria e dos objetivos traçados para a pesquisa: destacar as estratégias utilizadas na constituição discursiva de *Veja* como forma de organizar e respaldar o seu discurso; refletir as condições de produção que marcam a produção do discurso sobre o tema; perceber que imaginário sobre o negro está presente no discurso da revista ao tratar das *cotas*; através do destaque das formações discursivas predominantes na análise do *corpus*, trazer os principais aspectos do processo discursivo sobre as *cotas para negros*. Para a análise, selecionei sequências discursivas considerando o curso parafrástico, ou seja, o reforço e a sedimentação de determinados efeitos de sentidos sobre o tema nas páginas do semanário. Além disso, selecionei para análise oito cartas de leitores e nove imagens fotográficas. Estruturei as abordagens orientadas por três eixos articulados que compõem o trabalho: o caráter histórico sobre a presença do negro no Brasil e seus desdobramentos; questões teóricas e que envolvem a imprensa; e, por fim, a análise do *corpus*. Pode-se concluir que, ancorada nos pré-construídos da democracia racial, do mérito individual aliado ao da igualdade jurídica, *Veja* se opõe às *cotas para negros* e, para isso, mobiliza o discurso de especialistas e de negros contrários às *cotas* e o discurso científico, silenciando as reivindicações dos movimentos *pró-cotas* e apontando para outras alternativas que possibilitem a inserção dos negros que desconsideram as *cotas*. Produzindo, portanto, os efeitos de sentidos do “perigo”, do “risco”, da ingerência política e “ideológica” do governo federal “petista”, da “racialização” do país. Nesse processo, o negro é produzido imaginariamente de maneira dual, bom ou mau, de acordo com as posições discursivas ocupadas pelo periódico.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso, revista *Veja*, imprensa, cotas para negros.

OLIVEIRA, Luiz Carlos de. *O discurso sobre as cotas para negros na revista Veja*. 2012. 151p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Concentração em Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Oeste deo Paraná – Unioeste. Cascavel, 2012.

ABSTRACT

In this study, I discuss the discourse about the quotas for black people in the pages of *Veja* magazine. I established as a time frame for the research the years from 2009 to 2011. The main question of the study is to set how the discourse in the weekly magazine is constituted. Thus, the central objective of this work, supported by the theoretical principles of the French Discourse Analysis, is to comprehend how the discursive process about the quotas for black people in the magazine is constituted during the established time frame, time in which the topic is in a strong debate in the National Congress of Brazil and in the Federal Supreme Court, also gaining the pages of the press. The study is based mainly on studies of Mariani (1998), Moura (2004), Orlandi (2007a [1999], 2007b [1992]) and Pêcheux (2009 [1988], 2008 [1990]). Through online research at the address <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>, it was possible to search the texts that discussed the quotas for blacks. The search for texts online was guided by prior establishment of keywords: *affirmative action*, *affirmative action policies*, *quotas*, *racial quotas*, *university reserving quotas*, *race*, *miscegenation*, *black (male, female)*, *blacks*, *African descendant*, *African descendants*, *discrimination*, *prejudice*, *racism*. The keywords were considered from the pre-reading of magazine's reports in which the discussion about the quotas occurred and from the objectives set for the research: to highlight the strategies used in the discursive constitution of *Veja* as a way to organize and support its discourse; to reflect the conditions of production that mark the production of discourse about the topic; to comprehend what imaginary about the black is present in the magazine's discourse to address the quotas; by highlighting the discursive formations prevalent in the analysis of the *corpus*, to bring the main aspects of the discursive process about the quotas for black people. For the analysis, I selected discursive sequences considering the paraphrastic course, i.e., the reinforcement and the sedimentation of determined meaning effects about the topic in the pages of the weekly magazine. Besides, I selected for analysis eight reader's letters and nine photographs. I structured the discussion guided by three articulated axis that constitute this study: the historical feature about the presence of blacks in Brazil and its developments; theoretical questions that involve the press; and finally the analysis of the *corpus*. It can be concluded that, supported by the pre-constructed of racial democracy and individual merit allied to legal equality, *Veja* opposes the quotas for blacks and, for that, mobilizes the discourse of experts and blacks against the quotas and the discourse of science, silencing the claims of pro-quota movements and pointing to other mechanisms that enable the integration of blacks that do not consider the quotas. Producing, therefore, meaning effects of "danger", "risk", political and "ideological" interference of the Worker's Party federal government and "racialization" of the country. In this process, the black is imaginatively produced in a dual way, good or bad, according to the discursive positions supported by the magazine.

KEYWORDS: Discourse Analysis, *Veja* magazine, press, quotas for black people.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 01	130
Foto 02	132
Foto 03	133
Foto 04	135
Foto 05	135
Foto 06	136
Foto 07	137
Foto 08	137
Foto 09	138

LISTA DE ABREVIATURAS

- AD – Análise do Discurso
- ADPF – Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
- CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília
- DEM – Democratas (partido político)
- DD – Discurso Direto
- FD – Formação Discursiva
- FI – Formação Ideológica
- FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MEC – Ministério da Educação
- MNU – Movimento Negro Unificado
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PROUNI – Programa Universidade Para Todos
- SD – Sequência Discursiva
- STF – Supremo Tribunal Federal
- SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O NEGRO E AS COTAS: ASPECTOS HISTÓRICOS E DISCURSIVOS	22
2.1 O MOVIMENTO NEGRO	28
2.2 AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS PARA NEGROS	30
3 A ANÁLISE DO DISCURSO E A CONSTITUIÇÃO DOS EFEITOS DE SENTIDOS NA IMPRENSA	39
3.1 A ANÁLISE DE DISCURSO E A RELAÇÃO INTRINCADA ENTRE LINGUAGEM, IDEOLOGIA E INCONSCIENTE	39
3.1.1 Michel Pêcheux e a crítica à semântica e ao idealismo	39
3.1.2 A constituição dos sujeitos e dos sentidos	44
3.1.3 Interdiscurso, esquecimentos e condições de produção	52
3.2 IMPRENSA E INSTITUIÇÃO	59
3.2.1 A revista <i>Veja</i>	65
4 A ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	70
4.1 O PERCURSO METODOLÓGICO	70
4.2 COTAS PARA NEGROS: DISTINTAS ESTRATÉGIAS E SEDIMENTAÇÃO DO DIZER	79
4.2.1 As cartas dos leitores de <i>Veja</i>	116
4.2.2 Imagens fotográficas e os efeitos de sentidos	128
4.3 O PROCESSO DISCURSIVO EM <i>VEJA</i>	139
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	146

[...]

Eu bem sei que sou qual grilo
De maçante e mau estilo;
E que os homens poderosos
Desta arenga receosos
Hão de chamar-me — tarelo,
Bode, negro, Mongibelo;
Porém eu que não me abalo,
Vou tangendo o meu badalo
Com repique impertinente,
Pondo a trote muita gente.
Se negro sou, ou sou bode
Pouco importa. O que isto pode?
Bodes há de toda a casta,
Pois que a espécie é muito vasta.
Há cinzentos, há rajados,
Baios, pampas e malhados,
Bodes negros, bodes brancos,
E, sejamos todos francos,
Uns plebeus, e outros nobres,
Bodes ricos, bodes pobres,
Bodes sábios, importantes,
E também alguns tratantes
Aqui, nesta boa terra
Marram todos, tudo berra;
[...]

(Luiz Gama, *Quem sou eu?*)

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, discuto¹ a pesquisa efetuada que aborda o discurso da revista *Veja* sobre as *cotas para negros*. Para isso, relacionei como *corpus* principal de análise as ocorrências enunciativas nas quais a revista aborda o tema.

O recorte temporal da pesquisa foi estabelecido entre o período de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011. Através da disponibilização *on-line* para pesquisa de todas as edições de *Veja* já publicadas, no endereço virtual <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>, foi possível fazer a busca dos dados².

Adotei esse recorte temporal, considerando as primeiras discussões, a partir da década de 1980, que desencadearam as experiências com aplicação de *cotas para negros* no início da década passada como um acontecimento discursivo, conforme Pêcheux (2008, [1990]). Em outras palavras, considerando discussões a partir das quais novos trajetos, ressignificações discursivas se constituíram, quando o assunto é discursivizado, principalmente na imprensa. A partir disso, pretendo traçar, para os anos de 2009 a 2011, como *Veja* retrata o tema, período em que as *cotas* estão em intenso debate no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal (STF).

No Senado, estava em discussão o Projeto de Lei nº 180/2008, da deputada federal Nice Lobão, que estabelece *cotas* para estudantes do ensino público nas universidades federais e, conjuntamente, vagas para estudantes negros e indígenas. Durante esse período (2009/2011), ocorre o debate e, posteriormente, é aprovado o Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010), no qual há a previsão da efetivação de *ações afirmativas* pelo Estado, porém sem mencionar especificamente as *cotas para negros*.

No STF, em setembro de 2009, o ministro Ricardo Lewandowski propôs uma audiência pública sobre as *cotas para negros* que instrísse os magistrados na

¹ Sobre o discurso em primeira pessoa, tendo como fundamento teórico a análise do discurso, Furlanetto diz: “Parece, aos iniciantes, pretensioso pensar nessa generalização: ‘eu fiz essa pesquisa’, sobretudo ao se verem obrigados a consultar uma razoável lista de autores originais e de comentadores. [...] Mas uma coisa é certa: eles serão avaliados pelo que fizeram com esse material, pelo tema desenvolvido, pelas questões formuladas, pela estrutura do trabalho, e também pela adequação de sua linguagem – enfim, pelo que se esperava deles considerando um corpo disciplinar. [...] Em suma, quem se assume com *eu* não vai, por isso, expulsar todas as outras formas; vai tratar de distribuí-las em torno dela: ela é a dominante e se diferencia semanticamente das outras. Quero dizer, o emprego é diferente. Mais temerário, aliás, seria tentar uma terceira ‘pessoa’ generalizada” (FURLANETTO, 2003, p.111-112, itálico da autora).

² Posteriormente, quando abordar os aspectos metodológicos do trabalho, esmiuçarei a metodologia da busca dos dados.

decisão sobre os questionamentos sobre a constitucionalidade das *cotas* feitos à Corte. Tais questionamentos partiram do partido político Democratas (DEM), através de uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental³ (ADPF n° 186)⁴ contra a seleção de cotistas da Universidade de Brasília (UnB) e de um estudante que entrou com o Recurso Extraordinário n° 597.285/RS contra o *sistema de cotas* adotado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

As *cotas para negros* constituem uma prática que compõe parte de um conjunto maior chamado política de *ação afirmativa* ou *ações afirmativas*. As cotas representam um dos elementos das *ações afirmativas*, que abrangem uma amplitude maior de atuações a serem efetivadas pelo Estado, focando grupos específicos da sociedade. As *ações afirmativas*, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, foram propostas buscando-se reduzir a disparidade⁵ existente entre negros e caucasianos, com foco no combate ao preconceito, à discriminação e ao racismo. No caso do Brasil, no campo das *ações afirmativas*, as *cotas para negros* têm recebido destaque, objetivando aumentar a presença dos negros, primordialmente nas universidades públicas e no serviço público.

A efetivação das *cotas*, no Brasil, mesmo de maneiras isoladas e distintas, é o resultado das reivindicações e dos debates, principalmente, envolvendo o Movimento Negro⁶, desde a década de 1980. As *cotas para negros*, enquanto política empreendida pelo Estado e/ou suas instituições, refuta o posicionamento de que não haja diferenças baseadas em quesitos étnicos, isto é, de que não há desigualdade étnica no país, pois evidencia a necessidade de existirem ações específicas para garantir o acesso aos meios que permitam uma vida digna a essa parcela da população brasileira.

Se a aplicação das *cotas* na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na UnB, primeiras instituições a aplicar a medida, marca a possibilidade prática desse mecanismo, catalisando os distintos discursos sobre o tema e as relações

³ Instituída no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei Federal n° 9.882/1999

⁴ Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=186&classe=ADPF&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

⁵ **“Negros ainda saem do sistema educacional com um ano e meio de educação a menos que brancos, ganham apenas 53% do que ganham os brancos, e têm o dobro da chance de viver na pobreza.** Se se pretende realmente construir uma democracia racial neste País, serão necessárias ações mais enérgicas que as praticadas até agora” (FONTOURA; PINHEIRO; SOARES, 2007, p. 414, grifos meus).

⁶ No próximo capítulo, focarei sobre as características históricas envolvendo a constituição do Movimento Negro.

étnicas no Brasil, a origem do debate no plano do governo federal data de 1995, após a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, marcha organizada pelo Movimento Negro para exigir ações do governo federal em relação a políticas públicas para a população negra e ao combate ao preconceito, à discriminação e ao racismo.

Também no ano de 1995 foi criado pelo governo federal o Grupo de Trabalho Interministerial para a Implementação de Políticas de Ações Afirmativas, composto por oito membros da sociedade civil ligados ao Movimento Negro, oito membros de Ministérios e dois de Secretarias, designados pelo Presidente da República, conforme Moehleck (2000). Já em 1996, então, foi realizado o Seminário Internacional “Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”, proposto pelo Departamento dos Direitos Humanos da Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça, com a participação de diversos pesquisadores brasileiros e norte-americanos, assim como com a presença de pessoas integrantes do Movimento Negro.

A partir da pressão de integrantes do Movimento Negro sobre o governo federal, após intensos debates, em 2001, a necessidade da aplicação de *ações afirmativas* e *cotas para negros* como medida necessária à equiparação entre negros e caucasianos é assumida pela delegação brasileira na “III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”, realizada em Durban, África do Sul, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Em face dessas discussões, as *cotas para negros* passam a ser analisadas como políticas a serem desencadeadas pelo governo federal para atender a população negra; no entanto, a efetivação prática irá ocorrer no campo do ensino superior de maneiras distintas e com características próprias, sem a intervenção direta do governo federal ou de lei que padronizasse o sistema de seleção de cotistas nas instituições públicas. Assim, as primeiras propostas, na década de 1980, as discussões no plano governamental, que datam de 1995, e as primeiras aplicações das *cotas* no ensino público superior promovem a repercussão social do assunto, que passa a ser destacado pela imprensa, caracterizando um acontecimento discursivo, conforme Pêcheux (2008 [1990])⁷, promovendo e exigindo

⁷ “a questão teórica que coloco é, pois, a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando **proposições de aparência logicamente estável**, suscetíveis de

que as relações e disparidades étnicas sejam discutidas e posições discursivas sejam demarcadas.

É importante salientar que, ao serem colocadas na pauta de discussão legislativa e governamental, as *cotas* não foram fruto da ação unilateral dos dirigentes políticos e/ou dos Conselhos Universitários, mas representaram o resultado de reivindicações que se originam na década de 1980, principalmente através do Movimento Negro.

Quando as *cotas para negros* passam a ser destacadas pela imprensa, estudos acadêmicos sobre o modo como o tema é discursivizado começam a ser empreendidos. Existem algumas pesquisas acadêmicas em nível *stricto sensu* que já discutiram o assunto, como é o caso de Martins (2004), que, em sua tese de doutorado, fundamentado nos apontamentos teóricos e metodológicos da análise crítica do discurso, foca o dizer da imprensa sobre as *cotas para negros*, tendo como *corpus* seis gêneros discursivos (reportagem, editorial, artigo, coluna, entrevista e carta ao/à editor/a) provenientes dos jornais *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *A Tarde*, selecionados entre janeiro de 2002 e dezembro de 2003. Martins (2004) afirma existir um conservadorismo na imprensa, enquanto instituição, ao tratar das *cotas para negros*; ao mesmo tempo em que promove o debate, a imprensa toma partido contrário à aplicação dessa política. O negro é representado como paciente das políticas estatais, sendo que não há espaço para a voz do Movimento Negro.

Na pesquisa efetuada por Santos (2005), a autora, em sua dissertação de mestrado, a partir das matérias jornalísticas publicadas nos jornais *A Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* de 1995 a 2002, aponta para alguns aspectos presentes nas coberturas jornalísticas sobre as *ações afirmativas*. Santos (2005), utilizando-se da análise de conteúdo e de enquadramento, percebe que, apesar de existir um processo de discussão sobre as *ações afirmativas*, há uma forte oposição ao método de aplicação dessas políticas sob o formato de *política de cotas*.

Já Silva (2006), em dissertação de mestrado, com foco no texto jornalístico polêmico, aborda a discussão sobre as *cotas para a população negra*, usando como *corpus* de análise os textos publicados na *Folha on-line*, de 2001 a 2005, aplicando a perspectiva teórica da linguística textual e também a ótica interacionista proposta

por Bakhtin. O autor acaba por concluir que a crença na objetividade total do texto jornalístico é uma meta impossível de ser atingida.

A partir da instituição das *cotas para negros* na UERJ e da legislação estadual, Cruz (2009) faz, em sua dissertação de mestrado, um estudo do modo como a imprensa discute a instituição das *cotas* nessa universidade carioca, através, principalmente, das publicações dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, entre o período de 2001 e 2004. A autora, que se prende aos discursos contra e a favor das *cotas para negros*, acaba por concluir que há uma posição conservadora nos periódicos pesquisados e que esse posicionamento pode ter influenciado a reformulação das leis que regem essa política na UERJ. Cabe destacar, porém, que, apesar de a autora citar como referência alguns teóricos da análise do discurso francesa (doravante, AD), como Dominique Maingueneau, Bethania Mariani, Eni Orlandi e Michel Pêcheux, e apesar de realizar uma profunda contextualização histórica sobre as *ações afirmativas*, não se aprofunda na articulação entre o *corpus* analisado e os aspectos teóricos da AD, permanecendo focada em uma análise estritamente sociológica e presa à análise de conteúdo.

Com base nas publicações da revista *Caros Amigos*, no ano de 2002, Freitas (2011), em sua tese de doutorado, sustentada pela perspectiva dialógica postulada por Bakhtin, aborda as *cotas para negros*, ressaltando o aspecto dialógico – a presença do outro – através da polêmica gerada pelo tema. Para tanto, Freitas (2011) selecionou cinco artigos, seis cartas de leitores e seis capas que tratavam do assunto. A autora acaba concluindo que a revista traz vozes de distintas esferas da comunicação discursiva: da exclusão ancestral do negro, da genética, da antropologia, da sociologia sobre o conceito de raça e mestiçagem, as quais, por fim, fazem emergir o discurso da inclusão.

Apesar de já existirem estudos que abordam o discurso da imprensa em relação às *cotas*, ainda não há trabalhos publicados que problematizam o discurso especificamente sob a perspectiva teórica da AD. É necessário focar especificamente os sentidos produzidos nas matérias jornalísticas levando em conta os diversos fatores que podem estar entrelaçados na construção discursiva em relação às *cotas*, fatores esses analisados sob o viés da AD.

Portanto, com a caracterização da política de *cotas para negros* e os desdobramentos sociais e históricos que permitiram que essa política se tornasse

suscetível de ser discutida na imprensa, pretendo traçar os efeitos de sentidos⁸ que são produzidos nas páginas da revista *Veja*. Esse periódico tem uma ampla circulação nacional e trabalha – como não poderia ser de outra forma, conforme apontarei, sob os desígnios institucionais do fazer jornalístico: objetividade, imparcialidade e neutralidade. Assim, um posicionamento crítico sobre o *modus operandi* da imprensa se impõe. Em síntese, busco caracterizar como ocorre o processo de constituição do discurso⁹ em relação às *cotas para negros* na revista *Veja*.

Quero, dessa forma, não necessariamente nessa ordem, (1) compreender o modo como o discurso jornalístico se compõe; mais especificamente, quais instrumentos são mobilizados na constituição discursiva de *Veja* como forma de organizar e respaldar o seu discurso – levando em conta o modo específico como se dá o fazer da imprensa enquanto instituição – quando o tema é *cotas para negros*; (2) detalhar quais especificidades sócio-históricas (condições de produção) marcam a produção do discurso sobre o tema; (3) perceber que imaginário sobre o negro está presente no discurso da revista ao tratar das *cotas* e como ele está presente/em processo na produção discursiva em relação às *cotas*; (4) através do destaque das formações discursivas (doravante, FDs) predominantes na análise do *corpus*, traçar os principais aspectos do processo discursivo sobre as *cotas para negros*.

Proponho realizar as abordagens orientadas por três eixos articulados que compõem o trabalho: o caráter histórico sobre a presença do negro no Brasil e seus desdobramentos; questões teóricas; e, por fim, a análise do *corpus*.

Seguindo o procedimento de trazer a materialidade histórica em primeiro lugar, apresento, no segundo capítulo, alguns traços a respeito da população negra, desde sua inserção forçada em território nacional, passando pela composição do Movimento Negro, até a proposição das *cotas para negros*. Também trago

⁸ “Compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível [...] pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas” (ORLANDI, 2007b [1992], p. 20).

⁹ “**Compete ao analista a seleção de recortes, de percursos de um processo, sem a pretensão de apreensão de um objeto total e definitivo. Ele faz uma leitura dentre muitas possibilidades.** O objeto vai se configurando, concomitantemente, com a leitura, e os procedimentos de análise vão se impondo à medida em que o foco de abordagem vai se tornando mais preciso” (MOURA, 2004, p. 38, grifos meus).

sequências discursivas (doravante, SD)¹⁰ para pensar como o negro está discursivizado nas páginas de *Veja*.

Em seguida, no terceiro capítulo, detenho-me em discutir os principais conceitos da AD. Nesta seção, pretendo demonstrar como a língua é constituída por elementos exteriores e não intrínsecos que constituem os dizeres, de acordo com a interpelação ideológica e o trabalho do inconsciente. No constante embate entre as diferentes classes, a ideologia e o inconsciente, ao mesmo tempo em que constituem o sujeito e os sentidos, apagam esse funcionamento, produzindo um sujeito “senhor de si”. Porém, esse sujeito, na dispersão e na incompletude do discurso, enquanto embate entre diferentes dizeres, pode deslocar-se e produzir novos encaminhamentos ou reproduzir algo já-dito.

Com as questões teóricas, nas quais articulo alguns conceitos da AD com o *corpus*, abordo, também, fatores que caracterizam o funcionamento da imprensa enquanto instituição, conforme Mariani (1998), sob a perspectiva teórica da AD, os quais destacam o caráter imaginário que reveste o discurso jornalístico com o véu da neutralidade, imparcialidade e objetividade, permitindo, então, que o dizer da imprensa assuma, na maioria das vezes, um tipo autoritário, nos termos de Orlandi (2007a [1999]), sustentado pela paráfrase, que é o constante redizer e o reforço dos efeitos de sentidos. Neste capítulo, ainda, foco aspectos que envolvem a constituição histórica e discursiva da revista *Veja*.

No quarto capítulo, após me deter sobre os apontamentos metodológicos que organizam e operacionalizam a pesquisa, abordo o *corpus*, através da seleção das SDs, com o intuito de destacar os posicionamentos discursivos presentes e os efeitos de sentidos produzidos sobre as *cotas para negros*, quando *Veja* apresenta o tema utilizando o discurso de autoridade do dizer, apontando problemas, suas causas, consequências e soluções, denominando, adjetivando e, em suma, didatizando a fala sobre as *cotas*, conforme Mariani (1998).

Ainda nesse capítulo discuto como ocorre a produção dos efeitos de sentidos sobre as *cotas para negros* através de cartas dos leitores publicadas por *Veja*, bem como através de imagens fotográficas utilizadas, principalmente, nas grandes reportagens. As análises de cartas e de imagens fotográficas, em conjunto com as

¹⁰ Sequência discursiva “é aquela a partir da qual os outros elementos do *corpus* receberão sua organização. Isso se dá a partir de dois níveis considerados por Orlandi – o da *formulação* ou do *intradiscurso* (sequência linguística efetivamente produzida) e o da *constituição* ou do *interdiscurso*” (MOURA, 2004, p. 41, itálicos da autora).

SDs, permitem estabelecer o processo de interpelação ideológica, nos moldes de Pêcheux (2009 [1988]), constituindo os efeitos de sentidos em diferentes seções do semanário e em diferentes materialidades da linguagem, escrita ou imagética.

Posteriormente, teço discussões sobre as análises efetuadas, buscando traçar e sintetizar algumas possibilidades que podem ser destacas no processo discursivo envolvendo as *cotas para negros* nas páginas da revista *Veja*.

Quando eu tiver bastante pão
Para meus filhos
Para minha amada
Pros meus amigos
E pros meus vizinhos
Quando eu tiver
Livros para ler
Então eu comprarei
Uma gravata colorida
Larga
Bonita
E darei um laço perfeito
E ficarei mostrando
A minha gravata colorida
A todos os que gostam
De gente engratada...

(Solano Trindade, *Gravata colorida*)

2 O NEGRO E AS COTAS: ASPECTOS HISTÓRICOS E DISCURSIVOS

Ao refletir sobre as *cotas para negros* no discurso da revista *Veja*, de forma ampla, levo em conta aspectos que envolvem o modo como o discurso da imprensa ocorre na perspectiva discursiva da AD e, também, considero os fatores históricos que, ao longo do tempo, produziram, de acordo com as diferentes conjunturas nas quais o negro esteve presente, efeitos de sentidos a seu respeito.

Dois casos possibilitam refletir sobre alguns dos discursos que ocorrem em relação ao negro. A partir deles, é possível perceber como certos efeitos de sentidos são (re)produzidos cotidianamente: relato de Edson Santos – negro –, ex-ministro da SEPPIR, ao portal G1:

SD1: G1 - O senhor poderia contar algum caso [preconceito]¹¹?
Edson Santos - Teve um que é de despreparo. Teve um que uma pessoa dentro do avião perguntou **se éramos americanos, se falávamos inglês**. Disse que não, que éramos brasileiros. Alguém disse: **'ele é ministro'**. **Daí a pessoa perguntou: 'de qual igreja'**. E também quando era vereador, um funcionário de um prédio público falou que **não era para entrar no elevador de autoridades** (grifos meus).

Outra situação é a relatada por uma colega de pós-graduação – professora de língua portuguesa do ensino fundamental, que, ao pedir aos alunos que trouxessem recortes de revistas que retratassem pessoas negras para a próxima aula, já que se aproximava o dia 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência¹² Negra, foi indagada por alguns estudantes **se as imagens deveriam ser sobre a escravização dos negros** (grifos meus). A professora respondeu que não, que as imagens deveriam ser da atualidade. O questionamento, dessa vez, foi **se as imagens poderiam ser sobre pessoas que passavam fome** (grifos meus).

Esses dois relatos reforçam como alguns efeitos de sentidos sobre o negro podem estar presentes no imaginário das pessoas. Nesse imaginário, a relação entre pessoas negras e escravização, subalternidade, miséria – conceitos negativos – é óbvia.

A partir disso, cabe refletir sobre quais são os efeitos de sentidos que emanam em determinados discursos que abordam o negro sob o aspecto da

¹¹ A expressão 'preconceito' está representando, nesse caso, uma opinião formada sem embasamento aprofundado. E, ainda, o modo como pode ocorrer o imaginário sobre o negro.

¹² Nesse caso, o termo "consciência" não tem relação com o conceito de consciência da Psicanálise.

discussão sobre as *cotas*, uma vez que a linguagem está constituída pela ideologia e, conseqüentemente, pelo imaginário inscrito na língua:

Através das **associações imaginárias dá-se a entrada no simbólico**, que é a capacidade de **representação do outro**. Entrar na linguagem é entrar no simbólico, **é representar por palavras**. O simbólico é, portanto, a capacidade que o ser humano tem de estabelecer a relação sujeito-objeto, **e a língua é determinante do simbólico**. (MOURA, 2004, p. 21, grifos meus).

Levando em conta as afirmações precedentes, devo realçar que, no Brasil, a questão étnica, desde o período colonial, com a vinda forçada dos primeiros negros às terras brasileiras, produziu diferentes discursos: a respeito de os negros terem alma ou não, passando às teses raciais do século XIX; ainda, do debate sobre os aspectos positivos da miscigenação durante o século XX aos nossos dias, principalmente nas questões envolvendo as *cotas para negros*. A discussão sobre a questão étnica ultrapassou e continua a ultrapassar os limites das instituições ou dos grupos interessados diretamente no assunto, tomado como um fator importante para o desenvolvimento nacional e com caráter político estratégico, seja a partir da sua explicitação ou, outras vezes, do seu silenciamento, conforme Orlandi (2007b [1992]).

Nos primeiros tempos da colonização do Brasil, prevaleceu o discurso sustentado na distinção entre caucasianos e não caucasianos (“com alma” - “sem alma” / civilizado - incivilizado), pautando a existência da escravização (indígena ou negra) e do escravo enquanto mercadoria. A partir do século XIX, esse discurso sofreu um deslocamento, respaldado por um fazer considerado, à época, científico e que buscava, através de “métodos objetivos”, estabelecer a hierarquização entre as etnias e a valorização de uma “raça pura”, onde os caucasianos tomavam o topo ideal. Assim, “Somente no século XIX, o termo *raça* passa a ser utilizado para designar a ideia de diferenças físicas transmitidas hereditariamente” (MOURA, 2004, p. 48, itálico da autora).

No intento de construir uma nação civilizada, há diferentes correntes que buscam definir quais seriam os caminhos para “civilizar” o Brasil. Na questão étnica, há o monogenismo e o poligenismo. O monogenismo, ligado a uma vertente mais próxima do pensamento religioso, acredita que o ser humano tem, em sua origem, uma única fonte (Adão e Eva). O poligenismo defende que a raça humana se

originou de diferentes fontes e regiões, abrindo espaço para pensar as diferenças históricas e sociais entre raças, como distinções biológicas:

A versão **poligenista permitiria [...] o fortalecimento de uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos, que passam a ser crescentemente encarados como resultado imediato de leis biológicas e naturais**. Esse tipo de viés foi encorajado sobretudo pelo nascimento simultâneo da **frenologia** e da **antropometria**, teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos. (SCHWARCZ, 1993, p. 48-49, grifos meus).

Assim, o racismo, compreendido enquanto tese da existência da hierarquia racial,

nasce no Brasil associado à escravidão, **mas é principalmente após a abolição que ele se estrutura como discurso, com base nas teses de inferioridade do negro, e se difunde no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional**. As teorias racistas, então largamente difundidas na sociedade brasileira, **e o projeto de branqueamento vigoraram até os anos 30 do século XX**, quando foram substituídos pela chamada ideologia da democracia racial. (JACCOUD, 2008, p. 49, grifos meus).

Além dos embates nos quais a ciência é mobilizada – principalmente a medicina e o direito – para discutir a questão racial, deve-se destacar a condição social/jurídica dos negros pós-Abolição. Ocorreu que, com a não existência de políticas que inserissem o negro no mercado de trabalho assalariado, essa parcela da população, em sua maioria, passou a sobreviver precariamente e a representar um problema para o Estado:

Se o negro só existia como escravo, com a abolição, em não se produzindo sua inserção no novo sistema de produção por falta de uma política efetiva nesse sentido, é como se tivesse se tornado invisível enquanto detentor de direitos, e visível somente como problema, como propenso à desordem e ao crime. O direito não lhe é solidário. O Estado só lhe mostra sua face coercitiva. (MOURA, 2004, p. 96, grifos meus).

Se, antes da Abolição, as leis que mencionaram o negro foram no sentido de limitar sua participação e ascensão social, através da impossibilidade do acesso à terra e da não previsão da sua inserção no sistema de trabalho assalariado, após a publicação da Lei Áurea, políticas de incentivo à imigração europeia buscavam institucionalmente e com mais empenho construir um país caucasiano. Isso foi

viabilizado pelo Decreto nº 528, de 20 de junho de 1890, publicado pelo governo republicano recém-instalado, decreto a partir do qual

se institui a livre entrada de migrantes nos portos brasileiros, **'exceções os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos, de acordo com as condições estipuladas'**. Esse mesmo decreto garante incentivos a todos os fazendeiros que quisessem instalar imigrantes europeus em suas terras¹³. (THEODORO, 2008, p. 35, grifos meus).

A busca do progresso propalada pelo liberalismo republicano não contemplava a população negra. Assim, aos negros oriundos do regime da escravização restou residir nas periferias, a agricultura de subsistência e o trabalho incerto, atividade essa que, décadas depois, passou a ser denominada de trabalho informal, reforçando estereótipos marcadamente negativos.

Os negros, mantidos à margem pela falta de políticas específicas após a Abolição, continuaram tendo sobre si o imaginário da inferioridade, como um problema a ser extirpado através do branqueamento da população, analisado sob o prisma da civilização do país. Deve-se notar que, atualmente, o discurso que produz o negro com características que remontam ao “passado” continuam presentes, inclusive nas páginas de *Veja*:

SD2: Isso significa que pessoas de ancestralidade negra podem parecer menos negras **que alguns brancos com um 'pé na cozinha'**, como era comum no passado se referir **a brancos com algum antepassado negro na família**. (Revista *Veja*, “Uma segunda opinião, 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

Ao usar o argumento de que a aparência física não tem relação direta com a composição genética “racial”, *Veja* utiliza a expressão “pé na cozinha” entre aspas demarcando que o dizer não é o seu, mas do outro (“como era comum se referir”). No entanto, nem por isso evita a produção dos efeitos de sentidos que remetem a uma ocupação e a um lugar específico para o negro escravizado, sendo que a associação do negro marcado por essa ocupação/lugar com o “branco”, produz o último sob o efeito de estar com um ‘pé na cozinha’.

Esse cômodo, a “cozinha”, sintetiza um lugar-limite na casa do senhor escravista e na sociedade daquela época, “naturalmente” ocupado pelo negro

¹³ O autor cita, ainda, as Leis Provinciais do estado de São Paulo nº 25 e nº 26, de 1884, que vinculavam os impostos sobre a importação de escravos para custear os gastos do governo com a imigração.

escravizado, que não frequentava a sala ou os salões senão na condição de serviçal das famílias.

Voltando ao aspecto histórico, ainda em 1929, no I Congresso Brasileiro de Eugenia, presidido por Edgar Roquete-Pinto (difusor do rádio como meio de integração nacional), no relatório de Ignácio do Azevedo Amaral, é afirmado que

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia dirigirá ao Presidente da República, às casas do Congresso Nacional e aos Governadores dos Estados, um apelo em que serão postos em foco **os gravíssimos perigos da imigração promíscua, sob o ponto de vista dos interesses da raça e da segurança política e social da República.** (PEREIRA, 2003, p. 470, grifos meus).

Até por volta da década de 1930, o discurso fundamentado na diferenciação racial prevalece, pautando políticas governamentais que buscavam “branquear” a nação. Para isso, estimulavam a imigração de europeus para o país. Porém, já nesse período se afirmava, conforme Moura (2004), no meio intelectual e na imprensa, que o Brasil havia evitado o ódio entre as diferentes etnias:

‘Embranquecimento’ passou, portanto, a significar a capacidade da nação brasileira (definida como uma extensão da civilização europeia, em que uma nova raça emergia) de absorver e integrar mestiços e pretos. Tal capacidade requer, de modo implícito, a concordância de pessoas de cor em renegar sua ancestralidade africana ou indígena. **‘Embranquecimento’ e ‘democracia racial’ são, pois, conceitos de um novo discurso racista.** O núcleo racista desses conceitos reside na ideia, às vezes totalmente implícita, de que foram três as ‘raças’ fundadoras da nacionalidade, que aportaram diferentes contribuições, **segundo as suas qualidades e seu potencial civilizatório.** A cor das pessoas assim como seus costumes são, portanto, índices do valor positivo ou negativo dessas ‘raças’ (GUIMARÃES, 1999, p. 53, grifos meus).

Ao pesquisar como os negros eram discursivizados nas páginas dos jornais paulistanos nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, Schwarcz (1987) revela que o negro foi construído até a Abolição como “negro de alma branca”, “pretos fiéis e servidores”, “mercadoria”, ou “violento” e “degenerado”; logo após a Abolição, há o apagamento do negro nos jornais. Porém, por volta de 1920, o negro ressurgiu, reforçando o imaginário que corrobora a produção da existência da democracia racial brasileira:

Nos jornais paulistanos de inícios do século XX, e em especial na década de 1920, começam a tornar-se novamente presentes e inclusive dominantes antigas e já um tanto esquecidas

representações que nos falavam dos até hoje tradicionais ‘negros de alma branca’ (tão comum, como vimos, em meados do século XIX). São os negros ‘amigos dos brancos’, ‘pretos fiéis e servidores’, ‘**felizes enquanto tutelados**’, apesar de por vezes ‘**violentos**’, ‘instintivos’ e guardando ‘resquícios degenerados’. No interior desse movimento, **aos poucos o problema racial deixa de constituir uma questão pública e veiculada explicitamente, transformando-se, ao invés disso, numa série de imagens dispersas, interiores e por isso mesmo ainda, e até hoje, muitas vezes consensualmente aceitas.** (SCHWARCZ, 1987, p. 255-256, grifos meus).

Após as três primeiras décadas do século XX, há um deslocamento no modo de interpretar as relações raciais existentes no Brasil. Essa interpretação deixa o campo puramente biológico e passa a analisar a sociedade por um viés sociocultural, ponto de vista segundo o qual a miscigenação não é mais compreendida como fator negativo para o desenvolvimento nacional. Com essa forma de refletir as relações étnicas surge também um modo de vislumbrar a história nacional em que o preconceito, o racismo e a discriminação, pautados puramente em questões étnicas, não são considerados relevantes estruturalmente na formação social do país¹⁴. Esse pensamento generalizou as relações entre negros e caucasianos. Produzida

No contexto histórico surgido após a Abolição, portanto, a ideia de ‘democracia racial’ acabou sendo um expediente inicial (**para não se enfrentarem os problemas decorrentes da destituição do escravo e da espoliação final de que foi vítima o antigo agente de trabalho**) e uma forma de acomodação a uma dura realidade (que se mostrou com as ‘populações de cor’ nas cidades em que elas se concentraram, vivendo nas piores condições de desemprego disfarçado, miséria sistemática e desorganização social permanente). **O ‘negro’ teve a oportunidade de ser livre; se não conseguiu igualar-se ao ‘branco’, o problema era dele – e não do ‘branco’. Sob a égide da democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade** que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do **trabalho livre e da competição.** (FERNANDES, 1971, p. 29, grifos meus).

O discurso que defendia os fatores positivos da miscigenação e da não existência do racismo contra negros – o discurso da democracia racial – esteve (ainda está?) ecoando e produzindo efeitos de sentidos. Porém, a partir das décadas

¹⁴ Segundo Gilberto Freyre, um dos postuladores da noção da democracia racial brasileira, o “Resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato, ligado naturalmente à **circunstância econômica** da nossa formação patriarcal” (FREYRE, 2001, p. 122, grifos meus).

de 1960 e 1970, esse posicionamento veio a ser contestado por grupos organizados, como o Movimento Negro, sendo que essa contestação se fortaleceu nas últimas décadas do século XX, primordialmente no período da redemocratização do país. Os movimentos sociais – Movimento Negro, grupos ligados às comunidades quilombolas, etc. – passaram a pressionar os governos e representantes políticos para que políticas públicas voltadas à correção das diferenças existentes entre negros e caucasianos fossem efetivadas. É a partir desse contexto que surgem as discussões sobre as políticas afirmativas e, no seio delas, a *política de cotas*.

2.1 O MOVIMENTO NEGRO

A proposta desse tópico está em apresentar alguns traços que marcam a constituição das organizações negras no Brasil. É essencial trazer esse tema pelo fato de as *ações afirmativas* e as *cotas* constituírem uma das reivindicações dos integrantes dessas organizações. Atualmente, o Movimento Negro, como veremos, se constitui no principal representante no posicionamento discursivo *pró-cotas*.

Desde o fim do século XIX, alguns grupos de negros já se organizavam em grêmios, clubes ou associações de negros que tinham publicações denominadas “imprensa negra”, como destaca Pereira (2011). Essas organizações vão desencadear, em 1930, o surgimento da Frente Negra Brasileira (FNB). O que marca essa fase¹⁵, segundo Pereira (2011), é a valorização da educação, a luta pela inserção social dos negros e o seu tom nacionalista.

Na década de 1940, surgem outros movimentos, como a União dos Homens de Cor (UHC) e o Teatro Experimental do Negro (TEN)¹⁶, caracterizando um segundo momento da história do Movimento Negro brasileiro. Nessa fase, além da educação e da inserção social do negro, há a preocupação com a formação cultural e, também, com a valorização de experiências americanas e africanas. Após os desdobramentos do golpe militar, em 1964, há, segundo Domingues (2007), a

¹⁵ Domingues (2007) divide a história do Movimento Negro brasileiro em três fases: 1) Primeira República ao Estado Novo (1889-1937); 2) Segunda República à ditadura militar (1945-1964); 3) início do processo de redemocratização à República Nova (1978-2000).

¹⁶ Criado por Abdias do Nascimento, “Na década dos 1930, engaja-se na Frente Negra Brasileira e luta contra a segregação racial em estabelecimentos comerciais da cidade. Prossegue na luta contra o racismo organizando o Congresso Afro-Campineiro em 1938. Funda em 1944 o Teatro Experimental do Negro [TEN], entidade que patrocina a Convenção Nacional do Negro em 1945-46”. Disponível em <<http://www.abdias.com.br/biografia/biografia.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

terceira fase do Movimento Negro, que vai caracterizá-lo até o fim do século. A partir desse período, ocorre a denúncia do “mito da democracia racial”.

Em 1978, é criado o Movimento Negro Unificado (MNU), que é um marco na história das organizações negras nacionais e que recusará a ideia da assimilação do negro, sem, no entanto, entrar em embates políticos contra o regime militar ditatorial. A educação do negro continua sendo defendida pelo MNU como fator preponderante para a inserção social dos negros, além da necessidade da revisão histórica da participação desse povo na história nacional. Cabe ressaltar que,

No plano externo, o protesto negro contemporâneo se inspirou, de um lado, na luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses, onde se projetaram lideranças como Martin Luther King, Malcon X e organizações negras marxistas, como os Panteras Negras, e, de outro, nos movimentos de libertação dos países africanos, sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. Tais influências externas contribuíram para o Movimento Negro Unificado ter assumido um discurso radicalizado contra a discriminação racial. (DOMINGUES, 2007, p.112, grifos meus).

Assim, a afirmação do negro, a sua inserção social, o combate ao racismo e a luta contra o discurso de que no Brasil há uma “democracia racial” são os principais aspectos que marcam o Movimento Negro. Nesse processo de troca de experiências, é possível pensar as *ações afirmativas* que estão em plena discussão nos Estados Unidos:

A partir daquele momento – anos 60 e 70 – talvez se possa falar de uma guinada para a “americanização” dos debates teóricos sobre o racismo e das lutas políticas contra o racismo, no Brasil, dos quais o Movimento Negro tem sido o motor e a ponta-de-lança. (PEREIRA, 2003, p.473, grifos meus).

Ao pensar a afirmação do negro, cabe mencionar a instituição da data de 20 de novembro – morte de Zumbi – como o dia a ser lembrado pelos negros e não mais 13 de maio – abolição da escravidão, assinada pela Princesa Isabel:

A contínua luta dos militantes negros [...], tanto no que diz respeito à importância da educação quanto à luta pela ‘reavaliação do papel do negro na história do Brasil’, possibilitou a construção de resultados visíveis para o conjunto da população brasileira nos anos recentes, como por exemplo a criação e aprovação da Lei 10.639 em 9 de janeiro de 2003. A referida lei incluiu no currículo oficial das redes de ensino da Educação Básica a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileiras’. (PEREIRA, 2011, p. 14, grifos meus).

Acrescentaria que, juntamente com aprovação da Lei Federal nº 10.639/2003, outro fator importante foi, a partir da experiência externa e da pressão política, trazer ao debate o tema das *ações afirmativas*:

A luta por medidas de combate à discriminação racial no Brasil sempre esteve presente na pauta de discussões do Movimento Negro, que ao longo de sua constituição tem pressionado as esferas governamentais por medidas que revertam as exclusões sofridas pelos negros. **Essa luta contribuiu para a fomentação do debate posterior sobre a implementação de ação afirmativa em nosso país.** (CRUZ, 2009, p. 25, grifos meus).

Portanto, devido, em grande parte, aos direcionamentos que o Movimento Negro toma a partir de 1970 e à discussão política no fim da década de 1980¹⁷ (período da abertura política e da promulgação da nova Constituição), o tema das *ações afirmativas* passa a ser proposto efetivamente e, também, desencadeará futuramente, mesmo que de maneiras isoladas, a efetivação das *cotas para negros* nas universidades e serviços públicos.

2.2 AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS PARA NEGROS

As *cotas para negros* fazem parte de um conjunto de ações e políticas amplas denominadas de *ações afirmativas*. Mesmo sendo muitas vezes tratadas como sinônimos, essas expressões denominam um conjunto diferenciado de propriedades em que as *ações afirmativas* abrangem uma gama maior de ações. No Brasil, as *ações afirmativas* estão conectadas, principalmente, à experiência dos negros americanos no contexto da luta pelos direitos civis, apesar de essas políticas já existirem anteriormente na Índia, com o intento de diminuir a rígida hierarquização do regime de castas.

Nesse sentido, as *ações afirmativas* surgiram nos Estados Unidos como fruto da luta de negros americanos exigindo e pressionando os governantes para que se findasse o regime de segregação racial existente, principalmente, nos estados do sul do país.

¹⁷ Abdias do Nascimento, como deputado federal, cria, respectivamente, os projetos de Lei nº 1.332 em 1983, e o de nº 3.196, em 1984, que tratam da inserção de negros no serviço público através de cotas. Disponível em <http://www.abdias.com.br/atuacao_parlamentar/atuacao_parlamentar.htm>. Acesso em: 25 jul. 2012.

É importante realçar que nesse período (décadas de 1950 a 1970) muitas nações africanas estavam passando pelo processo de efervescência e luta por independência política, levando intelectuais como Memmi (2007) a descrever as formas de opressão existentes nesses países e a municiar os embates por direitos em outros espaços. Memmi (2007) inova ao descrever as formas de opressão além dos critérios estritamente econômicos, sob o molde do imperialismo ou da luta de classes, indo além, refletindo sobre as questões culturais envolvidas no processo de colonização e destacando o racismo como uma prática colonialista:

Os opressores produzem e mantêm pela força os males que, aos seus olhos, **tornam o oprimido cada vez mais semelhante ao que precisaria ser para merecer sua sorte.** (MEMMI, 2007, p. 30, grifos meus).

É destacando o processo de opressão que, também, Fanon (1983) escreve, refletindo sobre a luta pela independência dos argelinos em relação à França. Esse autor, apoiado no conceito de alienação, discutido por Hegel e Marx, analisa os mecanismos de opressão entre colonizador e colonizado, não deixando de ser otimista quanto aos acontecimentos históricos que se prenunciavam na África e em outros continentes:

Los cantores **de la negritud no vacilarán en trascender lós límites del Continente. Desde América, voces negras van a repetir ese himno con una creciente amplitud. El "mundo negro" surgirá y** Busia de Ghana, Birago Diop de Senegal, Hampaté Ba de Sudán, **Saint-Clair Drake, de Chicago,** no vacilarán en afirmar **La existencia de lazos comunes, de líneas de fuerza idénticas.** (FANON, 1983, p. 130, grifos meus).

Não há como considerar o processo da efetivação das *ações afirmativas* para negros nos Estados Unidos e, posteriormente, no Brasil um movimento organizado e transcontinental, mas, por outro lado, negar que essas questões históricas tiveram conexão prejudicaria a compreensão do processo histórico em que diferentes grupos orientados por distintas perspectivas tinham um objetivo em comum: findar a opressão contra o negro (colonizado ou não).

A negritude, segundo Moura (2004), é um movimento de volta às raízes africanas primeiramente estético e subjetivista, o qual passa, posteriormente, a uma dimensão coletiva, questionando a opressão sobre os negros de forma globalizada. O movimento resiste e provoca um deslocamento no discurso da inferioridade do

negro. Apesar de ter se originado em espaços fora do continente africano, a negritude,

Enquanto movimento, desempenhou **um forte papel emancipador, traduzido pelas independências africanas**, e **estendeu-se** como **libertação para todos os negros** na diáspora, por exemplo, **nas Américas**. (MOURA, 2004, p. 74, grifos meus).

Porém, segundo Moura (2004), no contexto norte-americano, a identidade do negro, sob o prisma do movimento da negritude, forjou-se, geralmente, enquanto a de negro americano e não a de africano na América.

Esse processo de identificação contribuiu para que o movimento pelos direitos civis, liderado pelo pastor negro Martin Luther King Jr., predominasse, pois, diferentemente de outros grupos – ligados a uma perspectiva revolucionária, como os “Panteras Negras” (com proposta marxista, liderados por Huey Newton e Bobby Seale) e, também, Malcon X (pensador radical que pregava, inicialmente, a instituição de um Estado negro), os negros orientados por Martin Luther King reivindicavam poder usufruir dos mesmos direitos dos caucasianos.

A *affirmative action*, nesse bojo, é a resposta que o Estado Americano se vê forçado a dar aos negros que passaram a contestar o sistema segregacionista nas cortes jurídicas e nas ruas, levando o presidente americano John F. Kennedy a editar a *Executive Order* nº 10.925, em que empregava pela primeira vez a expressão “*affirmative action*”. O documento prescrevia:

O contratante adotará a **ação afirmativa** para assegurar que os candidatos sejam empregados, como também tratados durante o emprego, **sem consideração a sua raça, seu credo, sua cor, ou nacionalidade**. Essa ação incluirá, sem limitação, o seguinte: **emprego; promoção; rebaixamento ou transferência; recrutamento ou anúncio de recrutamento; dispensa ou término; índice de pagamento ou outras formas de remuneração; e seleção para treinamento, inclusive aprendizado**. (MENEZES, 2001, p.88, grifos meus).

A noção de ação afirmativa, segundo Medeiros (2004), foi aprofundada com a aprovação, em 1964, da lei dos direito civis (*Civil Rights Act*), que proibia a discriminação em serviços privados de caráter público ou em qualquer área governamental. Em 1965, o presidente Lyndon Johnson editou a *Executive Order* nº 11.246, que obrigava empresas que prestavam serviço ao governo a desenvolver medidas de inserção e contrato de trabalho com nível salarial paritário. Em 1971, é

introduzido no ordenamento jurídico americano o *Philadelphia Plan*, o qual regulamenta as determinações que constavam no *Civil Rights Act*. Como destaca Moehlecke (2000), o *Philadelphia Plan* foi diretamente associado às *ações afirmativas* e ao *sistema de cotas*. Segundo Cruz (2009), esse plano obrigava os contratantes com o governo federal a

desenvolverem **anualmente programa de ação afirmativa visando identificar e corrigir as deficiências existentes em relação às mulheres e a grupos de minorias étnicas**. Essa medida aconteceria pelo cumprimento e observância de **metas numéricas (“goals”) na contratação de empregos**, de acordo com o índice de participação dessas minorias no mercado de trabalho. (CRUZ, 2009, p. 20, grifos meus).

Apesar de as *ações afirmativas* serem compreendidas, no Brasil, muitas vezes como sinônimo de *cotas*, nos Estados Unidos a efetivação por meio das *cotas* foi a que sofreu maiores problemas, sendo declarada inconstitucional. Porém, a Corte Americana não adota posições rígidas sobre o tema, ordenando a instituições contestadas judicialmente por práticas consideradas discriminatórias que passem a adotar o *sistema de cotas*. Como exemplo, Cruz (2009) cita o caso da

polícia do Estado do Alabama que foi obrigada a implementar cotas raciais para aumentar a participação de afro-americanos em seus quadros, até atingir um percentual de 25%. (CRUZ, 2009, p. 20, grifos meus).

No Brasil, as *ações afirmativas* passaram a ser discutidas através da ação de militantes do Movimento Negro, que, principalmente, a partir da década de 1980, pressionaram as autoridades públicas por medidas que garantissem aos negros maior participação em espaços onde historicamente eles não estiveram presentes, como no serviço público e nas universidades. Dessa maneira, as *ações afirmativas* foram tomando destaque nas proposições políticas, como resposta às pressões sociais.

Um dos militantes conhecido pela luta para se efetivar *ações afirmativas* para negros foi Abdias do Nascimento, o qual, como deputado federal, criou os Projetos de Lei nº 1.332, em 1983, que estabelecia:

Art. 2º Todos os órgãos da administração pública, direta e indireta, de níveis federal, estadual e municipal; os Governos federal, estaduais e municipais; os ministérios; as Secretarias estaduais e municipais; as autarquias e fundações; as Forças

Armadas; o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e o Poder Executivo são obrigados a providenciar para que dentro dos espaços de suas respectivas atribuições, sejam tomadas medidas de ação compensatória visando atingir, no respectivo quadro de servidores, funcionários e titulares, **a participação de pelo menos 20% (vinte por cento) de homens negros e 20% (vinte por cento) de mulheres negras, em todos os escalões de trabalho e de direção, particularmente aquelas funções que exigem melhor qualificação e que são melhor remuneradas.** (grifos meus)¹⁸.

E o de nº 3.196, em 1984:

Art. 1º Ficam reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas abertas **nos concursos vestibulares para ingresso no Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores**, para preenchimento com **20% [de] candidatos e 20% [de] candidatas de etnia negra aprovados no referido concurso**". (grifos meus)¹⁹.

Na década de 1990, a partir, especificamente, da “Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, promovida em novembro de 1995 por grupos ligados ao Movimento Negro, em Brasília, e do Seminário Internacional “Multiculturalismo e Racismo: o Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos”, realizado em 1996 pelo Departamento dos Direitos Humanos da Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça, foi que políticas com foco nas *ações afirmativas* passaram a ser debatidas com mais empenho²⁰. Também em 1995 foi criado, na esfera federal, o Grupo de Trabalho Interministerial,

que, no tocante à educação superior, elaborou as seguintes propostas, entre outras: **construir mecanismos facilitadores do ingresso de afro-brasileiros nas universidades públicas e privadas; elaborar programas para a concessão de bolsas de estudos para alunos universitários afro-brasileiros, seja na graduação, seja na pós-graduação; construir formas de acesso facilitado ao crédito educativo para estudantes afro-brasileiros;** conceder estímulos à implantação ou à ampliação de cursos noturnos, em instituições públicas de ensino, principalmente em universidades e escolas profissionalizantes; instituir e estimular a criação de recursos especiais de preparação para ingresso nas instituições de ensino superior, bem como nas diversas profissões civis e militares. (FERNANDES, 2011, p. 18, grifos meus).

¹⁸ Disponível em <http://www.abdias.com.br/atuacao_parlamentar/atuacao_parlamentar.htm>. Acesso em: 25 jul. 2012.

¹⁹ Idem.

²⁰ Fernandes (2011) destaca, em levantamento realizado no Congresso Nacional, que dos anos de 1993 a 2005 foram apresentadas 38 proposições dispendo sobre *ações afirmativas* ou denominadas de “política de cotas”, “reserva de vagas” e “ação compensatória”, para a população negra, indígena e oriunda de escolas públicas.

Em 2001, o compromisso com a aplicação de *ações afirmativas* como medida necessária à equiparação entre negros e caucasianos no Brasil é assumido e defendido na “III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”, realizada em Durban, África do Sul, pela ONU. Essa posição ocorreu devido à pressão do Movimento Negro, levando o governo federal a instituir por decreto o “Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas”. A partir da instituição do Comitê, foram realizadas pré-conferências na UERJ, com a participação de representantes do Governo Federal, de intelectuais e de integrantes do Movimento Negro. Dentre as principais propostas do Comitê para serem apresentadas na África do Sul, podem ser destacadas:

Adoção de cotas ou outras medidas afirmativas que promovam o acesso de negros às universidades públicas;

Reconhecimento por parte do Estado brasileiro de sua responsabilidade histórica pelo escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes dos africanos;

Revisão de políticas governamentais, de modo a assegurar eficácia aos direitos previstos nos tratados internacionais anti-racismo ratificados pelo Brasil, e de modo a assegurar a observância das necessidades demandadas pela discriminação de sexo/gênero. (CRUZ, 2009, p. 35, grifos meus).

A conferência realizada no continente africano foi abordada por *Veja*, que cita a proposta das *cotas para negros*:

SD3: A maioria dos 12.000 delegados em Durban acha que os governos devem fazer mais pelos negros. **Não apenas com leis antidiscriminação, mas também criando cotas nas universidades e favorecendo empresas de proprietários negros em concorrências públicas. [...] No caso brasileiro, em que o fosso social é mais profundo que as linhas raciais, faria maior sentido combater a pobreza sem olhar o tom da cor do pobre.** Perdeu-se em Durban a oportunidade de discutir qual dessas seria a melhor estratégia. (Revista *Veja*, “Boa causa, mau argumento”, 12 de setembro de 2001, edição 1717, grifos meus).

O semanário aponta a especificidade do “caso brasileiro”, ancorado na ideia de que a disparidade ocorre estritamente por questões econômicas e não étnicas. Apesar de construir uma perspectiva que busca instaurar a neutralidade do seu discurso (“discutir qual dessas seria a melhor estratégia”), *Veja* indica qual a sua

posição sobre o assunto, defendendo que critérios econômicos e sociais são mais relevantes que os de “cor”.

É importante ressaltar que, desde 1999, havia o Projeto de Lei nº 73/1999 (nº 180/2008, no Senado) proposto pela deputada Nice Lobão, que previa *cotas* para estudantes da rede pública nas universidades federais, sendo, posteriormente, apensado a um Projeto de Lei do MEC, em 2004, passando a conter as *cotas para negros* e indígenas. O projeto foi aprovado pelo senado no dia 7 de agosto de 2012 e encaminhado para a sanção presidencial.

Também de 1999 é uma proposta de *cotas* na UnB, elaborada por antropólogos daquela instituição, no sentido de implantar o *sistema de cotas* na Universidade, isso após uma situação de conflito conhecida como “caso Ari”²¹, envolvendo o primeiro aluno negro do Programa de Doutorado em Antropologia. As *cotas para negros* foram implantadas na UnB em 2003, após decisão em reunião extraordinária do CEPE, realizada no dia 6 de junho de 2003. A decisão resultou na Resolução nº 38, de 18 de junho de 2003, do CEPE, aprovando o Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial da Universidade de Brasília. O primeiro vestibular com seleção de cotistas ocorreu em 2004. Além disso, em nível estadual, na UERJ, foram estabelecidas *cotas para negros* desde o ano de 2003, através da Lei Estadual nº 3708/2001, que passou posteriormente por várias alterações.

Na primeira década deste século, distintas instituições públicas de ensino superior estabeleceram, de maneiras específicas, *cotas para negros*. Além disso, *cotas* também foram criadas para ingresso em concursos públicos, por exemplo, no Paraná e no Rio de Janeiro. A partir do ano de 2000,

as instituições públicas de ensino superior começaram a adotar políticas de ações afirmativas e, hoje, temos um total de 79 IPES²². Desse total, 42 adotam políticas de cotas raciais e 37 adotam outros sistemas de ação afirmativa”. (FERNANDES, 2011, p. 96).

Com a efetivação das *cotas para negros*, ações judiciais foram iniciadas contra o processo de implantação das *cotas*, constituindo um intenso debate entre defensores e opositores do mecanismo.

²¹ “O “Caso Ari” é assim chamado justamente pela hostilidade aberta que ele sofreu dentro do Departamento de Antropologia da UnB e por sua luta por justiça ao longo de quase seis anos. Foi no auge dessa luta pela revisão da nota de Arivaldo Alves que decidimos, em 1999, propor cotas para negros na UnB” (CARVALHO, 2005, p. 240).

²² Instituições públicas de ensino superior.

Ao traçar este panorama, quero mostrar que a questão étnica esteve/está interligada a um emaranhado discursivo no qual, em determinados períodos históricos, as relações étnicas passaram por distintas interpretações. Atualmente, neste contexto, as *cotas para negros* constituem o campo no qual estão centradas diferentes posições discursivas, as quais podem permitir estabelecer, através da análise, as filiações discursivas que produzem os efeitos de sentidos a respeito do tema. É nesse contexto que acredito poder traçar os moldes da produção discursiva sobre o tema e refletir como ocorre o processo discursivo²³.

²³ “O processo discursivo corresponde ao sistema de relações de substituição, paráfrase, sinonímia, etc. que funciona entre elementos linguísticos – significantes – em uma formação dada” (MOURA, 2004, p. 35).

[...] nunca se *sai* de uma região para se *entrar* em outra: não se rompe jamais com a ideologia em geral, mas sempre com esta ou aquela formação ideológica, inscrita histórico-materialmente no conjunto complexo das formações ideológicas de uma formação social dada.

Michel Pêcheux (2009 [1988])

3 A ANÁLISE DO DISCURSO E A CONSTITUIÇÃO DOS EFEITOS DE SENTIDOS NA IMPRENSA

Dois objetivos serão buscados neste capítulo: estabelecer a discussão teórica, trazendo conceitos da AD articulados com o *corpus* da pesquisa, e traçar o modo como a imprensa está construída imaginariamente na contemporaneidade, constituição essa analisada segundo os moldes da AD.

3.1 A ANÁLISE DO DISCURSO E A RELAÇÃO INTRINCADA ENTRE LINGUAGEM, IDEOLOGIA E INCONSCIENTE

3.1.1 Michel Pêcheux e a crítica à semântica e ao idealismo

Estar no universo da linguagem é poder cruzar os umbrais que permitem experimentar a aventura humana e adentrar o campo do que a constitui, isto é, a cultura, o simbólico e o imaginário. Uma questão importante a se realçar nesse âmbito é a concepção de língua e o seu funcionamento, dada a sua importância nas relações sociais que marcam o cotidiano. Assim, ao focar o discurso em relação às *cotas para negros*, presente na revista *Veja*, parto do conceito de língua e, também, de sujeito, os quais não são transparentes, mas engendrados através do atravessamento ideológico e do inconsciente. Nesse caso, a língua, através de sua materialidade, não expressa um sentido unívoco, mas efeitos de sentidos produzidos de acordo com os embates de classe em determinadas condições de produção.

Ao iniciar apontando para uma determinada perspectiva do funcionamento da língua, quero demonstrar que a preocupação com a sua conceituação e o seu papel não é algo recente e sem questionamentos, pois foi alvo de análises que remontam ao período clássico da história ocidental. Martins (2011) afirma, sob o viés da filosofia da linguagem, que, desde os filósofos clássicos e os sofistas, a questão sobre as diferentes concepções de língua pautou variadas maneiras de compreensão de mundo e o seu ordenamento.

Na década de 1960, a partir da crítica sob a forma como a semântica adotava os procedimentos formalistas da linguística é que Michel Pêcheux irá construir sua posição teórica e propor um modo diferenciado e específico de descrever e compreender os processos envolvendo a língua. Se a ideia de um sistema linguístico autossuficiente foi a marca da instituição da linguística enquanto ciência

autônoma, em Pêcheux, é a noção de que esse sistema não daria conta de explicar todos os fenômenos que tomam forma. Desse modo, Pêcheux não recusa a afirmação da existência de um sistema linguístico, mas que essa noção desconsidera aspectos elementares, como a ideologia, a história e as suas contradições sociais e o inconsciente na constituição dos sentidos e do sujeito. Segundo Maldidier, para Pêcheux,

o deslocamento operado por Saussure, da função para o funcionamento da língua é um adquirido científico irreversível. O essencial daquilo que, nos termos da epistemologia da época, ele chamará de 'o corte saussuriano' reside na ideia de que a língua é um sistema. (MALDIDIER, 2003, p. 22, grifos meus).

É, porém, a partir dessa perspectiva que Pêcheux critica a evidência/unicidade existente entre significante e significado e, conseqüentemente, a evidência do sujeito idealista que detém o controle sobre os sentidos, sobre aquilo que pretende exprimir. Portanto, “parece que o desenvolvimento da **fonologia** possibilitou esse desvio, tornando-a modelo que permitiu reinterpretar, em um quadro formalista, concepções bastante tradicionais da semântica” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 56, grifo meu). Nesse caso, “trata-se de pôr em movimento a contradição que atravessa a tendência formalista-logicista sob as evidências que constituem sua fachada” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 24).

Na década de 1960, Michel Pêcheux dá início às discussões que constituirão sua principal obra, publicada na França em 1975. Em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*²⁴, o autor propõe e discute, sob a influência das proposições de Althusser, os conceitos que permitirão estabelecer uma nova teoria, a Análise do Discurso. Esse modo de perceber os processos envolvendo a linguagem concebe a AD como uma ciência que é constituída no seio das ciências humanas e sociais, no qual se buscou articular:

- 1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações**, compreendida aí a teoria das ideologias;
- 2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação** ao mesmo tempo;
- 3. a teoria do discurso**, como teoria da **determinação histórica dos processos semânticos**.

Convém explicar ainda que estas três regiões são, de certo modo, **atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de**

²⁴ Em francês, a obra recebeu o título de *Les Vérités de La Palice*.

natureza psicanalítica). (FUCHS & PÊCHEUX, 1997, p. 163-164, grifos meus).

Para formular os pressupostos de uma teoria do discurso, Pêcheux parte da crítica aos semanticistas – como Adam Schaff – que faziam a articulação entre o marxismo e a semântica com a ideia da “função comunicativa da linguagem” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 16), permanecendo presos à evidência dos sentidos, à transparência entre o objeto e a representação que se faz dele e entre o pensamento e a língua como instrumento da pura expressão desse pensamento. Nesse caso, prevalece o caráter subjetivo do pensamento e do conhecimento, no qual o sujeito teria o total controle sobre o que enuncia (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 17). Ao criticar A. Schaff, Pêcheux propõe uma semântica com base em uma teoria materialista. Como destaca Mariani (1998), a AD

se propõe a discutir e a definir a linguagem e a natureza da relação que se estabelece com a exterioridade, tendo em vista seu objetivo principal: **compreender os modos de determinação histórica dos processos de produção dos sentidos, na perspectiva de uma semântica de cunho materialista**. (MARIANI, 1998, p. 23, grifos meus).

Ao pensar na determinação histórica dos mecanismos que levam à produção dos sentidos, cabe um parêntese. Assim, remeto ao meu tema de pesquisa, pois, quando foco na questão do discurso sobre as *cotas para negros*, não são apenas os fatores puramente linguísticos que permitirão estabelecer o funcionamento do processo discursivo.

Quando essa temática toma as páginas de um periódico nacional, há de se considerar diversas perspectivas e a existência de outros aspectos que estão intrincados, constituindo o dizer. São fatores ligados a discursos já realizados sobre o negro (interdiscurso/memória discursiva), o imaginário existente sobre o (ser) negro, os embates políticos em torno da implementação das *cotas para negros*, os questionamentos a respeito da existência de raças humanas, a pressão política do Movimento Negro, outros fatores envolvendo a caracterização da forma-sujeito jurídica no modelo capitalista (questões que tocam o princípio da igualdade), e o discurso sobre a educação e o mérito. Essas questões estão inscritas na língua e a partir da sua materialização é possível analisar parte do funcionamento do processo discursivo sobre as *cotas*.

Ao relacionar o mérito acadêmico com as *cotas para negros*, a revista *Veja* afirma:

SD4: Esse contingente [cotistas] [...] é menos preparado academicamente do que dezenas de milhares de estudantes rejeitados pela simples razão de terem nascido brancos e de pais que suaram a camisa para galgar um degrau mais alto na pirâmide social brasileira. (Revista *Veja*, “Uma segunda opinião”, de 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

O discurso afirma a importância do mérito, apontando que há estudantes mais “preparados” que os cotistas, mas que, mesmo assim, não conseguem vagas nas universidades. Esses estudantes, mais preparados academicamente que os cotistas, são considerados pelo periódico o fruto de um processo vitorioso dos pais que não precisaram ou tiveram como parâmetro outro mecanismo que não fosse o mérito; os seus pais “suaram a camisa”. Assim, “suar a camisa” constrói também efeitos de sentidos que rondam e constituem o dizer em forma de uma memória discursiva que, no imaginário, estabelece a figura do negro pela diferenciação, ou seja, se não necessitam competir por uma vaga, podem não ter “suado a camisa”, não ter se esforçado o suficiente.

No caso analisado, é resgatado o discurso de que os negros usuários das *cotas* “não fizeram por merecer” e de que são, assim, possivelmente, acomodados, despreparados. Esse discurso pode ser aproximado ao posicionamento médico e higienista do início do século XX, sendo seu principal pensador o médico Nina Rodrigues. Nesse discurso, sustentava-se a existência da inferioridade intelectual do negro, sendo essa inferioridade algo natural dessa etnia:

Certos fenômenos sociais como **a ociosidade, o alcoolismo ou a criminalidade foram considerados ‘tendências psíquicas’ de indivíduos degenerados, geralmente negros ou ‘seus mestiços’**, como dizia o próprio Nina Rodrigues. (SANTOS, 2007, p.38, grifos meus).

Portanto, ao se referir à “injustiça” que as *cotas* podem causar, devido a não se alinharem ao princípio do mérito pessoal, há a produção de efeitos de sentidos em relação ao negro de outros tempos e circunstâncias, sentidos que, embora não enunciados, são resgatados e estão presentes, ou seja, aqueles sentidos de ociosidade e de o negro ser menos dotado intelectualmente que o caucasiano.

A discussão sobre as *cotas para negros* produz significados pautados em um imaginário que demonstra o trabalho da memória discursiva na produção dos efeitos de sentidos. Apesar da temática nova (as *cotas*), antigas significações podem ser resgatadas e/ou atualizadas.

Voltando a Pêcheux, é sob a crítica ao idealismo que o autor realça a presença de duas correntes filosóficas que pautarão a ciência e, também, a compreensão dos mecanismos que buscam compreender o funcionamento da língua. Assim, o realismo metafísico e o empirismo lógico representam dois ramos do idealismo filosófico que “foram constantemente empregados para fornecer ‘soluções’ que permitiriam impor uma unidade a esses dois espaços heterogêneos [a teoria do conhecimento/a retórica], anulando a separação entre eles” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 62).

O problema que ocorre com o idealismo, caracterizado por Pêcheux (2009 [1988]) como uma circularidade fomentada desde o período clássico e que está presente até a contemporaneidade, pode ser compreendido a partir da vertente do (1) realismo metafísico, no qual “o princípio de subordinação do contingente ao necessário toma, enfim, no elemento do idealismo moderno, **a forma de uma subordinação do subjetivo ao objetivo**” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 63, grifos meus). Assim, a partir da noção da existência de um mundo ideal, que reuniria *a priori* a essência do que existe concretamente, a qual poderia ser parcialmente atingida através da abstração, tem-se a noção de que tudo pode ser mensurado, inclusive fenômenos ligados à moral, à história, à religião. Já com o (2) empirismo lógico, há um processo inverso, ou seja, a subordinação do objetivo ao subjetivo, em que não se distingue o que é ciência e o que não é, na medida em que se “inverte, pura e simplesmente, a relação de subordinação entre o espaço **da ‘teoria do conhecimento’ e o espaço da ‘retórica’ em proveito desta última**” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 65, grifos meus). Nesse último caso, a definição do que é científico está pautada em convenções e no consenso. A “coerção da ‘ciência’ se identifica a uma coerção social” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 68).

As duas vertentes representam, na verdade, segundo o autor, formas puramente ideológicas que têm em comum o fato de não considerarem (“esquecerem”) as disciplinas científicas constituídas historicamente. Nesse caso, em ambas as vertentes, a distinção entre o que é ciência ou não está acobertada, prevalecendo

uma teoria universal das ideias, quer tome ela a forma realista de uma rede universal e, a priori, de noções, quer tome a forma empirista de um procedimento administrativo aplicável ao universo pensado como conjunto de fatos, objetos, acontecimentos ou atos. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 69, grifos meus).

Portanto, ao considerar a prática semântica, percebe-se, a partir do modelo idealista, a pretensão de uma semântica universal que poderia dar conta de explicar e definir os sentidos existentes de forma transparente, através de métodos que, na realidade, contornam a problemática central: as contradições sociais engendradas no emaranhado da luta de classes, que envolvem a constituição dos sentidos de acordo com as posições que os sujeitos ocupam nessa relação contraditória e, também, o funcionamento do inconsciente enquanto rede de significantes independente, atuando sobre o sujeito na identificação com determinados discursos.

3.1.2 A constituição dos sujeitos e dos sentidos

Ao criticar o idealismo, tanto na forma do realismo metafísico quanto na do empirismo lógico, Pêcheux reflete, de certa maneira, sobre a concepção de sujeito. Essa reflexão

visa, em primeiro lugar, à crítica do sujeito como centro e fonte de sentido, atribuído ao idealismo, e a noção de consciência como unidade, que lhe é correlata. Ela visa, em segundo lugar, opor a essa concepção de sujeito *os processos sem sujeito*. (CARVALHO, 2008, p. 55, itálicos do autor).

Pêcheux propõe três teses fundamentais – interdependentes – e que permitirão formular os conceitos de uma teoria do discurso: “a) o mundo ‘exterior’ material existe [...]; b) o conhecimento objetivo desse mundo é produzido no desenvolvimento histórico das disciplinas científicas [...]; c) o conhecimento objetivo é independente do sujeito” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 71). Através dessas teses, há a exposição basilar da perspectiva materialista, na qual a representação (efeito do real no imaginário) e o conceito (efeito do real no pensamento) estão dissociados, sendo possível estabelecer a maneira como a ideologia funciona, levando-se em conta as condições reais de existência e a relação que o sujeito mantém com essas

condições. Também há a proposição fundamental do processo sem sujeito que produzirá como efeito o sujeito discursivo (forma-sujeito).

Nesse modo de compreender o processo materialista, a ciência das formações sociais – o materialismo histórico – permite conceber as contradições sociais, a luta de classes, realidades em que os sujeitos²⁵, queiram ou não, estão inseridos e a partir das quais eles são constituídos no processo envolvendo a ideologia e o funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado²⁶.

Assim, pensar o discurso é ir além das preocupações de base puramente linguística, mesmo porque, como demonstra Pêcheux (2009 [1988]) no estudo das orações adjetivas explicativas e restritivas, é possível notar elementos que não estão presentes no enunciado, constituindo e sustentando o dizer, o que “justifica a passagem da problemática da língua à problemática do discurso” (CARVALHO, 2008, p. 44). Se o mecanismo das adjetivas possibilita descrever o funcionamento do encaixe sintático (restritivas) e da articulação de enunciados (explicativas), indicando fatores não perceptíveis no enunciado, mas que o constituem-sustentam, por outro lado, esse mecanismo não produz por si só a descentralização do sujeito: ao contrário, continua a reproduzir o sujeito idealista. É a partir da evocação do funcionamento do processo discursivo sobre uma base linguística que a necessidade de um posicionamento materialista se impõe. Dessa forma, é necessário compreender

de que modo todos os indivíduos *recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, leem ou escrevem* (do que eles *querem* e do que se *quer* lhes dizer), enquanto ‘sujeitos-falantes’ [...] compreender realmente isso é o único meio de evitar repetir, sob a forma de uma análise teórica, o ‘efeito Münchhausen’. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 144, itálicos do autor, grifos meus).

A AD trabalha com uma perspectiva de língua na qual a mesma só pode produzir sentidos através do trabalho da ideologia – inserida no funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado – e do inconsciente, constituindo o que pode ser

²⁵ “A forma-sujeito é realmente dialética. Não podemos reduzi-la a uma reprodução homogênea e pré-determinada, onde o sujeito seja totalmente manipulado pela ideologia e esteja completamente à mercê da formação discursiva que o domina. Em se tratando de sujeito e de seus discursos, não existe homogeneidade” (LAGAZZI, 1988, p. 25).

²⁶ “Ao falarmos em aparelhos ideológicos do Estado e de suas práticas, dissemos que cada um deles era a realização de uma ideologia [...]. Retomamos esta tese: uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material” (ALTHUSSER, 1974, p. 84).

denominado de discurso. A partir dessa concepção, pode-se afirmar que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua” (ORLANDI, 2007a [1999], p. 17) e que esse processo não pode ser dissociado do fato de que, “Na verdade, o que a tese ‘a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos’ designa é exatamente que **‘o não-sujeito’ é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia**” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 141, grifos meus). Nesse mecanismo, a ideologia trabalha constituindo simultaneamente os sujeitos e os sentidos na medida em que fornece as evidências imaginárias da existência espontânea de ambos.

O que marca o funcionamento da ideologia no processo de interpelação do indivíduo em sujeito é a dissimulação da sua existência pela forma como funciona²⁷, produzindo no sujeito a impressão de que o que diz e pensa tem origem em si e não em fenômenos exteriores. A esse respeito, o inconsciente, como definido por Lacan, se aproxima da maneira como a ideologia trabalha, isto é, não revela sua existência através do seu funcionamento. Porém, traços de seu trabalho podem ser percebidos através de rupturas. Assim,

o significante toma parte na interpelação-identificação do indivíduo em sujeito [...] o que acarreta que o significante não representa nada para o sujeito, mas opera sobre o sujeito fora de toda compreensão. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 241, grifos do autor).

O inconsciente se estrutura como uma linguagem²⁸ e é ao adentrar o campo da linguagem que o sujeito se constitui como tal, ao se inscrever no simbólico que a língua carrega e que já pré-existe ao sujeito, com seus significantes em uma relação, em si, independente. Daí se dizer que o sujeito é efeito e não origem:

Se o sujeito não fabrica a linguagem, deve ser concebido como um efeito de sua constituição na linguagem, se o sujeito não é causa ou origem de si mesmo em função desse aprisionamento primeiro nas malhas de significantes que o antecedem, então isso aponta para o fato que sua inscrição no simbólico o faz portador da divisão inconsciente: o sujeito é falado antes de falar, e sua entrada no simbólico é a entrada em um sistema significante que remete a si mesmo antes de construir redes de sentidos historicamente determinados para o sujeito [...] sem significante

²⁷ “Na ideologia, o que é representado **não é o sistema das relações reais** que governam a existência dos indivíduos, **mas a relação imaginária destes indivíduos, com as relações reais em que vivem**” (ALTHUSSER, 1974, p. 82, grifos meus).

²⁸ Analogia feita por Lacan.

não há sujeito. [...] Para haver sujeito há que haver uma inscrição no significante. (MARIANI, 2003, p. 63, grifos meus).

O sujeito não é pré-dado, não nasce “pronto”, mas se realiza sob os auspícios do deslize e da incompletude. Ao mesmo tempo em que é alienado ao discurso do Outro (inconsciente), há,

no ponto de sua interpelação e de seu assujeitamento, simultaneamente, a possibilidade de sua separação a partir do que cai como efeito dessa alienação. Digamos que isso que cai, que passa por debaixo da barra na própria experiência de alienação do sujeito e que parasita a linguagem, faz surgir como achado alguma outra coisa [...]. **Isso que sempre falha, revela o real do inconsciente como irreduzível à ideologia, isso é, como um resto inassimilável à própria experiência inconsciente da alienação do sujeito ao discurso ideológico.** (CARVALHO, 2008, p. 130, grifos meus).

Ocorre, portanto, que o indivíduo se insere no simbólico através da linguagem, sendo que esta já vem tomada ideologicamente e com traços do inconsciente. Nesse mecanismo os sentidos estão marcados pelo deslizamento, pela incompletude e pela contradição. Dessa forma, “os discursos já estão em processo, nós é que entramos nesse processo”²⁹ (ORLANDI, 2007a [1999], p. 35).

O discurso se constitui, então, a partir da articulação da língua com a ideologia/inconsciente e se realiza no sujeito. Pode-se, então, afirmar que o que vai determinar os efeitos de sentidos de um discurso são as posições que cada sujeito – inserido na linguagem e interpelado pela ideologia – ocupa dentro de uma FD: “As relações de linguagem **são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados.** Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2007a [1999], p. 21, grifos meus).

Após apresentar sua primeira tese sobre o aspecto material do sentido³⁰, Pêcheux (2009 [1988]) define FD como “aquilo que, **numa formação ideológica dada**, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, **determina o que pode e deve ser dito**” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 147, itálicos do autor, grifos meus).

²⁹ “nascemos em um mundo de discurso, **um discurso ou linguagem que precede nosso nascimento e que continuará após a nossa morte.** Muito antes de uma criança nascer, um lugar já está preparado para ela no universo linguístico dos pais” (FINK, 1998, p. 21, grifos meus).

³⁰ “Poderíamos resumir [...]: *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que **elas adquirem seu sentido em referência às formações ideológicas** [...] nas quais essas posições se inscrevem” (PÊCHEUX, 2009, p. 146-147, itálicos do autor, grifos meus).

Dessa forma, ao refletir sobre o funcionamento das FDs no contexto do debate sobre as *cotas para negros* através das publicações de *Veja*, é possível traçar o discurso produzindo os efeitos de sentidos. É o que pode ser percebido na SD seguinte:

SD5: O fato de a ciência concluir que as raças não existem como conceito biológico cria uma dificuldade para os defensores da discriminação reversa (o outro nome para as cotas): inviabiliza a tentativa de usar **critérios objetivos** para decidir quem pode ou não **ser beneficiário de privilégios no vestibular**, no mercado de trabalho ou em licitações públicas. (Revista *Veja*, “Queremos dividir o Brasil como na foto?”, de 2 de setembro de 2009, edição 2128, grifos meus).

É importante notar, nessa sequência, o uso de algumas expressões e denominações que são produzidas a partir da FD em que *Veja* está inscrita. O discurso científico justifica um posicionamento em que as *cotas* passam por um deslocamento em sua denominação, tornando-se “discriminação reversa”. A denominação “discriminação reversa” e a própria palavra “reversa” marcam o espaço na rede de sentidos que envolvem os negros, as *cotas*, a discussão sobre a existência ou não da discriminação racial no Brasil, a partir, nesse caso, da FD na qual o semanário formula o seu discurso.

No processo de formulação, em que a FD permite que as palavras tomem alguns sentidos e não outros, a ciência é mobilizada no posicionamento de que não existem raças humanas puras. Assim, as *cotas* tomam a perspectiva da “discriminação” e são produzidas discursivamente enquanto benefício ou privilégio (“para decidir **quem pode ou não ser beneficiário de privilégios** no vestibular”) (grifos meus). Como disse anteriormente, não se trata apenas de definir se o discurso é a favor ou contra as *cotas para negros*, mas o que ele produz. Se refletirmos sobre expressões como “beneficiário” e “privilégios”, na forma como estão encadeadas na SD, os efeitos de sentidos estão mais ou menos fixando uma imagem do cotista negro, pois esse se utiliza de um mecanismo não objetivo e discriminador (“reverso” (rancoroso/vingativo?) – o que não está dito?), o qual, talvez, não tenha feito por merecer ser aprovado na seleção do vestibular, em concursos e licitações públicas. Há a construção imaginária alguém que toma o espaço (vaga na universidade pública) de quem é de direito.

A partir deste mecanismo em que os termos tomam certas direções discursivas e não outras é que pode ser realçado o constante embate entre FDs,

pois, em uma FD que defende a política de *cotas para negros*, expressões como as elencadas acima provavelmente produziriam outros encaminhamentos, ou não estariam presentes da mesma forma na materialidade discursiva, porque passariam pelo crivo do posicionamento no qual as *cotas* são um direito, como pode ser destacado na sequência abaixo:

SD6: A senhora [Marina Silva: candidata à presidência da República] é a favor da política de cotas raciais para o acesso às universidades? **Há quem ache que as cotas levam à segregação, mas eu sou a favor** de que se mantenha essa política por um tempo determinado. Acho que **há, sim, um resgate a ser feito de negros e índios, uma espécie de discriminação positiva**. (Revista *Veja*, “Marina imaculada”, de 2 de setembro de 2009, edição 2128, grifos meus).

A então candidata à presidência da República, Marina Silva, se posiciona a favor das *cotas*. Como candidata, naquele contexto, cada palavra dita toma uma repercussão maior. O que quero destacar dessa SD é o fato de a FD na qual Marina Silva se posiciona discursivamente produzir, a partir da palavra “discriminação”, um tom positivo (“discriminação positiva”). A expressão toma esse aspecto por estar associada a um “resgate”, pelo fato de possivelmente ter ocorrido uma “discriminação negativa”: portanto, uma “correção histórica”, por algo que ocorreu no passado, é necessária. A palavra “positiva” nessa FD (*pró-cotas*) funciona de maneira próxima ao emprego da expressão “reversa” da outra FD (*anticotas*), adjetivando o mesmo significante, porém produzindo outros efeitos de sentidos.

Ao se referir à “segregação” que as *cotas* poderiam produzir, a candidata aponta para a existência do argumento de outra FD (*anticotas*) presente no embate sobre o tema e da qual difere, utilizando o conectivo argumentativo “mas”, conforme Ducrot (1987)³¹. Nesse caso, negros e índios *não são considerados* privilegiados ou beneficiários de uma ação sem objetividade científica, a qual prejudicaria outras pessoas que compõem a sociedade, mas são cidadãos exercendo seus direitos. Dessa maneira, a sustentação do argumento a partir da “discriminação positiva” por “um tempo determinado” possibilita traçar os deslocamentos dos sentidos em que as

³¹ Devo salientar que considero o uso do conectivo argumentativo inserido no processo de interpelação ideológica, no qual as palavras são utilizadas conforme as FDs predominantes e o constante embate entre elas. Segundo Maingueneau: “O *mas* da refutação recusa a legitimidade daquilo que um destinatário disse ou pensou, ou poderia ter dito ou pensado. **Já o *mas* argumentativo possibilita a oposição à interpretação argumentativa que um destinatário atribui ou poderia atribuir à proposição P de ‘P mas Q’**”. (MAINGUENEAU, 1997, p. 166, itálicos do autor, grifos meus).

distintas FDs (*pró-cotas* e *anticotas*) produzem determinados efeitos de sentidos, a partir do mesmo significante.

Nesse mecanismo em que diferentes FDs formulam os efeitos de sentidos é possível afirmar que, “se o sujeito fala a partir do lugar do professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno” (ORLANDI, 2007a [1999], p. 39). Segue-se, portanto, que, quando a revista *Veja* aborda as *cotas*, estão em choque diferentes posições, produzindo efeitos de sentidos que, além de se mostrarem a favor, indiferentes ou contra a existência das *cotas*, permitem mostrar *como ocorre o processo discursivo*. Cada FD produz efeitos de sentidos segundo a sua disposição/embate no emaranhado das formações ideológicas (doravante, FIs), sendo que cada posicionamento no interior de uma FD produz nos sujeitos o efeito da unicidade (sujeito como centro da produção dos sentidos), no qual as palavras podem receber determinados sentidos e não outros.

Apesar de dizer que uma determinada FD produz discursos com certa regularidade, não se pode acatar o conceito de FD como uma máquina de produzir tipos retilíneos e específicos de discurso, pois as relações de desigualdade-subordinação estão presentes e não permitem que os limites sejam definidos de maneira estanque, uma vez que a FD representa um fragmento, uma regionalização das FIs que sintetizam práticas de classe que resultam da dinâmica da luta de classes e que não podem ser descritas *a priori*, senão pelo viés da contradição e do movimento dialético. Além disso, deve-se considerar o inconsciente, o qual, segundo Pêcheux (2009 [1988]), produz com a ideologia a identificação do sujeito com determinadas FDs e o recalque que apaga o processo que leva a essa identificação. Entretanto, a identificação não ocorre de maneira completa, como também não ocorre a interpelação, pois o funcionamento do inconsciente se dá através de irrupções, chistes, equívocos, lapsos³²:

Elas [as FDs] são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e **suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações**. (ORLANDI, 2007a [1999], p. 44, grifos meus).

³² “os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação *sentido/non-sens* do sujeito dividido [...]. Apreender até seu limite máximo a interpelação como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, 2009, p. 277, itálicos do autor, grifos meus).

Se a FD é heterogênea, deve-se pensar *nos deslocamentos do sujeito*. Nesse aspecto, pode-se fazer menção às *diversas posições discursivas ocupadas pelo sujeito* no seio de uma FD e, a partir disso, às *diferentes posições do sujeito*, na medida em que no interior da FD há constantes deslizes, deslocamentos, reformulações. Assim, a forma-sujeito que representa o modo como resulta nas práticas sociais cotidianas a interpelação, em determinada conjuntura histórica, produz na estrutura social do capitalismo o sujeito-de-direito: “um sujeito responsável por suas ações, ao qual a história tensa de sua constituição foi **atribuindo direitos e deveres**” (LAGAZZI, 1988, p. 19, grifos meus). No processo histórico da produção da forma-sujeito capitalista, há a passagem de um sujeito religioso para um sujeito autônomo, pautado em um arcabouço jurídico que regula as ações entre o Estado e o povo e entre os componentes deste, sendo que prevalece a marca idealista da individualidade, das intenções e da responsabilidade.

Nesse sentido, a

ideologia jurídica instala uma ambiguidade no sujeito: ao mesmo tempo em que este se vê como um ser único, senhor e responsável de si mesmo, ele é ‘intercambiável perante o Estado’ (Haroche, 1984), que se dirige a cidadãos, a cada um e a todos ao mesmo tempo, a uma massa uniforme [...] que têm a ilusão da unicidade. (LAGAZZI, 1988, p. 20-21, grifos meus).

A insígnia da unicidade, da autonomia e da responsabilidade que fixa o sujeito jurídico possibilita pensar a autoria como uma função discursiva do sujeito na medida em que dá unidade à dispersão discursiva ao produzir um texto e traz a necessidade de alguém que o tenha construído e/ou se responsabilize por ele: “Se o sujeito é opaco e o discurso não transparente, no entanto o texto deve ser coerente, não-contraditório e seu autor deve ser visível, colocando-se na origem de seu dizer” (ORLANDI, 2007a [1999], p. 75). Além disso, também é possível refletir sobre a existência do sujeito-leitor/autor, o qual toma, em primeira instância, a livre determinação dos sentidos. Porém, “há uma espécie de imposição exercida de fora para que ele **atribua vários (mas apenas alguns) sentidos e não outros**” (ORLANDI, 2008, p. 50, grifos meus). Nesse aspecto, tanto o autor quanto o leitor estão sob “o mecanismo coercitivo de individualização imposto pelas instituições” (ibidem).

Ao trazer algumas características em relação ao sujeito e às suas funções (autor/leitor), discutirei, no item 4.2.1, algumas cartas dos leitores publicadas na revista *Veja*, abordando o tema das *cotas para negros*.

3.1.3 Interdiscurso, esquecimentos e condições de produção

As FDs, que demarcam o que pode e deve ser dito pelos sujeitos ao produzirem seus discursos, estão subordinadas ao interdiscurso:

Nesse sentido, pode-se bem dizer que o **intradiscurso, enquanto ‘fio discursivo’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo**, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 154, grifos meus).

Quando algum discurso se materializa, estão em “jogo” distintas FDs que representam, através da linguagem, regionalizações das Fls, estas constituídas sob o viés das relações de desigualdade-subordinação que marcam a forma como funcionam os aparelhos ideológicos de Estado. Nesse processo complexo, o intradiscurso, enquanto materialização de determinadas FDs, condensa, assim, a relação intrincada entre ideologia/inconsciente, interdiscurso e condições de produção.

Após citar sua segunda tese sobre o aspecto material do sentido, a saber:

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas [interdiscurso], *intrincado no complexo das formações ideológicas*. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 148-149, itálicos do autor, grifos meus).

Pêcheux analisa o trabalho do interdiscurso, que se torna um conceito profícuo na AD. Ao refletir sobre as questões das orações adjetivas (explicativas/restritivas) sob um panorama materialista, Pêcheux destaca o funcionamento do interdiscurso, que propicia destacar a existência de algo que fala “sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 149). Nesse caso, o encadeamento do pré-construído (efeito da restritiva) com a articulação de enunciados (efeito da explicativa), sintetiza, na verdade, os traços do processo de interpelação, que não

podem ser identificados pelo sujeito pelo fato de a interpelação produzi-lo como sujeito autônomo.

O trabalho do pré-construído e da articulação pode ser observado, por exemplo, através da SD seguinte:

SD7: Gêmeos idênticos, Alex e Alan foram considerados pelo sistema de cotas como **BRANCO E NEGRO. É mais uma prova de que RAÇA NÃO EXISTE**. (Revista *Veja*, “Raça não existe”, 6 de junho 2007, edição 2011, grifos meus).

A SD, que é a chamada de capa da edição da revista, nos dá alguns indícios que permitem remeter ao processo interdiscursivo produzindo significação. As expressões “gêmeos idênticos”, “branco e negro” e “raça não existe”, além do efeito de evidência que produzem, destacam o “problema” existente nas classificações raciais presentes na *política de cotas*.

Dessa forma, na expressão “raça não existe” está presente certa dimensão de efeitos de sentidos, presentes, apagados, de toda maneira, significando, pois, no Brasil, a menção sobre “raça” esteve, há muito, intrincada e conectada a um discurso que buscava a unidade nacional, produzindo as relações étnicas como harmônicas. No passado, a problemática envolvendo o fator “raça” ocorreu e foi discursivizada em relação ao negro “passivo”, escravizado e, posteriormente, livre, e o branco “ativo”, ora senhor (dono) de escravizados, ora “libertador” (Princesa Isabel): “A adoção pela elite brasileira, de uma ‘ideologia racial’ teve início nos anos de 1870, tendo se tornado amplamente aceita entre as décadas de 1880 e 1920” (JACCOUD, 2008, p. 47). Nesse período, prevalece o discurso do branqueamento da população brasileira, isso conectado a um discurso e a um fazer científico segundo os quais o ideal de uma nação branca está associado ao progresso, à civilização da nação, tendo como modelo os valores europeus.

Já “a partir dos anos de 1930, o Brasil assistiu ao progressivo desaparecimento do discurso racista [...]. Em seu lugar, emerge um pensamento que destaca a dimensão positiva da mestiçagem” (JACCOUD, 2008, p. 50) e que se torna predominante nas interpretações envolvendo as questões étnicas, que são tomadas a partir não mais da dimensão biológica, mas cultural e social. Surge o que se passou a denominar de ideologia da democracia racial brasileira.

A ideia da democracia racial que esteve presente no século XX, apoiada em um dizer que recusa a interpretação puramente biológica, fundamentou o discurso

que nega o embate étnico, tornando a mestiçagem um fenômeno positivo para a nação e, também, defendendo a não existência do racismo ou do preconceito racial.

Porém, a partir dos anos de 1990, é a biologia, pautada nos estudos genéticos, que “prova” a não “existência de uma raça pura” e que fornecerá subsídios para que a democracia racial, enquanto pré-construído, permaneça como base para as ressignificações no discurso sobre as *cotas para negros*.

Assim, no âmbito da discussão sobre a implantação das *cotas*, o já-dito fornece aos sujeitos possibilidades de significação segundo suas posições discursivas e as condições de produção desse dizer. Se pensarmos a SD abordada acima, remontando aos elementos do interdiscurso, isto é, ao pré-construído e à articulação, o discurso de *Veja*, que nega a existência de raças humanas, está pautado em um fazer científico – o qual “é mais uma prova” – e mantém, em sua base, sentidos que retomam a valorização de um país mestiço, “democrático racialmente”, sem embates ou sem desigualdades fundamentadas nas categorias étnicas. Qualquer atitude nesse sentido toma o aspecto da arbitrariedade.

A articulação, através de retomadas perceptíveis na sequência abordada, cria uma relação de causa e efeito, de encadeamento, no qual os termos “gêmeos idênticos” e “é mais uma prova que”, “branco e negro” e “raça não existe” dão indícios que permitem mapear o interdiscurso disponibilizando dizeres que marcam a permanência do discurso da democracia racial na FD a partir da qual a revista *Veja* se posiciona ao discutir *cotas para negros*. Assim, a produção dos efeitos de sentidos através de determinado posicionamento discursivo do sujeito permite que expressões sejam enunciadas produzindo o efeito de evidência, como se o discurso só pudesse ser aquele.

É a partir do intradiscurso que é possível traçar como ocorre o processo discursivo (mobilização do interdiscurso), pensar no embate entre diferentes discursos e, também, os discursos científico e jurídico mobilizados nesse embate, sendo que se pode falar em sentidos outros, apagados, e na existência de posições discursivas antagônicas. Assim, a existência do preconceito ou da discriminação pautada estritamente na cor está apagada, prevalecendo efeitos de sentidos que pautam a diferença entre caucasianos e negros a outros aspectos que não a presença da melanina³³.

³³ Substância no corpo humano que define a cor da pele.

No contexto do debate em torno das *cotas para negros*, a FD que produz o dizer de que “raça não existe” constrói efeitos de sentidos que desqualificam as *cotas* a partir da resignificação – em termos de que isso já significou, no passado e em outras condições – das relações étnicas, consideradas amigáveis e sem conflitos.

Nesse sentido, o pré-construído fornece o efeito do “sempre-já-aí”, o “mundo das coisas” como universalidade. Esse efeito “consistiria numa **discrepância pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’**” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 142, grifos meus). A articulação ou discurso transversal é o modo como se estabelece a relação do sujeito com o sentido, a maneira como ocorre a dominação da “forma-sujeito”. Assim, “o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 199). Os sentidos não estão sob o controle do sujeito, mas são frutos de relações mais complexas que o interpelam e apagam o próprio mecanismo de interpelação.

Além do efeito de realidade, o pré-construído pode ser definido pela presença de elementos discursivos que, em outros momentos, já significaram e que surgem como “prontos” para o sujeito do discurso, produzindo a sensação de universalidade e de completude:

o pré-construído [...] remete simultaneamente ‘**àquilo que todo mundo sabe**’, isto é, aos conteúdos de pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação e **àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender**, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 158-159, grifos meus).

Nesse aspecto, ao abordar a questão das *cotas*, o discurso de *Veja* pode ter como pré-construídos a noção de democracia racial e, também, concomitante a essa, a noção idealista de igualdade jurídica entre os indivíduos, que pode produzir efeitos de sentido e, ao mesmo tempo, silenciar os processos históricos em que o negro esteve/está presente, como o período da escravização e o seu papel histórico na construção do país.

No mecanismo em que o pré-construído se mostra como o “já-dado”, o “sempre-já-aí”, a articulação é a forma como se estrutura a construção material do sentido, ou melhor, a própria materialidade linguística, palavras, expressões e proposições, correferências, sustentando o dizer:

a articulação (e o discurso transversal, que [...] é o seu funcionamento) corresponde, ao mesmo tempo, a: **‘como dissemos’ (evocação intradiscursiva); ‘como todo mundo sabe’ (retorno do universal no sujeito); e ‘como todo mundo pode ver (universalidade implícita de toda situação ‘humana’)**. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 159, grifos meus).

Além disso, ao considerar o funcionamento do discurso transversal, pode-se perceber um trabalho de substituição no seio das FDs, porém em relação à FD predominante, sendo que essa substituição pode ocorrer de maneira simétrica (equivalência de significação entre elementos A e B) ou por substituição orientada (implicação), na qual os elementos A e B, ao passarem para a relação de substituição B e A, não mantêm a mesma relação significativa.

Segundo Pêcheux (2009 [1988]), é no funcionamento do interdiscurso³⁴ que a FD absorve elementos pré-construídos alhures e os reformula através da associação com elementos que são encadeados no enunciado (discurso transversal), produzindo os sentidos (evidentes) em que são fornecidos os fundamentos da identificação do sujeito com as FDs, segundo as condições ideológicas em que as FDs estão inseridas. Ocorre “um ‘trabalho’ de unificação do pensamento, em que as subordinações se realizam ao se apagarem na extensão sinonímica da paráfrase-reformulação” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 245).

Cabe fazer menção, ao pensar o “complexo com dominante das formações discursivas” intrincadas ao processo da interpelação ideológica, aos esquecimentos que permitem ou reforçam a noção de o sujeito ser origem e não efeito. Assim, o esquecimento número 1 é o que sintetiza o mecanismo da interpelação, no qual o sujeito só pode existir através do molde da autonomia (“coincidência do sujeito consigo mesmo”). Segundo Orlandi (2007a [1999]), esse esquecimento é da instância do inconsciente, onde “temos ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes” (p. 35). O esquecimento número 2 está ligado ao funcionamento da FD, pois explica o fato de o sujeito, ao dizer certas palavras a partir de uma FD, produzir a noção de que tem o controle sobre o que quer enunciar. Esse esquecimento constrói uma ilusão referencial, “faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de

³⁴ “o interdiscurso não intervém jamais como uma globalidade, um ‘todo’ gestaltista onipresente em sua causalidade homogênea” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 240).

tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim” (ibidem).

O esquecimento, em suas duas variantes conceituais, é *constitutivo dos sentidos e do sujeito*, dissimulando a interpelação ideológica e o funcionamento da FD. No caso das *cotas*, Veja, ao citar o estudo do “economista negro” Thomas Sowell sobre as “medidas de ação afirmativa”, diz:

SD8: Suas conclusões formam o mais **racional e desapaixonado conjunto de razões** para não adotar **sistemas de cotas e outras leis discriminatórias**. (Revista *Veja*, “Negros rumo ao topo”, 25 de agosto de 2010, edição 2179, grifos meus).

A interpelação ideológica produz o sujeito inteirado (esquecimento número 1) e fornece, através da FD, os dizeres (esquecimento número 2). No caso da SD acima, o dizer poderia tomar outros caminhos, outras palavras poderiam ser utilizadas, porém, nos embates entre distintos discursos, a FD de *Veja* demarca a sua fala, em que “racional”, “desapaixonado” e “leis discriminatórias” apontam para o reforço dos efeitos de sentidos, esquecendo que outras possibilidades discursivas poderiam ser tomadas. Para o sujeito constituído nessa FD (*anticotas*), é *evidente* que o estudo do economista, alinhado ao seu discurso, só possa significar desta forma e não de outra.

No mecanismo em que o interdiscurso é a possibilidade da estruturação do intradiscurso, na medida em que fornece as bases para que ele se realize, e que os esquecimentos reforçam o apagamento do que sustenta o dizer, as condições de produção podem ser consideradas como as incalculáveis possibilidades que os sentidos podem tomar a partir de uma conjuntura histórica e discursiva. Ao refletir sobre expressões como “escravidão” e “raça humana” e pensar nos efeitos de sentidos que produziram em meados do século XIX e os que podem produzir contemporaneamente, no âmbito das discussões a respeito das *políticas afirmativas* para negros, fica clara a maneira como as condições de produção são relevantes ao se traçar o funcionamento dos discursos, no qual os sentidos podem ser ressignificados ou silenciados. Ao pensar as palavras “escravidão”, “escravo” ou “racismo” nas condições de produção contemporâneas, possivelmente os efeitos de sentidos não estarão presos à mesma rede de sentidos de outrora:

Para a sociedade, **nada havia de antiético em violentar o negro. O escravismo pressupunha a superioridade racial do branco e a**

Igreja avalizava moralmente a opressão, aplicada pelos proprietários como ‘disciplina’ para ‘educar’ os escravos. (CHIAVENATO, 1999, p. 50, grifos meus).

Esse *novo trajeto discursivo* ocorre devido aos aspectos históricos que desencadearam na explicitação, na Constituição Federal de 1988, do combate a qualquer prática análoga ao trabalho escravo, sintetizando uma ressignificação, pautada no modelo capitalista/consumista, que necessita de *trabalhadores assalariados que possam consumir*, ao invés de serem dependentes cativos; ao mesmo tempo, o conjunto ético idealista desse mesmo modelo de produção postula um sujeito jurídico pleno, com deveres e direitos, a partir do qual o *princípio da igualdade e dos direitos humanos* se torna um dos pilares centrais.

As condições de produção podem, portanto, ser pensadas, de maneira ampla, como as práticas cotidianas (ideológicas) no processo de constituição dos sentidos, sendo que, de maneira mais restrita, pode-se pensar no instante da enunciação.

Nesse sentido, quando *Veja* aborda as *cotas para negros*, pode-se destacar o dizer do semanário em relação a outros dizeres em oposição ou alinhados a seu discurso. Além disso, de maneira ampla, deve-se destacar a existência de projetos de leis que buscam efetivar as *cotas* nacionalmente de maneira padronizada, além das experiências já existentes nas universidades públicas e no serviço público, em alguns Estados. Essa conexão com as condições de produção, fomentando efeitos de sentidos sobre as *cotas*, pode ser percebida quando a revista se refere, em suas páginas, aos projetos em votação e cita direta ou indiretamente os dizeres de pessoas relacionadas com a temática.

SD9: No ensino superior, **apenas oitenta de mais de 2000 instituições** adotam sistemas que beneficiam os negros, **todas elas experiências que datam de 2002 para cá**. (Revista *Veja*, “Negros rumo ao topo”, 25 de agosto de 2010, edição 2179, grifos meus).

Veja traz parte das condições de produção do seu discurso sinalizando o período em que as *cotas* passam a ser efetivadas (2002), fazendo uma constatação da pouca expressividade dos “sistemas que beneficiam negros”. Porém, o semanário não revela se o total das instituições (2000) se refere somente ao setor público ou se está incluído, também, o privado. Nesse caso, as condições de produção, nas quais distintas FDs podem produzir determinados efeitos de sentidos, fomentam, a partir da FD na qual o dizer de *Veja* se constitui, as *cotas* como algo já

em prática, porém sem expressividade “no ensino superior”, como é possível perceber pelo uso da palavra “apenas”.

As condições de produção estão inteiramente relacionadas aos aspectos históricos e sociais de uma determinada conjuntura no mecanismo de constituição do discurso: “Pêcheux compreende *condições de produção* como a representação da **situação empírica no imaginário histórico-social**” (MOURA, 2004, p. 11, itálicos da autora, grifos meus).

3.2 IMPRENSA E INSTITUIÇÃO

Sob o viés da AD, é possível pinçar algumas características do modo como ocorre o discurso da imprensa. O fazer jornalístico tem o seu ritual próprio, o que permite pensar que esse fazer trabalha na *institucionalização dos sentidos*, nos moldes traçados por Mariani (1998), na medida em que dirige e homogeneiza interpretações para o leitor e que define, ao longo da sua história, como deveria ser o seu funcionamento e *o que esperar de um jornal ou de uma revista*. Nesse caso, é possível considerar

o discurso jornalístico como uma modalidade de *discurso sobre*. Um efeito imediato do *falar sobre* é tornar objeto aquilo sobre o que se fala [...] Os discursos sobre são discursos que atuam na ***institucionalização dos sentidos***. (MARIANI, 1998, p. 60, itálicos da autora, grifos meus).

Nesse sentido, portanto, é imperioso destacar que a imprensa tem desempenhado primordial função na sociedade contemporânea. O trabalho da imprensa, então, enquanto meio de produção de efeitos de sentidos, não pode ser aceito como simples transmissão de informações (relação referencial). É nesse aspecto que acredito, conforme Mariani (1998), ser coerente e produtiva a noção da imprensa enquanto instituição, com sua especificidade histórica, com práticas instituídas simbolicamente e presentes no imaginário social. Dessa forma, deve-se considerar a imprensa como uma instituição social e histórica que, no mundo ocidental, desde o surgimento das primeiras tipografias, tomou forma, produzindo uma memória sobre o seu fazer que, através do controle religioso e político, estabeleceu um imaginário social específico, no qual prevalece a noção da imprensa

como um “veículo de comunicação”. Ao estar pautada sob a marca da referencialidade e da obediência às leis e aos padrões predeterminados, fica apagado o processo em que tipógrafos eram perseguidos, considerados subversivos e necessitavam estar sob a vigilância constante da Igreja e do Estado.

Assim, parto da perspectiva de que a imprensa, ao mesmo tempo em que produz o seu discurso sob o molde da evidência dos sentidos e da referencialidade, *reforça*, também, seu próprio modo de funcionar e o imaginário da instituição:

Dito de outra maneira, a imprensa é constituída por uma ‘norma identificadora’, resultado da aplicação da lei, mas, ao mesmo tempo, esse discurso jurídico-político se apaga na história da imprensa, como se fosse evidente que os jornais só são veículos de comunicação. Os rituais jornalísticos, designados como devem ser, de acordo com a Lei, acabam sendo representados sob a evidência de que são unicamente e sempre assim. (MARIANI, 1998, p. 77, grifos meus).

Apontar para essa institucionalização dos sentidos não significa que o discurso jornalístico esteja sob a égide de seus próprios desígnios, mas que ele toma a dimensão de autoridade, direciona e dá encaminhamentos. Assim, ao se afirmar a produção do discurso jornalístico enquanto homogeneização, o que se quer demonstrar

É a sua submissão ao jogo das relações de poder vigentes, é sua adequação ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes. É, também, o efeito de literalidade decorrente da **ilusão da informatividade**. Estas propriedades, no nosso entender, estão no cerne da produção jornalística: **são aspectos invariantes de qualquer jornal de referência.** (MARIANI, 1998, p. 63, grifos meus).

Essa relação envolvendo a imprensa – enquanto instituição – e os leitores pode ser sintetizada, por analogia, como um contrato no qual o discurso está conectado ao sistema de valores que é compartilhado entre os elementos envolvidos:

Deve ser ressaltado que esse contrato, contudo, não é fundado em um acordo explícito. As cláusulas revelam uma série de **expectativas mutuamente partilhadas que influenciam a produção e o consumo do discurso jornalístico.** (HERNANDES, 2006, p. 18, grifos meus).

Dessa forma, quando penso na produção de sentidos na imprensa, há que se fazer menção ao mecanismo de antecipação e às formações imaginárias, uma vez que

A produção de sentidos [...] se realiza a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos próprios jornalistas (eles também sujeitos históricos), dos leitores e da linha política dominante no jornal. Por outro lado, há eventos políticos produzidos para se imporem como notícia. (MARIANI, idem, grifos meus).

As formações imaginárias podem ser sintetizadas da seguinte maneira, conforme Gadet & Hak (1997, p. 83, grifos meus):

I A (A): Imagem de A para o sujeito colocado em A: **Quem sou eu para lhe falar assim?**
 I A (B): Imagem de B para o sujeito colocado em A: **Quem é ele para eu lhe falar assim?**
 I B (B): Imagem de B para o sujeito colocado em B: **Quem sou eu para que ele me fale assim?**
 I B (A): Imagem de A para o sujeito colocado em B: **Quem é ele para que me fale assim?**

É relevante pensar as formações imaginárias e relacioná-las ao constante interesse dos órgãos que compõem a imprensa em efetuar pesquisas para definir quem/qual é o seu público leitor. A revista *Veja* utiliza-se desses métodos não só para definir sua pauta, como também para demonstrar às empresas anunciantes a gama e o perfil dos possíveis consumidores dos produtos anunciados³⁵.

Levando em conta, portanto, as formações imaginárias envolvidas na relação imprensa/leitor é que há como se destacar o papel da imprensa como instituição:

O que chamamos instituição [...] é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas e condutas sociais [...] **As instituições que se estabelecem tornam-se visíveis socialmente através de práticas e/ou rituais sociais [...] Esta visibilidade provoca um efeito de reconhecimento: ‘todo mundo sabe’ (ou se não sabe, deveria saber) o que é uma escola, um jornal, uma igreja etc.** (MARIANI, 1998, p. 71, grifos meus).

Ao entrar em contato com o discurso da revista *Veja*, está já-dado ao leitor o modo como funciona (ou deveria funcionar) a revista, pertencente à instituição

³⁵ Dados disponíveis em <http://www.publiabril.com.br/upload/files/0000/0015/Top_Brands_2009_-_pesquisa.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2012.

imprensa³⁶. Assim, os efeitos de sentidos são construídos na relação com as posições discursivas envolvidas no discurso a respeito das *cotas*, como também a maneira como a imprensa deve atuar contemporaneamente, ou melhor, a construção imaginária sobre como deve ser o seu fazer, o seu *modus operandi*. Dessa forma, é produzida a evidência (“como todo mundo sabe”) do funcionamento do discurso jornalístico pautado nos conceitos *da informatividade, da referencialidade, da objetividade e da verdade*. Um determinado discurso sobre as *cotas para negros* nas páginas de *Veja* aponta, além da temática em si, para o fato de que o que está sendo enunciado corresponde – ou deveria corresponder – aos padrões esperados da imprensa.

Também, a partir da forma que toma o discurso jornalístico, pode-se aplicar a tipologia desenvolvida por Orlandi (2007a [1999]), que caracteriza os discursos por tipos: lúdico, polêmico e autoritário. Essa tipologia está relacionada ao funcionamento da paráfrase (o mesmo/reforço) e da polissemia (o novo/deslizamento). Desse modo, o tipo lúdico estaria mais próximo da polissemia; no tipo polêmico, há o embate entre o mesmo e o novo, a partir do qual os interlocutores buscam defender e estabelecer as suas verdades; já no tipo autoritário a paráfrase dificulta a ocorrência de novos sentidos ou maneiras de significar (ibidem).

Quando *Veja* aborda as *cotas*, o discurso autoritário ocorre tanto sob o molde da paráfrase e da sedimentação dos sentidos (MARIANI, 1998), quanto nas estratégias discursivas adotadas pelo periódico: mobilização do discurso científico, uso do discurso de pessoas envolvidas com o tema, alinhamento aos pressupostos do “mundo moderno”; eles respaldam as afirmações do periódico. Vejamos:

SD10: A ideia de que existem raças é um anacronismo que não condiz com a tradição brasileira e com as mudanças que vêm ocorrendo no mundo civilizado. (Revista *Veja*, “Queremos dividir o Brasil como na foto?”, 2 de setembro de 2009, edição 2128, grifos meus).

O termo “anacronismo”, que o semanário destaca sobre a “ideia de que existem raças”, está sustentado no interdiscurso que fornece um já-dito, que traz uma memória discursiva que, tomam as relações étnicas (“tradição brasileira”) sob a

³⁶ “As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico [...] e constituem cada qual sua rede simbólica” (CASTORIADIS, 1982, p. 142).

perspectiva da cordialidade (sem preconceito, discriminação, racismo). Esse discurso também está amparado na ideia da modernidade e da existência de “um mundo civilizado” do qual o Brasil deve fazer parte. Porém, a “classificação racial” estimulada pelas *cotas* é compreendida como um obstáculo.

No discurso jornalístico, é possível perceber os três tipos de discurso ocorrendo, porém *com a predominância do tipo autoritário*:

No entanto, no juridismo da interação jornal-leitor, o discurso autoritário, se assumindo explicitamente, entraria em contradição com a proposta da forma-sujeito jornalista, que constrói para si uma imagem de defensor da liberdade de expressão, de quem trabalha com o discurso da imparcialidade, de quem relata os acontecimentos sem interferir neles. Portanto, uma das ‘estratégias’ do discurso jornalístico seria apagar marcas do autoritarismo no seu dizer, seja atribuindo responsabilidades a seus interlocutores, seja cotejando posições contraditórias em sua prática de escrita. (MOURA, 2004, p. 154, grifos meus).

É preponderante dizer que, mesmo ao tomar um determinado *trajeto* sobre o tema “cotas raciais”, a revista *Veja* não está indo de encontro aos pressupostos que regem o *modus operandi* do discurso jornalístico. Quando toma certos posicionamentos discursivos, não se pode pensar que isso leve à desestabilização dos valores da verdade, da objetividade e da neutralidade de que a revista se reveste, mas que o posicionamento é tomado como a verdade; o discurso científico – através da fala de cientistas, professores universitários, “especialistas” e da exposição de tabelas, pesquisas, gráficos, infográficos – é um exemplo dos meios mobilizados para ajudar a respaldar os sentidos produzidos, como na SD abaixo:

SD11: Atualmente com o conhecimento que se tem do DNA humano a tese de que a humanidade pode ser dividida em raças foi relegada ao ridículo (Revista *Veja*, “Queremos dividir o Brasil como na foto?”, de 2 de setembro de 2009, edição 2128, grifos meus).

O imaginário que produz a “notícia” ou a “informação” que consta nas páginas de *Veja* como uma verdade e, também, com certo grau de relevância, por estar sendo discutida em suas páginas, permite ao periódico usar normalmente o tom autoritário e didático em seu discurso. Por outro lado, o semanário não pode – ou não poderia – deixar dúvidas sobre o que quer dizer (evidência da objetividade), porque isso seria estar indo de encontro aos pressupostos que regem o seu fazer enquanto imprensa. Além disso, a revista se ampara em outras instituições, como o caso da ciência e do discurso jurídico.

Na **SD11**, é possível perceber a mobilização do discurso científico e jurídico, possibilitando que *Veja* produza o discurso sobre “raça” como “divisão” e desqualifique-o (“relegada ao ridículo”). Esse mecanismo é produzido sustentado no aspecto imaginário que envolve a ciência contemporaneamente, amparada na experimentação e, de certa forma, como uma verdade inquestionável. Os leitores do periódico, em sua maioria, leigos em genética, dificilmente discordariam de uma afirmação baseada no “conhecimento que [se] tem do DNA humano”. Nesse caso, o discurso científico está sendo utilizado de acordo com a constituição ideológica de *Veja*. Outra FD poderia, através desse discurso, construir outros encaminhamentos discursivos, de acordo com a ideologia interpelando o sujeito que os produzisse.

Sintetizando, quando digo que a imprensa pode se posicionar dessa ou daquela forma, estou pressupondo que a imprensa está inscrita em determinados posicionamentos políticos de classe de acordo com as questões conjunturais. Como aponta Zanella (2012), *Veja* está constituída e se refere a classes específicas:

a prática neoliberal vendida por *Veja* visa à manutenção do grande empresariado, das multinacionais, dos latifúndios, enfim, das classes de maior poder aquisitivo e de seus lucros [...]. Dessa forma, para assegurá-la, **o semanário apaga que em posições opostas às dessas camadas há outras formações sociais subjacentes.** Não obstante, [...] a revista edita sua série de reportagens de maneira que propague ser *um assunto* de interesse comum. Nesse viés, é como se o imaginário de ‘desenvolvimento’ da revista fosse o único possível. (ZANELLA, 2012, p. 62, itálicos do autor, grifos meus).

No caso da discussão sobre as *cotas para negros*, o posicionamento do periódico pode ser destacado quando o mesmo retrata a ascensão econômica dos negros sem haver a necessidade de qualquer política “protetora” efetivada pelo Estado:

SD12: A metade deles [negros] **já pertence à classe média. Incorporada ao mercado consumidor** com o vigor típico dos recém-chegados, a nova classe emergente negra **investe e empreende.** (Revista *Veja*, “Negros rumo ao topo”, 25 de agosto de 2009, edição 2179, grifos meus).

O semanário tem o seu discurso constituído a partir do posicionamento de classe: nesse caso, a classe média que tem poder de consumo/investimento e pode empreender. O negro pobre, que não está integrando o processo de consumo e

investimento, é silenciado. Porém, esse posicionamento é dissimulado pela crença na objetividade, reforçada constantemente a cada linha publicada no semanário.

Além disso, pode-se considerar que o processo que leva a esse posicionamento não é percebido pelos sujeitos inscritos – jornalistas, editores, proprietários, leitores, pois estes estão inseridos no mecanismo de interpelação ideológica que dissimula o processo do seu funcionamento, prevalecendo que os sentidos só poderiam ser evidentemente aqueles e não outros.

3.2.1 A revista *Veja*

A revista *Veja* foi criada aos moldes das revistas semanais estrangeiras da Europa e dos Estados Unidos:

Toda a preparação para o lançamento, além da campanha de publicidade, mostrava que a Abril esperava muito da nova revista. Roberto Civita e Mino Carta, que seria o seu primeiro editor, **visitaram as redações das principais semanais [...] dos Estados Unidos e da Europa**, para conhecer o que de melhor se estava fazendo no mundo. (CORRÊA, 2008, p. 218, grifos meus).

Para isso, além de conhecer *in loco* essas empresas, foi estruturado no Brasil um curso com objetivo de selecionar e preparar jornalistas para trabalhar na revista. Desse processo, foram contratados cinquenta profissionais³⁷.

Prezado leitor:

Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo que todos os demais leitores do País. **Pois VEJA quer ser a grande revista semanal [...] de todos os brasileiros.** (Revista *Veja*, Carta do Editor, 11 de setembro de 1968, edição 1, grifos meus).

Com essas palavras em editorial assinado por Victor Civita, na edição número 1 de *Veja*, deu-se início às publicações da revista. Apesar das dificuldades enfrentadas pelo periódico nos primeiros anos, devido à baixa tiragem e à censura imposta pela Ditadura Militar³⁸, *Veja* se consolidou, atingindo grandes tiragens semanais no âmbito nacional, ocupando a terceira maior publicação do tipo “revista

³⁷ Disponível em <<http://cursoabril.abril.com.br/edicoes/2008/pdf/especial-veja40anos.pdf>>. Acesso em: 23 Jun. 2012.

³⁸ Idem.

semanal³⁹, atrás de *Time* e *Newsweek*, e a maior do Brasil. Além disso, segundo o *site* da própria revista, o periódico tem uma tiragem de 1.198.484 revistas, projetando a quantidade de 8.891.594 leitores⁴⁰.

Em fins da década de 1970, a revista não sofre mais com a censura, após a saída de Mino Carta – perseguido pelos militares, e passa a reformular sua linha editorial privilegiando temas que eram tidos como importantes para os seus leitores.

Sem abandonar o político, *Veja* passou a dar espaço de primeira página – o que significa grandes reportagens – **para assuntos relacionados aos serviços**. Fizemos uma comparação entre as capas da revista no primeiro trimestre de 1975, em plena ditadura militar, e o primeiro semestre de 2005: [...] Há 30 anos, constata-se somente uma matéria que pode receber o rótulo de ‘serviços’ [...] **Já no primeiro semestre de 2005, manchetes de saúde, entretenimento receberam grande espaço: há seis capas sobre esses assuntos**. (HERNANDES, 2006, p. 205-206, grifos meus).

Se nos primeiros anos *Veja* se pautava em discussões explícitas sobre política, com o passar do tempo começou a focar assuntos descontextualizados dos acontecimentos semanais – pautas frias – e a focar temas sobre comportamento. Porém, essa mudança não significou que o periódico não continuasse a efetuar abordagens políticas, mas que abordagens dispersas passaram a atravessar, de maneira específica, as matérias publicadas, alinhando a defesa de um modo de vida “moderno” à necessidade de que existam políticas, principalmente, econômicas, nesse mesmo sentido.

Portanto, no final da década de 1980 e início da de 1990, como aponta Silva (2009), após o fim da ditadura e os primeiros passos com o fulcro de se efetivar novos rumos para a nação, o semanário toma com maior vigor um discurso com objetivo de construir um “Brasil moderno”, pautado no paradigma que prega abertura da economia para o capital financeiro internacional, privatização das estatais, demissão de funcionários públicos, Estado mínimo, crítica aos movimentos sociais, etc. e busca, ao mesmo tempo, produzir através de um discurso didático e autoritário o consenso sobre os moldes políticos defendidos pelo periódico. Cabe dizer que esse posicionamento não está explicitado diretamente. É produzido sob o molde institucional dos princípios que norteiam o fazer da imprensa, não revelando explicitamente os posicionamentos políticos e as contradições de classe:

³⁹ Disponível em <<http://www.publiabril.com.br/pesquisas/13>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

⁴⁰ Disponível em <<http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informações-gerais>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

É importante ressaltar que as medidas neoliberais dão conta de um leque bastante grande de questões, que acabariam, de formas distintas e desiguais, atendendo aos interesses de todas as parcelas do capital e da burguesia. **O grande embate de *Veja* seria ‘dar a conhecer’ essa realidade aos seus leitores, relevantes parcelas da pequena burguesia brasileira, buscando o convencimento em meio ao conflituoso processo de construção de hegemonia.** (SILVA, 2009, p. 27, grifos meus).

Ao mesmo tempo em que formula um discurso que aponta aos leitores quais seriam os melhores caminhos a serem tomados na política econômica, *Veja* está ligada, como aponta a autora, às grandes empresas que representam o capital financeiro internacional, principalmente, através das cotas de anúncios. Nesse mesmo processo, tanto o executivo federal quanto o legislativo são pressionados a aprofundarem as reformas que correspondam aos anseios do programa traçado pelo periódico; segundo Silva (2009), *Veja* se comporta como um partido político, o “partido neoliberal”.

Ao observar os encaminhamentos que Silva (2009) aponta sobre o posicionamento do periódico, há como traçar, segundo esse posicionamento, a postura e quais deveriam ser as ações e, principalmente, as abstenções efetivadas pelo Estado⁴¹. Nesse sentido, é possível marcar, hipoteticamente, alguns aspectos que podem estar presentes quando a revista aborda as *cotas para negros*: (1) o Estado legislando sobre questões sensíveis, na conjuntura política hegemônica⁴² atual, como as que atingem o “princípio da meritocracia” e a ampliação do ensino superior público; (2) o fato de o Estado interferir em questões sociais e produzir uma deturpação das suas incumbências que, sob essa perspectiva, deveriam ser as mínimas possíveis – apenas garantir (liberdade) e deixar o mercado ditar as regras por si; (3) os movimentos sociais – como o Movimento Negro – podem ser tomados como obstáculos ao pleno desenvolvimento e aplicação dos objetivos traçados, na

⁴¹ “A tese [de *Veja*] é de que nada existiria de mais perfeito que o **mercado**, que teria suas funções erroneamente exercidas no âmbito do Estado” (SILVA, 2009, p. 74, grifo meu).

⁴² “Segundo Gramsci, numa sociedade de classes, a supremacia de uma delas se exerce sempre através das modalidades complementares e, de fato, integradas, se bem que analiticamente dissociáveis, do domínio e da Hegemonia [...] a Hegemonia se exerce sobre grupos sociais aliados ou neutrais, usando dos “mecanismos hegemônicos” da *sociedade civil* [...] Quando a sociedade apresenta uma “estrutura maciça”, como ocorre no Ocidente industrial e mobilizado pelo capitalismo, o papel da ação hegemônica torna-se crucial, não só na gestão como até mesmo na conquista e construção do Estado, um papel privilegiado em relação ao da força, no entanto sempre necessariamente presente” (BOBBIO, 1998, p. 580, itálicos do autor).

medida em que resistem às mudanças perpetradas e pressionam os governos para que sejam efetivadas políticas sociais.

Assim, ao abordar as ocorrências sobre as *cotas para negros*, pode-se destacar, especificamente, como o periódico está inserido nos encaminhamentos políticos contemporâneos, produzindo determinados efeitos de sentidos, porém não desconsiderando que esses encaminhamentos *não são transparentes*, pelo fato de *Veja* estar cercada e fazer-se cercar pelo nevoeiro da neutralidade, da imparcialidade e da verdade *que se estabeleceram historicamente* como sendo os princípios que norteiam o trabalho da imprensa e que, também, nesse sentido, respaldam o discurso do periódico.

[...] relações parafrásticas, as redes de formulações, não são, portanto, óbvias ou automáticas para todo e qualquer leitor. As relações parafrásticas são constituídas pelo analista, após um trabalho de descontextualização das proposições. A seleção desses enunciados é resultado do trabalho de interpretação do analista e constitui a análise propriamente dita.

Cláudia Silva Leopoldino de Moura (2004)

4 A ANÁLISE DO *CORPUS*

No presente capítulo, faço a análise do *corpus*. Primeiramente, destaco os fatores metodológicos que subsidiam a pesquisa e esclareço como efetivei a busca dos textos para a construção do *corpus*. Em seguida, detenho-me nas análises das SDs. Além do foco nas SDs, selecionadas a partir do discurso de autoridade presente no periódico, utilizarei, na discussão, oito cartas dos leitores e nove imagens fotográficas presentes nas reportagens que fazem menção às *cotas*. Essa abordagem não ocorrerá de maneira estanque, mas considerará os distintos modos pelos quais se pode traçar a produção dos efeitos de sentidos sobre o tema e, também, as estratégias discursivas (jornalísticas) adotadas por *Veja*, ao trazer o assunto das *cotas para negros* em suas páginas.

4.1 O PERCURSO METODOLÓGICO

As definições do *corpus* e das tomadas teóricas e metodológicas exigem do analista uma gama de recortes e enquadramentos que, por vezes, se não forem bem utilizadas, acabam por prejudicar ou produzir resultados não pretendidos.

Ao definir as *cotas para negros* como foco do estudo, e após ter efetuado o levantamento do *corpus* da pesquisa, alguns temas surgiram de forma recorrente nas abordagens do assunto na revista *Veja*. Esses temas possibilitaram refletir sobre as relações discursivas que poderiam ser elencadas e que estão de distintas maneiras envolvidas na produção dos efeitos de sentidos sobre as *cotas para negros*: educação (fundamental/superior), meritocracia, igualdade, raça, função do Estado, discurso científico.

Levando isso em conta, pareceu-me mais aceitável dar o tratamento a essas relações tendo como referência a questão central que pretendo discutir: como ocorre o processo discursivo sobre as *cotas para negros* na revista *Veja*? Através desse questionamento, perante as abordagens do *corpus* e as condições de produção, irei refletir sobre essas relações discursivas, na medida em que forem surgindo e sendo parafraseadas na produção dos efeitos de sentidos sobre as *cotas*.

Dito isso, o foco no discurso em relação às *cotas para negros* que ocorre na imprensa possibilita diferentes olhares através de distintos modelos teóricos e

procedimentos metodológicos. Da perspectiva da qual parto, os campos metodológico e teórico estão contínua e estritamente conectados, permitindo produzir o que pode ser denominado de dispositivo de análise, nos termos de Orlandi (2007a [1999]). Nesse sentido, torna-se necessário articular aspectos da AD ao modo como a imprensa produz seus discursos e, também, destacar as características históricas que levaram à proposição das políticas afirmativas e, no seio dessas, ao mecanismo das *cotas para negros*. Esses aspectos devem estar presentes, atravessando o trabalho. Nesse caso,

O analista deve poder explicitar os processos de identificação pela sua análise: falamos **a mesma língua mas falamos diferente**. Se assim é, **o dispositivo que ele constrói deve ser capaz de mostrar isso, de lidar com isso**. Esse dispositivo deve poder levar em conta ideologia e inconsciente assim considerados [...] **O dispositivo [...] deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com sua memória**. (ORLANDI, 2007a [1999], p. 60, grifos meus).

Considerando as distintas possibilidades de filiações de sentidos em que os sujeitos podem estar inseridos é que a perspectiva de abordagem dialética pode ser considerada relevante, ao se traçar que os processos não são apenas linguísticos, mas também históricos e sociais, os quais marcam e constituem o discurso. Nesse sentido, o materialismo histórico pode ser estabelecido, no quadro geral, como o pano de fundo para os apontamentos efetuados. A própria AD adota conceitos do materialismo histórico, na medida em que Michel Pêcheux (2009 [1988]) utiliza conceitos oriundos dessa perspectiva, porém ligados à releitura da obra de Karl Marx por Althusser e sob a necessidade de instituir uma teoria materialista do discurso.

Utilizo o materialismo histórico levando em conta o método dialético – proposto por Hegel em nível do pensamento e, posteriormente, invertido por Marx, tratado em nível da materialidade das relações sociais – que pode ser vislumbrado, como aponta J. Silva (2004), sob três princípios básicos: tudo se transforma; tudo se relaciona; e luta dos contrários:

A dialética materialista ou **o materialismo histórico absorve os três princípios básicos do método dialético**, mas, ao contrário de Hegel, **considera que a transformação social decorre não das contradições que se manifestam em nível do pensamento, mas das contradições que se manifestam em nível da própria**

realidade social [...] deve-se partir das contradições que ocorrem **na base material da sociedade**. (J. SILVA, 2004, p. 44-45, grifos meus).

Nesse sentido, o materialismo histórico inverte o posicionamento de que apenas a reprodução/transformação no pensamento pode levar à reprodução/transformação da sociedade, e passa a afirmar que a mudança ou a manutenção de determinada formação social ocorre a partir da relação que o ser humano estabelece com o mundo a sua volta, mecanismo esse não espontâneo e marcado pela contradição. De forma ampla, o materialismo histórico explica a constituição social em diferentes sociedades e períodos históricos como marcada pela contradição e luta de classes, sendo esse o seu traço essencial (J. SILVA, 2004).

Ao focar a materialidade histórica da formação social capitalista, o materialismo histórico considera questões de base econômica e superestruturais (política, filosofia, religião, formas jurídicas, etc.). Althusser (1999), ao propor a teoria dos aparelhos ideológicos de Estado, explica como ocorre a reprodução/transformação das forças produtivas (meios de produção/força de trabalho) e vai além da questão puramente salarial e da qualificação da força de trabalho, investigando o motivo pelo qual, no dia-a-dia, não é necessário um “policial” a cobrar e a exigir determinados atos dos sujeitos.

Assim, Althusser cita a ideologia como responsável por constituir os sujeitos em suas práticas de acordo com os aparelhos ideológicos de Estado atravessados pela luta de classes, porém, sob os direcionamentos da classe dominante, sendo o aparelho escolar o que se destaca na sociedade contemporânea. A ideologia em suas vertentes práticas, ao mesmo tempo em que constitui os sujeitos, é o resultado da luta de classes que independe do posicionamento específico de cada sujeito, mas que se refere ao modo como as classes sociais lutam em determinadas conjunturas históricas e às relações dialéticas que marcam esse embate.

É importante ressaltar que considero as contradições históricas essenciais para a compreensão dos mecanismos que constituem os sujeitos e os sentidos, pois, se tomasse outro posicionamento, que não esse, não poderia falar em AD sob os moldes pêchetianos. Pois Pêcheux faz a leitura do conceito de ideologia já deslocado do posicionamento inicial de Marx feito por Althusser, onde os processos ideológicos são considerados constitutivos para o sujeito.

Parto, dessa forma, de uma pesquisa básica e qualitativa na qual o *corpus* será analisado a partir da sua constituição enquanto discurso marcado por regularidades e dispersões, inserido no processo ideológico.

Ao focar o discurso presente na revista *Veja* no que diz respeito às *cotas para negros*, selecionei o *corpus* principal, que é constituído a partir de ocorrências enunciativas nas quais a revista discute de alguma forma os temas de “ações afirmativas” e “cotas raciais”. O recorte temporal foi estabelecido entre as datas de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011; nesse período, as *cotas* estavam em intenso debate no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal (STF), sendo abordadas, também, por *Veja*.

Através da disponibilização *on-line* de todas as edições de *Veja* já publicadas, no endereço virtual <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>, foi possível fazer uma busca exata dos textos. A busca exata é a que permite que somente as palavras contendo os termos exatamente como solicitados sejam buscadas no banco de dados. Para a busca foram utilizadas as seguintes palavras-chave: *ações afirmativas, políticas afirmativas, cotas, cotas raciais, cotas universitárias, raça, miscigenação, negro, negros, negra, negras, afrodescendente, afrodescendentes, discriminação, preconceito, racismo*.

As palavras-chave foram estabelecidas a partir da pré-leitura de textos nos quais a discussão sobre as *cotas* ocorria no periódico. A partir disso, e das questões que pretendo focar na análise, os referidos termos foram estabelecidos no intuito de que se abordasse a maioria dos textos já publicados sobre o tema durante o recorte temporal estabelecido. Segue abaixo a relação dos textos relacionados na busca:

Registro	Título	Edição/Páginas	Data	Seção
1	Começa o outono de Lula	2094/22	07/01/2009	Artigo de opinião
2	Os grandes fatos de 2008	2094/28	07/01/2009	Carta do leitor
3	Autorretrato	2094	07/01/2009	Autorretrato
4	Uma segunda opinião	2102/66 -73	04/03/2009	Especial
5	O risco das cotas raciais	2102/08	04/03/2009	Índice
6	Otimismo contra a crise	2102/12	04/03/2009	Carta ao leitor
7	O Brasil e a crise	2103/36	11/03/2009	Carta do leitor
8	Cotas raciais	2103/36-40	11/03/2009	Carta do leitor
9	Cotas raciais	2103/41	11/03/2009	Carta do leitor
10	Cotas raciais	2103/41	11/03/2009	Carta do leitor
11	Contra o racismo e as cotas	2103/44	11/03/2009	Errata
12	A crise que estamos esquecendo	2107/24	08/04/2009	Artigo de opinião
13	Tudo pelo racial	2108/114	15/04/2009	Artigo de opinião
14	J. R. Guzzo	2109/36	22/04/2009	Carta do leitor

15	Marina Imaculada	2128/23	02/07/2009	P. amarelas
16	Queremos dividir o Brasil como na foto?	2128/88-94	02/07/2009	Especial
17	Políticas raciais	2129/43	09/09/2009	Carta do leitor
18	Políticas raciais	2129/43	09/09/2009	Carta do leitor
19	Políticas raciais	2129/43	09/09/2009	Carta do leitor
20	Indústria da demarcação de reservas indígenas	2164/48	12/05/2010	Carta do leitor
21	Indústria da demarcação de reservas indígenas	2164/48	12/05/2010	Carta do leitor
22	Indústria da demarcação de reservas indígenas	2165/51	15/05/2010	Carta do leitor
23	Indústria da demarcação de reservas indígenas	2165/51	15/05/2010	Carta do leitor
24	Indústria da demarcação de reservas indígenas	2165/51	15/05/2010	Carta do leitor
25	Os negros rumo ao topo	2179/132-135	25/08/2010	Demografia
25	Ascensão social do negro no Brasil	2180/42	01/09/2010	Carta do leitor
27	Caça à inteligência	2191/128-131	17/11/2010	Livros
28	As "cotas" de Brasília	2200/110	19/01/2011	Artigo de opinião
29	O mercado vence o racismo	2207/11-15	09/03/2011	P. amarelas
30	Walter Williams	2208/34	16/03/2011	Carta do leitor
31	Walter Williams	2208/34	16/03/2011	Carta do leitor
32	Inovar ainda é americano	2218/19-23	25/05/2011	P. amarelas
33	Direitos baratos	2218/142	25/05/2011	Artigo de opinião
34	Morreu	2219/60	01/06/2011	Panorama/datas
35	Só nos sobrou o Supremo	2220/17-21	08/06/2011	P. amarelas
36	Político não pega cadeia	2221/17-21	15/06/2011	P. amarelas
37	Demóstenes Torres	2221/44	15/06/2011	Carta do leitor
38	Poucos amigos	2228/142	03/08/2011	Artigo de opinião
39	Tucanos contra cotas	2233/71	07/07/2011	Panorama/radar
40	O risco do crescimento frágil	2247/206-209	10/12/2011	Especial (sociedade)

Tabela 1 Relação dos textos que compõem o *corpus*

Foram encontrados 40 textos distintos que, de alguma forma, produziam efeitos de sentidos sobre a temática de estudo. Cabe mencionar que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, não é a quantidade de textos que abordam o tema que irá influenciar na compreensão do processo discursivo, mas que, a partir desses textos, será possível perceber a produção dos efeitos de sentidos.

Considero a definição do *corpus*

a partir de **um recorte dos dados**, determinado pelas **condições de produção**, considerando-se um **certo objetivo** e os **princípios teóricos e metodológicos** que, orientando toda a análise, possibilitarão uma leitura não-subjetiva dos dados. (LAGAZZI, 1988, p. 59, grifos meus).

Além do *corpus* principal, farei uso de *corpus* secundário, o qual, além de ajudar a compreender a constituição dos sentidos sobre as *cotas*, também corrobora

a definição das condições de produção discursiva. Assim, é importante citar as Leis Estaduais do Rio de Janeiro (de números 3524/2000, 3708/2001, 4151/2003 e 5346/2008), a ata da reunião extraordinária do Conselho de Ensino de Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (CEPE) sobre a efetivação das *cotas* naquela universidade, bem como a Resolução nº 38, de junho de 2003, também do CEPE da mesma universidade. Esses textos estiveram presentes, respectivamente, no processo de implantação e consolidação das *cotas para negros* na UERJ e na UnB – instituições de ensino que primeiro efetivaram as *cotas para negros* no Brasil.

Ainda, enquanto *corpus* secundário, abordarei o Projeto de Lei nº 73/1999 (nº 180/2008, no Senado), apresentado pela deputada Nice Lobão, e as audiências sobre o mesmo no Senado, e a audiência pública que ocorreu em março de 2010 no STF, a partir da contestação da aplicação de *cotas para negros* na UnB e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A referida contestação foi efetuada pelo partido político DEM, que, em julho de 2009, entrou no STF com uma ADPF (nº 186), levando o relator da ação, Ministro Ricardo Lewandowski, a propor uma audiência pública – com a presença de defensores e críticos da efetivação das *cotas* – que subsidiasse futuras decisões dos magistrados. Essa audiência também foi utilizada para instruir a decisão sobre o recurso jurídico de um estudante que entrou com o Recurso Extraordinário nº 597.285/RS contra o *sistema de cotas* adotado na UFRGS.

O processo que resultou na efetivação das *cotas para negros* nas universidades públicas federais pode ser tratado como um acontecimento discursivo, conforme Pêcheux (2008 [1990]). Nesse caso, posicionamentos, ressignificações e argumentos passam a ser discursivizados e a estar presentes nas páginas da imprensa, principalmente a partir da última década⁴³. Ao pensar no “processo” para a efetivação das *cotas*, quero dizer que o acontecimento discursivo não se dá apenas na efetivação “prática”, mas desde as primeiras discussões (década de 1980) a respeito do assunto, a partir das quais distintos efeitos de sentidos passam a ser produzidos de acordo com as FDs envolvidas e as condições de produção.

⁴³ “Em fevereiro de 2003, assim que o resultado do vestibular da UERJ evidenciou a aprovação de candidatos – com notas aquém da linha de corte dos diferentes cursos – e reprovação de estudantes que, sem pertencer a nenhuma cota, obtiveram notas altas, o assunto foi recolocado em pauta. Uma avalanche de artigos, reportagens e entrevistas, contendo depoimentos e/ou fotos de alguns candidatos beneficiados e de outros prejudicados pelo novo sistema étnico de ingresso à universidade, começam a pulular na imprensa nacional. O tom apreciativo de denúncia dado a essas matérias incitou mais ainda a polêmica, motivando os leitores a enviarem cartas aos jornais e às revistas, tecendo manifestações de diferentes natureza e ordem discursiva” (FREITAS, 2011, p. 14).

Portanto, trato o acontecimento discursivo apontando para a necessidade de pensar o discurso como uma estrutura sempre marcada pela impossibilidade de se completar, que deve ser pensada como “no ponto de encontro de uma **atualidade e uma memória**” (PÊCHEUX, 2008 [1990], p. 17, grifos meus)⁴⁴.

Nesse sentido, a discussão sobre as *cotas* que datam desde a década de 1980, com a proposição de projetos de leis que estabeleciam *cotas para negros* no serviço público – por Abdias do Nascimento, passando pela pressão do Movimento Negro sobre o governo federal na década de 1990, até as primeiras efetivações práticas nas universidades públicas, na última década, engendram determinados *trajetos discursivos*, possibilitando a constituição de discursos nos quais dizeres são retomados e atualizados, fixando, porém, um efeito de universalidade e atualidade que apaga o mecanismo de constituição do discurso sobre as *cotas*, de acordo com as distintas FDs. Assim,

posso postular que o *acontecimento discursivo* se realiza ao nível da formulação. Mas a formulação supõe sua relação com o nível da constituição do discurso, porque todo dizer se liga a uma memória. Dito de outro modo, **todo dizer [...] se produz na relação de dois eixos: o eixo vertical, o da constituição dos sentidos, o do interdiscurso, e o eixo horizontal, o da formulação dos sentidos, do intradiscurso.** (MOURA, 2004, p. 30, itálicos da autora, grifos meus).

Nesse caso, o acontecimento discursivo “*cotas raciais*” mobiliza discursos sobre o negro, sobre a existência ou não do racismo, sobre o que é justo ou injusto na efetivação de políticas públicas, sobre a escravização, sobre o papel da educação, sobre o mérito pessoal, etc.

As condições de produção nas quais o Movimento Negro passa a pressionar o Estado para que esse efetive políticas para a população negra, levando em conta o embate constante de classes, produz as *cotas* como um discurso novo, porém, independentemente dos posicionamentos que se estabelecerão sobre o tema, esse discurso se sustentará por dizeres já efetuados⁴⁵. Desse modo, para o tema “*cotas*”

⁴⁴ “a questão teórica que coloco é, pois, a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, **entrecruzando proposições de aparência logicamente estável**, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e **formulações irremediavelmente equívocas**” (PÊCHEUX, 2008 [1990], p. 28, grifos meus).

⁴⁵ Segundo Pêcheux, “a memória discursiva [interdiscurso] seria aquilo que, frente a um texto aparecendo como acontecimento a ler, vem reavivar os ‘implícitos’ (ie, mais tecnicamente, os preconstruídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) necessários para sua leitura: a condição do lisível com relação ao próprio lisível” (apud MARIANI, 1998, p. 40).

“‘fazer sentido’ é necessária a ocorrência, anterior, de outros sentidos já fixados na memória discursiva e que possam ser filiados para o acontecimento presente” (MARIANI, 1998, p. 41).

O acontecimento discursivo surge como estranho e descontínuo, porém, a necessidade de interpretação e do controle da descontinuidade impõe sua estabilização, “filiando-o em alguma rede de sentidos” (MARIANI, 1998, p. 40). Cabe ressaltar que a filiação do acontecimento discursivo “*cotas para negros*” ocorre segundo as formações ideológicas constituindo os dizeres no interior das FDs.

Ao propor o estudo baseado em *corpus* composto a partir de distintas origens, tenho como objetivo estabelecer o que se pode denominar de arquivo. Considero que

a noção de arquivo torna-se muito produtiva nos estudos da análise do discurso. **Não se trata de considerar tal noção como enunciados conservados por uma via arquivística, mas como um modo de acompanhar as práticas discursivas de uma sociedade.** (SARGENTINI, 2005, p. 3, grifos meus).

Assim, o arquivo está relacionado, no plano discursivo, à regularidade e à dispersão, que são insígnias do discurso. Atualmente, esse conceito em AD está formulado a partir das discussões efetuadas por Michel Pêcheux e Michel Foucault; especificamente, a partir da relação que autores contemporâneos fazem entre os posicionamentos teóricos desses dois pensadores. Se o discurso não é homogêneo e pode ser representado como uma rede de formulações, é necessário

trabalhar com um conceito de arquivo no qual seja possível flagrar o sistema da formação e da transformação dos enunciados obtidos a partir de uma grande diversidade de textos, de um trajeto temático, de um acontecimento discursivo. (SARGENTINI, 2004, p. 89, grifos meus).

Portanto, filio-me à reflexão de que “a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas” (ORLANDI, 2007a [1999], p. 63). A escolha do tema de estudo toca na questão da subjetividade do pesquisador, já que não deixo de estar inserido no emaranhado ideológico que marca a minha vivência enquanto sujeito produtor de trabalho científico. Michel Pêcheux⁴⁶ considerava que a produção do conhecimento

⁴⁶ “poder-se-ia dizer, em tom de brincadeira levemente provocativa, que, nessas condições [...] expressões como ‘*meu* teorema de Pitágoras’ (isto é, a apresentação do teorema de Pitágoras que eu defendo, dada minha posição com respeito ao ensino da Matemática, contra outras apresentações que eu reprovoo) são perfeitamente compreensíveis! Basta [...] assistir a um debate entre docentes

não está dissociada dos posicionamentos ideológicos. Acredito, resguardado por Orlandi (2007a [1999]), que, mesmo inserido no processo de interpelação ideológica, o analista pode se deslocar através da construção de um dispositivo teórico de análise, o qual, em meu caso, tem o suporte da AD. Mesmo assim, o olhar e o recorte estabelecidos para a pesquisa não deixam de ser o meu olhar (negro favorável à inclusão social dos negros) e o meu recorte. Tal dispositivo permite a alteração

da posição de leitor para o lugar construído pelo analista [...] Nesse lugar, **ele não reflete mas situa, compreende o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo.** (ORLANDI, 2007a [1999], p. 61, grifos meus).

Nesse sentido, estabeleci a seleção das SDs considerando o *trajeto da paráfrase*, a partir das ocorrências onde as *cotas* são discursivizadas no recorte estabelecido. A paráfrase demarca a sedimentação dos dizeres e dos sentidos, tomando o que é publicado pela imprensa como discurso do tipo autoritário, nos termos de Orlandi (2007a [1999]). Além do aspecto do *trajeto da paráfrase*, o uso constante da fala do outro (“especialistas”, “lideranças”, pessoas negras) nas páginas do semanário, ao tratar das *cotas*, reforça o discurso de autoridade do periódico, como sendo imparcial e estando alinhado ao “interesse público”, acobertando o discurso autoritário.

Juntamente com as SDs, analisarei oito cartas dos leitores e nove imagens fotográficas. A seleção de cartas dos leitores foi estabelecida tendo como aspecto principal o deslocamento do sujeito na função de leitor/autor. Assim, o sujeito que escreve para o semanário, mesmo quando produz paráfrases, não deixa de se deslocar, provocando deslizamentos na produção dos efeitos de sentidos.

As imagens fotográficas foram selecionadas considerando as estratégias discursivas que *Veja* utiliza na exposição dessas imagens em suas grandes reportagens, como a construção da oposição de cores (branco/preto) para reforçar o efeito da “divisão”; negros cotistas ou descritos como “vencedores” em poses sorridentes e negros/caucasianos em poses contidas, quando são descritos pelo semanário como estudantes prejudicados pelas *cotas*; pessoas negras envolvidas com organizações negras e que se opõem às *cotas*.

sobre esse tema para constatar que a luta ideológica o atravessa de parte a parte” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 208, itálico do autor).

4.2 COTAS PARA NEGROS: DISTINTAS ESTRATÉGIAS E SEDIMENTAÇÃO DO DIZER

Neste tópico em que empreenderei a análise, o *corpus* será abordado tendo como parâmetro a sequência das publicações sobre as *cotas* nas edições de *Veja*, durante o recorte temporal estabelecido (os anos de 2009 a 2011). Porém, devo salientar que esse movimento não é rígido, pois o discurso não pode ser pensado como algo que segue direcionamentos unívocos e específicos, como algo que se possa dimensionar linearmente. Assim, mesmo com o delineamento temporal presente na abordagem das ocorrências enunciativas sobre as *cotas*, nada impede que eu mova o olhar por outras direções que os efeitos de sentidos possam vir a apontar e traga, também, fatores que envolvam as condições de produção discursiva e o posicionamento das distintas FDs relacionadas ao tema:

O cotidiano e a história, apresentados de modo fragmentado das diversas seções de um jornal, ganham sentido ao serem ‘conectados’ interdiscursivamente a um ‘já-lá’ dos assuntos em pauta. E essa interdiscursividade pode ser reconstruída através da análise dos processos parafrásticos presentes na **cadeia intertextual que vai se construindo ao longo do tempo.** (MARIANI, 1998, p. 61, grifos meus).

Abordarei o discurso de *Veja* a partir dos textos contidos em suas páginas, sob a perspectiva da AD, compreendendo que estes podem tomar diferentes materialidades. Portanto, as discussões estarão sempre na perspectiva de que, na

dispersão de textos que constituem um discurso, a relação com as formações discursivas é fundamental, por isso, **no procedimento de análise, devemos procurar remeter os textos ao discurso e esclarecer as relações deste com as formações discursivas pensando, por sua vez, as relações destas com a ideologia.** (ORLANDI, 2007a [1999], p. 71, grifos meus).

A primeira ocorrência enunciativa em que as *cotas* vieram impressas no semanário, no ano de 2009, está no artigo assinado por Demétrio Magnoli, no qual se discute os anos de mandato político de Luiz Inácio Lula da Silva, com o título: “Começa o outono de Lula”. Nesse artigo, o autor aborda, dentre outros assuntos, as *cotas*, afirmando:

SD13: Os estereótipos raciais clássicos, afundados na lagoa do senso comum, são um componente óbvio da rasa visão de mundo de Lula. [...] No fim de seu segundo mandato, todos os direitos dos

cidadãos estarão mediados e condicionados por rótulos oficiais de raça. Seremos ‘brancos’ ou ‘negros’ antes de sermos brasileiros. Eis a verdadeira mudança promovida pela era Lula: **uma bomba social de efeito retardado** que sua passagem pela Presidência deixa aos filhos e netos da atual geração. (Revista *Veja*, “Começa o outono de Lula”, 7 de janeiro de 2009, edição 2094, grifos meus).

Cabe salientar o tom impositivo com que se realça a relação negativa de causa e efeito entre o governo de Lula e a “bomba social de efeito retardado” como são consideradas as *cotas para negros*, apontadas como em eminente institucionalização no Brasil (“estarão”, “seremos”).

A “estereotipação racial”, segundo o autor, expressa “obviamente” o pouco conhecimento do governante (“rasa visão”). Porém, não é realizada qualquer menção sobre quais são esses “estereótipos” e o porquê de serem assim considerados (fruto do “senso comum”) pelo autor. O discurso fatalista, caracterizando como certa a futura institucionalização das *cotas* até o fim do mandato do Presidente (à época), é que permite produzir, acerca do tema, o efeito de “bomba social”, sustentado por um pré-construído de que não existe entre “brasileiros” a distinção entre “negros” e “brancos”. Assim, no discurso jornalístico, com maior abrangência na difusão dos efeitos de sentidos, é possível notar que

a ideologia da transparência dos sentidos na linguagem comparece sempre e de diferentes maneiras, produzindo **o efeito de literalidade**, ao mesmo tempo em que **apaga o processo de imposição hegemônica de uma determinada interpretação**. (MARIANI, 1998, p.67, grifos meus).

Alguns dos não-ditos produzidos são os de que, apesar de existir o apoio governamental para esse tipo de política, há a possibilidade de as *cotas* terem *outras origens*, devido, por exemplo, à existência de pressão dos movimentos sociais; do fato de o projeto no qual se busca efetivar as *cotas* nas instituições de ensino público federal ter se originado em outros poderes, como no legislativo, que foi o caso do Projeto de Lei nº 73/1999⁴⁷ (nº 180/2008, no Senado)⁴⁸, apresentado pela deputada Nice Lobão. Esse projeto foi apensado⁴⁹ ao Projeto de Lei nº

⁴⁷ Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15013>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

⁴⁸ Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=88409>. Acesso em: 20 jul. 2012.

⁴⁹ “Tramitação em conjunto. Propostas semelhantes são apensadas ao projeto mais antigo. Se um dos projetos semelhantes já tiver sido aprovado pelo Senado, este encabeça a lista, tendo prioridade sobre os da Câmara. O relator dá um parecer único, mas precisa se pronunciar sobre todos. Quando

3267/2004 – proposto pelo MEC – com a mesma temática, a pedido da autora, através do Requerimento nº 1910/2004.

Por outro lado, pode-se compreender que esse discurso que alinha a discussão das questões étnicas ao “senso comum” e à “rasa visão” do Presidente da República (à época) ocorra devido ao apoio do governo ao tema, apoio esse discursivizado como sendo negativo, pois criou a SEPPIR, a qual formulou a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial⁵⁰. O fato de o assunto ter apoio do governo federal e estar em debate no Congresso, *no seio do aparelho ideológico político* no qual a luta de classes estabelece determinados encaminhamentos jurídicos, produzindo, modificando ou revogando as leis, revela um determinado posicionamento do semanário em defesa do *status quo*⁵¹. Assim, o apoio governamental às *cotas* toma importância devido à possibilidade do uso da base aliada do governo que pode aprovar projetos com essa temática e que atende o anseio de movimentos sociais.

Ademais, essa construção das relações entre negros e caucasianos atravessa e está reforçada em diferentes seções do semanário, não ficando apenas sob a voz de articulistas, como pode ser visto na seção “Autorretrato”. Nessa, em entrevista a *Veja*, Durão Barroso, apresentado pelo periódico como “O presidente da Comissão Europeia (braço executivo da União Europeia)”, diz que o Brasil

SD14: [...] tem suas dificuldades no espaço social, mas, também uma atitude de confiança, de querer ultrapassar as dificuldades. **A miscigenação racial lhe confere um encanto, e também uma posição mundial que pode ser valiosa. O Brasil é uma ponte.** Estabelece uma ligação entre o norte e o sul. Há **duas democracias** nas Américas: **Estados Unidos e Brasil.** (Revista *Veja*, Autorretrato, 7 de janeiro de 2009, edição 2094, grifos meus).

Nessa SD, a relação entre Brasil e Estados Unidos é construída repercutindo efeitos de sentidos específicos sobre as relações étnicas brasileiras. A palavra “democracias” produz efeitos de sentidos que estabelecem a aproximação com os

aprova mais de um projeto apensado, o relator faz um substitutivo ao projeto original. O relator pode também recomendar a aprovação de um projeto apensado e a rejeição dos demais”. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/69896.html>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

⁵⁰ Criada através do Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm>. Acesso em: 20 jul. 2012.

⁵¹ “De facto, o Estado e os seus Aparelhos só têm sentido do ponto de vista da luta de classes, como aparelhos da luta de classes, **assegurando a opressão de classe e garantindo as condições da exploração e da reprodução desta. Mas, não há luta de classes sem classes antagônicas.** Quem diz luta de classe da classe dominante diz resistência, revolta e luta de classe da classe dominada” (ALTHUSSER, 118, 1974, grifos meus).

Estados Unidos e uma diferenciação entre o Brasil e outros países americanos; apesar de não dito, os outros países estão sob o efeito de nações antidemocráticas (talvez Cuba, Venezuela, Equador, Bolívia – países com orientação política de esquerda). Por outro lado, “democracias”, considerando-se o encadeamento da SD e por estar nas páginas de uma revista nacional, pode produzir efeitos de sentidos que remetem à “democracia” racial brasileira.

O Brasil é definido como um país onde “a miscigenação racial” é um “encanto” e é “valiosa”, trazendo um imaginário específico sobre o negro. Ao pesquisar o imaginário sobre o negro nos jornais, Moura (2004) afirma:

O que define a escolha de um dizer dentre muitos é a série de formações imaginárias que designam o lugar que o jornal, enquanto enunciador, ocupa em relação a seus interlocutores. Essas formações imaginárias são a imagem que o enunciador faz de si somada à imagem que faz dos leitores e da imagem que faz dos objetos que toma a saber em seu discurso. Esses objetos do saber jornalístico são, nesse sentido, referentes constituídos em seu discurso. São objetos imaginários: o negro falado nos jornais é o do imaginário nos jornais. (p. 55, grifos meus).

Nesse aspecto, ao se discursivizar as relações étnicas e ao se refletir sobre o negro e o caucasiano, há a presença da imagem do negro (objeto imaginário) cristalizada na FD da qual enuncia o periódico. Produz-se, dessa forma, como na **SD14**, um negro cordial e pacífico. Esse negro está construído com base em um não-dito que cala questões como a existência da escravização e as leis que, durante o séculos XIX e XX, tentaram apagar a cor negra da sociedade, através do incentivo à imigração europeia e da proibição da entrada de negros no território nacional sem a autorização do Congresso Nacional. Os discursos das pessoas que falam à revista são expostos de acordo com esse imaginário e alinhados às práticas institucionais do semanário enquanto “meio de comunicação”.

No dia 4 de março de 2009, *Veja* publicou uma reportagem “Especial” sobre as *cotas para negros*, contendo 8 páginas, escrita por Camila Pereira, com o título “Uma segunda opinião”. Respectivamente, no índice da revista e no editorial⁵², a matéria é descrita como:

⁵² “A adaptação do repórter ao meio conta ainda com um último fator complicador: **a história institucional**. As alterações profundas na estrutura de poder de um jornal afetam o estilo de redação dos repórteres, muito embora o pessoal em posição mais baixa não saiba exatamente **o que se passa entre os editores e os executivos**. Muitos jornais estão divididos em ducados semi-autônomos, **dirigidos pelos editores de Cidades, pelo editor de Exterior e pelo editor de Nacional**. Cada um deles comanda grupos de editores-assistentes e deve lealdade ao editor-

SD15: Os **riscos** das cotas raciais (Revista *Veja*, Índice, 4 de março de 2009, edição 2102, grifo meu);

SD16: É digno de nota que três reportagens publicadas concorreram para a capa: uma especial sobre a **armadilha** das cotas baseadas no **vago conceito de raça**. (Revista *Veja*, Carta ao leitor, 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

No índice, as *cotas* são apresentadas como um “risco”. Esse efeito é reforçado no editorial que trata o tema como uma “armadilha” sustentada no “vago conceito de raça”. Nesse caso, o “conceito de raça” que *Veja* discute demonstra a presença da outra FD: a que defende a efetivação das *cotas para negros* pelo quesito da cor da pele e/ou afrodescendência (“raça negra”).

Nesse posicionamento, o da FD *pró-cotas*, o conceito de “raça” tem um forte teor político, pois, a partir do critério “racial”, que sustentou, por séculos, no Brasil, a não inserção social do negro, é possível, contemporaneamente, efetivar políticas que estimulem a inserção do negro, como uma “discriminação positiva”⁵³ necessária. No caso da FD *pró-cotas*, os sujeitos constituídos por esse posicionamento compreendem:

Neste sentido, **se a raça não existe biologicamente, histórica e socialmente ela é dada**, pois no passado e no presente **ela produz e produziu vítimas**. Apesar do racismo não ter mais fundamento científico, tal como no século XIX, e não se amparar hoje em nenhuma legitimidade racional, **essa realidade social da raça que continua a passar pelos corpos das pessoas não pode ser ignorada**. (MUNANGA, 2009, para. 18).

Nesse posicionamento, se o quesito “racial” produziu “vítimas” no passado, enquanto discurso e prática social, é com esse mesmo critério que, atualmente, as diferenças entre negros e caucasianos continuam a existir e, por isso, devem-se propor políticas que levem em consideração a “raça”.

chefe, que por sua vez partilha o poder com outros executivos, como o **gerente de negócios**, e se submete **ao soberano supremo, o diretor do jornal**” (DARNTON, 1990, p. 77-78, grifos meus).

⁵³ “Para efeito deste Estatuto, considera-se: [...] I – **discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica** que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada” (Lei Federal nº 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial, grifos meus).

Veja, por outro lado, traz a discussão pelo viés biológico⁵⁴, demonstrando que não existem “raças” puras: logo, qualquer critério de seleção baseado nesse conceito é “vago”, assinalando, também, para a miscigenação como um fator que comprova a existência da cordialidade étnica, retomando o discurso da democracia racial.

Baseada no “risco” que o quesito “racial” pode provocar, *Veja* afirma que as cotas podem ser uma política “ruinosa” para “negros e brancos”. Consta na linha-fina⁵⁵ da reportagem:

SD17: O projeto que cria as cotas raciais nas universidades federais brasileiras exige mais atenção do que a justeza da causa sugere: ele pode ser igualmente ruinoso para negros e brancos brasileiros. (Revista *Veja*, “Uma segunda opinião”, 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

O texto da linha-fina produz os efeitos de sentidos opondo-se à possível justificativa da FD *pró-cotas*, como pode ser destacado na expressão irônica “**justeza** que a causa sugere” (grifo meu). O termo “justeza” traz a FD oposta à posição do semanário sobre o tema. Segundo Mariani (1998), o discurso indireto livre não tem nenhum compromisso em justificar a fiel reprodução do discurso do outro:

Ora, em todos os casos, **o que se tem é o simulacro da reprodução da fala de outrem**, pois, como já mencionamos, **na perspectiva discursiva não há autonomia do sujeito em relação a seu dizer**. (MARIANI, 1998, p. 189, grifos meus).

O simulacro produz a evidência de que o sujeito se coloca na posição do outro, pertencente à outra FD, como se o senso de “justeza”/justiça das duas FDs fosse o mesmo. Essa simulação, conforme Pêcheux (2009 [1988]), remete a uma *questão de identificação* que produz o sujeito inteirado capaz de pensar-se, pensar o outro e se colocar no lugar do outro:

(‘se eu estivesse onde tu (você)/ele/x se encontra, **eu veria e pensaria o que tu (você)/ele/x vê e pensa**’), acrescentando que **o imaginário da identificação mascara radicalmente qualquer**

⁵⁴ Apesar de focar o aspecto biológico, o semanário, por vezes, traz a cor da pele “parda” como prova da miscigenação e da cordialidade étnica.

⁵⁵ Texto que segue logo após o título e que apresenta, sintetiza e comenta o que será discutido na matéria.

descontinuidade epistemológica. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 118, grifos meus).

Esse deslocamento que permite à matéria trazer o argumento da outra FD, pelo seu crivo discursivo, reforça o *modus operandi* da imprensa, ou seja, o relato e a discussão de questões relevantes para a sociedade (“reais”), as quais estão presentes no contexto histórico e social imediato. Dessa forma, o semanário traz o debate e toma um posicionamento pela *relevância* que o assunto demonstra ter.

Cabe ao discurso jornalístico organizar e ordenar cotidianamente os acontecimentos, de modo a mostrar que **pode haver mais de uma opinião/explicação para o fato em questão, mas nunca um fato diferente do que foi relatado.** (MARIANI, 1998, p. 63, grifos meus).

Ao abordar as *cotas*, que, por estarem nas páginas da revista, já ficam sob o manto da óbvia relevância para a sociedade, *Veja* aponta que o assunto “exige mais atenção” (**SD17**, apresentada acima), demonstrando os trâmites que o projeto toma no Congresso.

SD18: Nas próximas semanas deverá ser votado no Senado um projeto que, **já aprovado na Câmara dos Deputados**, implanta o sistema de cotas raciais nas **55 universidades federais brasileiras.** (Revista *Veja*, “Uma segunda opinião”, 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

O semanário traz o tema sob o viés de sua importância para a sociedade, pois “ele pode ser **igualmente** ruinoso para negros e brancos **brasileiros**” (**SD17**, apresentada acima, grifos meus). Nesse sentido, devido à grande tiragem que *Veja* tem, pode-se destacar o *discurso autoritário e o reforço dos mesmos efeitos de sentidos*, pois a matéria, além de “informar” os seus leitores, toma posicionamento, silenciando ou desqualificando outras posições discursivas.

São entrevistadas e/ou expostas imagetivamente, na reportagem, algumas pessoas relacionadas com o “projeto” (citado na **SD18**), as quais já participaram ou ainda participariam das audiências públicas sobre o mesmo (Projeto de Lei nº 180/2008) no Senado. Porém, o envolvimento direto dos entrevistados com a audiência pública do Projeto no Congresso *não é revelado pelo periódico*, bem como não são expostos os dados numéricos sobre esse Projeto de Lei, que permitiriam aos leitores buscar, por outros meios, dados a respeito do mesmo. Como afirma Moura,

Os fatos que são comentados nos jornais **ganham legitimidade para serem discutidos em outras instâncias de poder, como a do poder de legislar**. Também os **acontecimentos enunciativos dos poderes que organizam a sociedade ecoam na mídia**, nos jornais em particular. Ao apresentar um recorte da realidade, **o discurso jornalístico ‘agenda’ o que é oportuno ser discutido pela sociedade, as demandas da sociedade encontram na imprensa espaço de circulação e de gerenciamento de seus sentidos**. (2004, p. 46, grifos meus).

Veja consulta Yvonne Maggie, antropóloga; Jerson César Leão Alves (nominado pelo periódico como Leão Alves), “Coordenador do Movimento Nação Mestiça”; José Roberto Ferreira Militão, da Comissão de Assuntos Antidiscriminatórios da Ordem dos Advogados do Brasil - São Paulo; e fotografa José Carlos Miranda, Coordenador do Movimento Negro Socialista. Esses participaram da primeira audiência pública no Senado, em 18 de dezembro de 2008.

A revista também consulta Demétrio Magnoli, geógrafo; fotografa Helderli Castro de Sá Alves (nominada pelo periódico como Helda Sá Alves), Presidente da ONG Nação Mestiça; e fotografa Francisco Jhony Rodrigues Silva, Presidente do Fórum Afro da Amazônia. Eles participariam da segunda audiência pública, em 18 de março de 2009 (14 dias após a publicação da reportagem).

Por fim, o periódico consulta Edson Santos de Souza, Ministro-Chefe da SEPPIR; José Roberto Pinto de Góes, historiador; e Simon Schwartzman, ex-presidente do IBGE, os quais integrariam a terceira audiência pública sobre o Projeto de Lei, realizada em 1º de abril de 2009 (menos de um mês após a publicação da reportagem).

É importante notar que de todos os entrevistados ou fotografados na reportagem relacionados com o Projeto de Lei nº 180/08 o único favorável às *cotas* é Edson Santos de Sousa. Porém, esse posicionamento alinhado a FD *pró-cotas* é reproduzido por *Veja* para reforçar a falta de objetividade ou de critérios aceitáveis (“contaminação ideológica”) na definição da quantidade de vagas para os cotistas:

SD19: A contaminação ideológica do projeto é seu ponto fraco. Por qual critério se chegou ao percentual de 50% das vagas das universidades federais para cotistas? Segundo o ministro Edson Santos, da Secretaria da Igualdade Racial (Seppir), **pelo critério da ‘sensibilidade’**. Acontece que, para preencher todas essas vagas, será necessário **admitir alunos classificados entre os piores no vestibular**. (Revista *Veja*, “Uma segunda opinião”, 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

O termo “sensibilidade” produz o efeito da falta de racionalidade/objetividade nas *cotas para negros*. Na SD, não há distinção entre as vagas para estudantes de escolas públicas e as destinadas especificamente para negros, como se os “50%” das vagas fossem oferecidos exclusivamente a esta etnia. Também, ao ser proferido por um negro que defende o estabelecimento de políticas públicas com foco na população negra, recupera-se o imaginário presente na imprensa, ou seja, o do “negro emocional”, em oposição ao “branco racional”, como aponta Moura (2004), ao abordar o imaginário sobre o negro nos jornais:

Semelhante é o jogo de deslizamentos do positivismo e do naturalismo observado nos recortes [...] no que tange ao *negro* ou ao *mulato* no imaginário dos jornais. **Esse imaginário se refere à *raça branca* como estando mais para o campo da racionalidade e dos atributos intelectuais, enquanto se refere à *raça negra* como tendo mais desenvolvidos os atributos físicos e as competências instintivas.** (MOURA, 2004, p. 88, itálicos da autora, grifos meus).

Dentre as pessoas entrevistadas ou expostas pelo uso da imagem fotográfica com posicionamento contrário às *cotas*, há dois grupos: os “especialistas” de diferentes áreas, como a Antropologia, a Geografia, a História e o Direito; o outro grupo é integrado por pessoas que o semanário chama de “lideranças negras do país”.

Essas pessoas, “lideranças”, compõem uma montagem fotográfica que reforça o pertencimento ao grupo foco das *cotas*, *pessoas negras ou pardas*, e que se posicionam contra a efetivação dessa política. Ao generalizar o dizer, afirmando que aquelas são “lideranças negras do país”, é produzido o efeito de sentido de que as organizações negras brasileiras seriam contrárias à aprovação das *cotas* no Senado.

O semanário, ao apresentar as *cotas* sem origem nos movimentos sociais, responsabiliza o executivo federal por buscar a efetivação dessa política, tratada como sendo de uma origem política partidária específica, porém silenciando outros efeitos de sentidos sobre o surgimento das *cotas* no Brasil, como a pressão política do Movimento Negro, desde a década de 1980, para que *ações afirmativas* fossem definidas e colocadas em prática enquanto políticas públicas:

SD20: É **previsível** que, **se** implantado nacionalmente no Brasil o sistema de *cotas*, **negro será quem o agente do estado petista**

disser que é negro. (Revista *Veja*, “Uma segunda opinião”, 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

O semanário levanta a existência de um problema (“risco” eminente: “previsível”, “se”, “será”) e imputa responsabilidades. A revista afirma ser o governo “petista” o responsável pela efetivação das *cotas*. Nesse sentido, ocorre a explicação do fato, suas *causas e consequências*:

Em uma palavra, **a imprensa deve desambiguar o mundo.** Assim, nos jornais [revistas] se reassegura a continuidade do presente **ao se produzirem explicações, ao se estabelecerem causas e consequências**, enfim, como já dissemos anteriormente, **ao se didatizar o ‘mundo’ exterior e o tempo em que os fatos acontecem.** (MARIANI, 1998, p. 63, grifos meus).

O discurso que produz as *cotas* como efeito da “contaminação ideológica” (SD19, apresentada acima) é próximo daquele que imputa essa política ao “estado petista”. O efeito de sentido de uma possível *doença* “ideológica” revela como *Veja* está sob o imaginário da imparcialidade, produzindo uma diferenciação e podendo adjetivar o que é ou não “ideológico”⁵⁶, enquanto instituição e discurso jornalístico, sem “contaminar-se”. Dessa forma, a formulação que constrói as *cotas* sob o efeito de uma doença está conectada à FD *anticotas*, a qual produz o discurso a respeito do assunto sob o molde de que os sentidos só poderiam ser esses e não outros.

Assim, paralelamente, há o efeito da existência de uma ingerência política nesses grupos *pró-cotas*. Essa perspectiva é reforçada ao se dizer que, “felizmente”, “muitas lideranças negras” são contrárias às *cotas para negros*.

SD21: A novidade do projeto que tramita no Senado é que ele pretende **institucionalizar as cotas**. A ideia conta com **forte apoio oficial** e, **felizmente**, com a **oposição de muitas lideranças negras** do país que enxergam no **favorecimento das cotas um risco para todos**. (Revista *Veja*, “Uma segunda opinião”, 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

A **SD21** apresenta a “oposição de muitas lideranças negras”, entretanto, sem ouvir as “lideranças” favoráveis às *cotas*: produz-se o silenciamento, conforme Orlandi (2007b [1992]), de que as *cotas* são o resultado de reivindicações de outrora e atuais e não um ato deliberado do Presidente ou partido político “petista”.

⁵⁶ Pode-se pensar que “ideológico” (apoio do governo “petista”), sob o efeito de sentido de uma doença, está sustentado pelo interdiscurso que remete a posicionamentos de esquerda/comunistas, que constituíram o imaginário na imprensa durante parte do século XX, como demonstrou Mariani (1998).

Segundo Orlandi (2007b [1992]), o silêncio pode ser fundador ou estar sob o molde da política do silêncio (silenciamento). O silêncio fundador conceitua o fato de que a linguagem só pode existir/significar pelo silêncio. Silêncio e linguagem estão completamente intrincados.

O silêncio fundador é a possibilidade do próprio ato significativo, que sintetiza a incompletude do discurso; se não houvesse o silêncio, se tudo já significasse ou fosse dito (*continuum*), a própria necessidade da linguagem estaria em xeque, uma vez que tudo já estaria dito. Dessa forma, o silêncio é sempre a possibilidade (potência) do movimento e deslocamento dos sentidos, da reprodução (paráfrase) e/ou da instalação de novas instâncias discursivas (polissemia).

Já a política do silêncio pode ser considerada como os meios pelos quais

se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos. O silêncio trabalha assim **os limites das formações discursivas**, determinando conseqüentemente os limites do dizer. (ORLANDI, 2007b [1992], p. 73-74, grifos meus).

Desse modo, a luta e a pressão do Movimento Negro pela efetivação das *ações afirmativas* (sob o molde das *cotas* ou não) estão silenciadas, prevalecendo a crítica ao governo. Apesar de a reivindicação por ações governamentais que contemplem os negros já vir de certa data, há um maior envolvimento social e institucional sobre o assunto no início da última década:

Ao longo do processo preparatório da Conferência Mundial Contra o Racismo (2000/2001) **foi se formando um leque de alianças entre militantes do Movimento Negro e de outros Movimentos Sociais (quase sempre negros), setores acadêmicos, uns poucos setores de mídia, setores governamentais e também do Legislativo e Judiciário**, que tem dado mais e mais visibilidade à questão das desigualdades raciais e **à necessidade de implementação de ações afirmativas**. (PEREIRA, 2003, p. 474, grifos meus).

Ao dizer que “muitas lideranças negras” são contra as *cotas*, sem apresentar, porém, aspectos referentes à FD *pró-cotas*, estão se produzindo efeitos de sentidos a partir do que não está sendo dito pela FD da qual *Veja* se posiciona. Esse silenciamento pode ser considerado pelo fato de o semanário não trazer as reivindicações do passado (desde a década de 1980) e também *não mostrar a pressão política* dos grupos constituídos pela FD *pró-cotas* em sua ação presente

pela aprovação do Projeto de Lei (nº180/08)⁵⁷ sobre o assunto e do Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010)⁵⁸, que estava sendo discutido nesse período em que os movimentos sociais pretendiam incluir as *cotas para negros* como política pública, o que, posteriormente, devido aos embates políticos, acabou não ocorrendo. As questões históricas que marcam a constituição das *cotas para negros* não são reveladas inteiramente pela FD de *Veja*, pois isso demandaria expor a ação efetiva dos movimentos organizados que pressionam o Congresso na aprovação de suas demandas, o que prejudicaria a construção do argumento que imputa essas políticas ao governo “petista” e ao presidente da república (à época). Apesar de *Veja* se posicionar, normalmente, contra as *cotas* e de o seu discurso estar sustentado por um pré-construído que remete à ideia da existência da democracia racial, o posicionamento do semanário, mesmo seguindo caminhos mais ou menos específicos, não refuta que haja diferenças entre negros e caucasianos e, também, traz argumentos da FD *pró-cotas*:

SD22: O projeto visa ampliar a presença desses grupos **étnicos e raciais** no ensino superior. **O objetivo é justo**. Negros, pardos e índios, **em especial os mais pobres**, têm **pouca ou nenhuma chance** de se **equiparar social e economicamente** aos brancos sem que **lhes abram maiores oportunidades na vida**. (Revista *Veja*, “Uma segunda opinião”, 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

A SD acima diz ser “justo” o objetivo do projeto que prevê a implantação das *cotas*. A interpretação de ser “justo” o objetivo do projeto está amparada no discurso de que há a necessidade de que “lhes abram” maiores oportunidades (“grupos étnicos e raciais”). A “injustiça” é reconhecida desde que o método da correção (“justiça”) seja nos moldes apregoados pelo posicionamento do qual o discurso é proferido. Qual seria? Logo será possível responder, em parte, a essa questão.

⁵⁷ “Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art.1º serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados negros e indígenas, no mínimo igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE” (Projeto de Lei nº 180/08, Senado Federal, grifos meus).

⁵⁸ “Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (Lei nº 12.288/10 – Estatuto da Igualdade Racial, grifos meus).

A dificuldade dos “não brancos” de se equipararem aos “brancos”, aliada à expressão “Ihes abram maiores oportunidades”, produz o imaginário sobre o negro e o caucasiano de maneira passiva e ativa, respectivamente:

observou-se uma característica recorrente na relação entre personagens brancos e negros, **em geral trasposta da mídia escrita: a do branco que atua para ‘salvar’ o negro ou, mais sutilmente, para ‘corrigir’ suas crenças, opiniões, valores.** (ROSEMBERG & SILVA, 2008, p.109, grifos meus).

Além disso, há uma *indefinição* sobre o que definiria “racial”, diferentemente do que ocorreu nas **SDs 14**⁵⁹ e **16**⁶⁰. Além do editorial, na própria reportagem o conceito de “raça” é refutado pelo discurso do semanário e, dessa forma, não poderia estar caracterizando os grupos apresentados senão como o simulacro do discurso do outro, o que não ocorre. Também, o uso dessa denominação, conforme Mariani (1998), poderia estar ligado ao fazer jornalístico que busca cotejar diferentes posições em suas páginas.

Saliento que o conceito de denominação, pelo aspecto discursivo, compreende que

As denominações significam, e do ponto de vista de uma análise podemos dizer que **elas ‘iluminam’ a natureza das relações de força existentes numa formação social**, ou, em outras palavras, **tornam visíveis as disputas, as imposições, os silenciamentos** etc., existentes entre a formação discursiva dominante e as demais. **Elas materializam esse cruzamento de discurso** no qual atuam os **domínios da memória**, da atualidade e da antecipação. (MARIANI, 1998, 118-119, grifos meus).

Nesse caso, as denominações “étnicos” e “raciais” demonstram como o discurso sobre os negros, diante do constante embate sobre a aplicação das *cotas*, é constituído por *dizeres instituídos no imaginário*, que fixam e trazem determinados efeitos de sentidos, de acordo com a FD envolvida. Normalmente, *Veja* distingue “étnicos” de “raciais”, considerando essa última denominação como um discurso

⁵⁹ **SD14: “tem suas dificuldades no espaço social**, mas, também uma atitude de confiança, de querer ultrapassar as dificuldades. **A miscigenação racial lhe confere um encanto, e também uma posição mundial que pode ser valiosa. O Brasil é uma ponte.** Estabelece uma ligação entre o norte e o sul. Há **duas democracias** nas Américas: **Estados Unidos e Brasil**” (Revista *Veja*, Autoretrato, 7 de janeiro de 2009, edição 2094, grifos meus).

⁶⁰ **SD16: “é digno de nota que três reportagens publicadas concorreram para a capa: uma especial sobre a **armadilha** das cotas baseadas no **vago conceito de raça**”** (Revista *Veja*, Carta ao leitor, 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

positivo, ao tratar da “democracia racial”, ou como o discurso de outra FD, tratando-o de maneira negativa.

Segundo o semanário, as diferenças entre as principais matrizes que compõem o Brasil (índios, negros e caucasianos) estão pautadas na disparidade social e econômica, mas não envolvem a diferenciação especificamente “racial” e de cor. Portanto, mesmo aceitando as disparidades e a necessidade da correção entre os diferentes grupos, não se reconhece explicitamente as contradições históricas que os envolvem. Apesar de o semanário apontar para disparidade socioeconômica entre negros e caucasianos, essa não sofre uma leitura à luz das contradições de classe, mas da falta de inserção da população negra na escola (educação) e no mercado de trabalho, que corrobora a reprodução das relações de classe ora existentes.

Assim, “Racial” é uma denominação interpretada pelo periódico, normalmente, como negativa. Porém, na SD acima, a denominação “raciais” desliza, possivelmente conectada a outra FD. Assim, “raça”, na FD que defende o projeto de efetivação das *cotas*, além de representar uma gama de tradições, filiações culturais e estéticas com uma origem em comum – a África, é uma denominação marcadamente política nos embates pela “inclusão” dos negros.

O caso de deslizamentos discursivos pode ser percebido, também, quando o texto busca fazer uma retrospectiva histórica alinhando a escravização, o holocausto e o *apartheid* às *cotas para negros*:

SD23: Algumas das **maiores e mais vergonhosas tragédias** da história foram plantadas, cultivadas e colhidas pelo **ódio racial**, produzido por **políticas públicas racistas** – a **escravidão**, o holocausto e o **apartheid**. **É ingênuo pensar** que o progresso social se acelera quando **o estado inverte o sinal** de modo que **um grupo racial historicamente derrotado possa**, finalmente, **triumfar sobre os algozes. Isso produz mais ódio**. (Revista *Veja*, “Uma segunda opinião”, 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

Primeiro, devo destacar que há certa intertextualidade a partir do interdiscurso que produz efeitos de sentidos sobre as *cotas* estarem relacionadas a posicionamentos de esquerda/comunista/marxistas (“contaminação ideológica”). Essa intertextualidade pode ser notada quando o semanário diz que o “estado inverte o sinal”, remetendo ao posicionamento de Lênin, que afirmava: se uma vara estivesse muito inclinada em uma determinada direção, para se encontrar o ponto de equilíbrio entre ambas as posições, a vara deveria ser curvada totalmente na

posição oposta (“estado inverte o sinal”). Esta reflexão de Lênin ficou conhecida como a “Teoria da Curvatura da Vara”. Nesse caso, “inverter o sinal” toma uma perspectiva negativa.

Sobre a heterogeneidade presente na FD que constitui o discurso na SD acima, é necessário destacar que o deslizamento ocorre quando se reconhece a existência da escravização enquanto “política” “racista” e as *cotas* como política produtora de “mais ódio”. A inversão que se pretende mostrar, ou seja, a de produzir as *cotas* como um revanchismo (“de um grupo historicamente derrotado”) não deixa de reconhecer as características históricas envolvendo o negro, que está sob o prisma da “derrota”. Tanto que no enunciado “Isso produz mais ódio” se retoma o que foi afirmado através do pronome “isso” e ocorre o deslizamento sobre o discurso de que as relações étnicas teriam sido harmônicas no passado, através do advérbio “mais”, o qual intensifica algo já instalado (“ódio”).

Parecido ao caso precedente, na próxima SD o deslizamento está sob o molde da admissão:

SD24: Mas não existe racismo nos Estados Unidos? Existe, e ele é forte mesmo com a presença do negro Barack Obama na Casa Branca. O que não existe nos EUA **e não deveria haver no Brasil é o acirramento do ódio** e das **divisões raciais** patrocinado pelo estado. (Revista *Veja*, “Uma segunda opinião”, 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

O periódico utiliza, nessa SD, uma das suas estratégias recorrentes, ou seja, a analogia entre o Brasil e os Estados Unidos. Através da distinção entre os dois países, produz novas posições discursivas. Esses novos encaminhamentos são considerados em relação à posição discursiva de *Veja*; na **SD24**, ao afirmar que “não deveria haver no Brasil [...] o acirramento do ódio e das divisões raciais patrocinado pelo estado”, a denominação “acirramento” traz efeitos de sentidos que alimentam a possibilidade de já existirem o “ódio” e as “divisões raciais”. Nesse caso, as *cotas para negros* estão discursivizadas como “acirrando” as “divisões raciais” *já existentes*.

A denominação “acirramento”, na forma que foi empregada, admite argumentos ligados à outra FD, porém, permanecendo na perspectiva contrária às *cotas*. *Veja* normalmente produz as *cotas* como “origem” de possíveis “divisões raciais” e não como “acirrando” essas divisões ou produzindo “mais ódio”.

Além das questões apontadas até o momento, a reportagem está estruturada por uma perspectiva que coloca as *cotas para negros* e o mérito em oposição. Essa construção atravessa boa parte das publicações do periódico sobre o tema, bem como atravessa a reportagem ora analisada.

Acima, apresentei o questionamento de qual seria, da posição discursiva de *Veja*, a alternativa para as *cotas*. Penso que o *mérito* (“mercado”) é apresentado como uma alternativa, ou talvez a única, para a “inserção” dos negros e o fim da desigualdade. Tal argumento está ancorado por uma perspectiva abrangente que vislumbra as leis do “mercado” como molde para as relações não só econômicas, mas também sociais. Para que isso ocorra, segundo o semanário, há a necessidade de mudanças políticas no governo, a partir das quais o Estado abandone posicionamentos considerados “racialistas” e passe a investir em elementos que reforcem o “princípio da meritocracia” (principalmente em educação). Esse mecanismo de oposição reforça as *cotas* como um perigo, por atacarem o mérito individual:

SD25: A NOTA ALTA NÃO BASTOU. O gaúcho Getúlio Ost teve **ótimo desempenho** no vestibular da UFRGS, mas **ficou sem a vaga**: ‘estudei muito, mas **perdi meu lugar** para um cotista (Revista *Veja*, “Uma segunda opinião”, 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

Conforme a SD, cria-se a perspectiva de *injustiça*. Como pode uma nota alta no vestibular não possibilitar o ingresso na universidade? “Estudar muito” levou o aluno a ter um bom desempenho (“nota alta”) e sustenta o discurso do jovem, ao afirmar: “perdi o **meu** lugar” (grifo meu). Se o lugar era do estudante que estudou muito, quem é o cotista que passou a ocupá-lo? Qual a imagem que os efeitos de sentidos estão produzindo sobre o cotista? Cabe realçar que é nessa oposição trazida por *Veja* que ficam latentes certas construções imaginárias sobre o negro; principalmente, o negro cotista. Como afirma Orlandi,

o limite de uma formação discursiva é o que a distingue de outra (logo, é o mesmo limite da outra), o que permite pensar (como Courtine, 1982) **que a formação discursiva é heterogênea em relação a ela mesma, pois já evoca por si o ‘outro’ sentido que ela não significa** (ORLANDI, 2007b [1992], p. 21, grifos meus).

O semanário levanta um problema, imputa responsabilidades e traz a solução para ele. Porém, é claro que se trata da sua solução, a solução que resulta dos

embates de classe, solução constituída pelo processo ideológico em que cada palavra está imersa no político.

Veja não nega que haja disparidade entre negros e caucasianos (econômica), porém não considera relevante o processo histórico que possa ter gerado essa disparidade, alinhando-se à ideia de que as relações étnicas ocorreram de forma cordial, reproduzindo o imaginário do negro bom, pacífico, que não manifesta e não exige direitos. Porém, quando passa a focar questões envolvendo o negro cotista (**SD25**, apresentada acima), usufruindo de prerrogativas legais, ele surge como instrumento produtor da “divisão” e *causador de injustiças*.

Essas construções imaginárias podem ser relacionadas aos “estereótipos” apontados por Rosemberg e Silva (2008), ao discutir como o negro é retratado na literatura e no cinema. Dentre outros, alguns dos estereótipos que podem ser destacados no caso de *Veja* são: o “bom crioulo” ou “preto velho”: passivo, conformista, submisso e supersticioso; e o “negro revoltado”: violento, cruel e rebelde. Segundo os autores, o “negro revoltado”, no cinema, “encontra correspondência no **negro politizado e no militante revolucionário**” (ROSEMBERG & SILVA, 2008, p. 86, grifos meus). Nesse caso, há como aproximar essa construção imaginária ao que acontece nas páginas de *Veja*.

É possível também relacionar a construção do negro “militante” (*mau*) ao que Van Dijk aponta ao pesquisar sobre o racismo na Europa:

Para grande parte da imprensa, apenas os antirracistas veem esse racismo do dia a dia como racismo, o que resulta na **marginalização dos antirracistas como um grupo radical ou maluco**. Para boa parte da imprensa, pelo menos na Inglaterra, os verdadeiros inimigos são, portanto, os antirracistas: **eles são intolerantes**, antibritânicos, intrometidos e **veem racismo em todo lugar, até em inocentes livros infantis e na imprensa**. (VAN DIJK, 2010, p. 175, grifos meus).

O regramento institucional e imaginário produz a imprensa sob a evidência do “meio de comunicação”, mas não deixa de revelar as contradições que permitem traçar as questões ideológicas atravessando cada dizer, cada página. Porém, sempre sob o viés de que cada signo impresso é (deve ser) de interesse público. O “interesse público”, assim, permite que o periódico adote comumente o discurso autoritário e categórico.

SD26: A produção de conhecimento de qualidade **só é possível em ambientes de porta de entrada estreita e com rígido regime de mérito. É o contrário do que propõe o sistema de cotas em votação no Senado. Se** ele for aprovado, metade dos calouros terá acesso à universidade usando como passaporte de entrada **o vago e cientificamente desacreditado** conceito de raça. **Adeus ao mérito individual. Com ele se despedem também a produção de conhecimento e o avanço acadêmico. Deve haver formas menos destruidoras** de reparar **injustiças históricas**. (Revista *Veja*, “Uma segunda opinião”, 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

A relação de oposição é construída sob o aspecto do perigo que as *cotas* representam a algo que já está, segundo a matéria, instituído (“Adeus ao mérito”), ou seja, o “rígido regime de mérito”. A perspectiva do risco, nessa posição discursiva, sintetiza os aspectos perigosos das *cotas* amparados por um “vago” e “desacreditado” conceito de raça, que, ao atacar o mérito individual, acaba por destruir também a “produção de conhecimento” e o “avanço acadêmico”. Assim, o mérito está relacionado à manutenção da qualidade educacional (ensino superior). Um dos argumentos da FD que defende a implantação das *cotas para negros* – de que as *cotas* devem ser efetivadas como uma correção para “reparar injustiças históricas” – é citado, porém a forma como essa correção deve ser efetivada não é referendada pela revista, produzindo-se um simulacro discursivo, como se o senso de “injustiças históricas” das distintas FDs fosse único: o de *Veja*.

Esta interação entre dois discursos em posição de delimitação recíproca pode ser compreendida como um processo de ‘tradução’ generalizada, ligada a uma ‘interincompreensão’. Tradução de um tipo bem particular, entretanto, pois ele opera, não de uma língua natural para outra, mas de uma formação discursiva à outra, isto é, entre zonas da mesma língua. [...] Assim, **quando uma formação discursiva faz penetrar seu Outro em seu próprio interior**, por exemplo, sob a forma de uma citação, **ela está apenas ‘traduzindo’ o enunciado deste Outro, interpretando-o através de suas próprias categorias**. (MAINGUENEAU, 1997, p. 120, itálico do autor, grifos meus).

Essa interpretação de *Veja* que relativiza as “injustiças históricas” está construída em relação ao mérito, considerado essencial para a sociedade. Segundo Barbosa (2001), ao tratar do mérito sob uma perspectiva antropológica, a meritocracia tem um grau razoável de categorias que podem ser pensadas como universais. Porém, ao analisar a meritocracia nas sociedades japonesa, americana e brasileira, a autora destaca que há um

Deslocamento [que] produz padrões de combinações de valores e lógicas diferentes nessas sociedades, os quais, embora formalmente semelhantes, são, quando, examinados do ponto de vista substantivo, bastante distintos entre si, **gerando diferentes dilemas e paradoxos para cada uma delas.** (BARBOSA, 2001, p. 23-24, grifos meus).

Enquanto a sociedade americana é atravessada por inteiro pela “ideologia⁶¹ da meritocracia”, no Brasil, segundo a autora, os critérios meritocráticos sofrem mecanismos de neutralização, como, por exemplo, a existência de *funções de confiança ou cargos comissionados no serviço público*. Segundo a autora, no Brasil, há sistemas meritocráticos, destacando-se os concursos públicos e os vestibulares; porém, há resistência à “ideologia da meritocracia”. A esse processo envolvendo a meritocracia, pode-se relacionar a definição que se tem de igualdade, pois, diferentemente da sociedade americana, que considera a igualdade um meio e não um fim, uma garantia de que todos os indivíduos possam competir, no Brasil, a igualdade, além de estar expressa na lei, como um direito, deve ser uma igualdade de fato (um fim):

Essa concepção é muito interessante porque, **embora usando os mesmos argumentos do liberalismo, que sustenta a concepção de igualdade de oportunidades para fundamentar a ideia de direitos, a sociedade brasileira chega a um resultado bastante diferente.** (BARBOSA, 2001, p. 65, grifos meus).

No Brasil, dessa forma de perceber a igualdade e o que daí se extrai resulta que os objetivos de cada pessoa estão centrados no corpo social, nas condições que a sociedade lhe dá para atingir os fins almejados (ser igual aos outros no usufruto dos bens materiais, sociais e culturais), enquanto na sociedade americana o indivíduo⁶² é considerado um *winner*, por transformar, destacar-se – “vencer obstáculos” – no ambiente onde vive, por seu próprio mérito e esforço pessoal.

Mesmo considerando os desníveis ao aproximar análises antropológicas e discursivas, é possível refletir que, na posição discursiva de *Veja*, a meritocracia está ligada a uma construção universalizante, a qual, apesar de trazer as “injustiças históricas” da FD *pró-cotas*, defende a igualdade sob o prisma da FI ligada aos *pressupostos do livre mercado, da competição, do desempenho individual*.

⁶¹ O conceito de ideologia utilizado pela autora não deve ser confundido com o que utilizo a partir da AD.

⁶² Nesse caso, o conceito de indivíduo está sob o viés da Antropologia e não da AD.

Assim, essa construção universal da meritocracia está atrelada a uma FI que enxerga, no livre mercado, fundado nas relações de interdependência e transnacionalidade das grandes corporações, nas quais a competição entre pessoas e empresas é um aspecto naturalizado e tido como essencial, a alternativa para a inserção dos negros.

Nesse caso, o discurso da meritocracia produz a disparidade por um prisma estritamente econômico, porém, sem deixar transparecer qualquer aspecto das *contradições de classe existentes* no modelo de economia que naturaliza a “pirâmide social”, como o periódico descreve na **SD4**⁶³. Portanto, o mérito, na FD que constitui os efeitos de sentidos nas páginas de *Veja*, naturaliza as contradições sociais por produzir a condição social de cada indivíduo como resultado da dedicação, do esforço pessoal e não como questão sistêmica que em sua essência é pautada pela exploração do trabalho de uma maioria por uma minoria que detém os meios de produção. No caso dos negros, duplo processo histórico de “exclusão”: *econômico e étnico*.

Nesse íterim, o mérito, através da avaliação do desempenho de cada aluno, empregado ou empresa, é uma noção pré-construída. O mérito e o desempenho têm uma relação tênue, pois é através do desempenho de cada indivíduo que o mérito pode ser aferido. Nesse sentido, no discurso do semanário, *o desempenho*, que define quem são os merecedores/vencedores, se opõe à noção de “raça”, “critério” que define o “favorecimento oficial de um grupo racial em detrimento de outro”. Barbosa (2001) afirma que a meritocracia pressupõe a existência de pessoas autônomas, competitivas, empreendedoras, criativas e esforçadas, constituindo um elemento central do neoliberalismo e vivendo

num universo social que se encontra assentado em vários **pressupostos**. O primeiro deles é o **‘mercado’ como local de encontro de indivíduos juridicamente iguais e autônomos**, capazes de firmar contratos que não interessam a mais ninguém, à exceção das partes diretamente envolvidas [...]. O desejo de **organizar as sociedades de acordo com os indicadores de mercado** não tem por objetivo a constituição de uma sociedade onde todos, por igual, disponham da mesma quantidade de bens e serviços existentes, mas onde **cada qual disponha de bens e serviços de acordo com a sua capacidade** [...]. Nessa ética, a

⁶³ **SD4:** Esse contingente [cotistas] [...] é menos preparado academicamente do que dezenas de milhares de estudantes rejeitados pela simples razão de terem nascido brancos e de pais que suaram a camisa para galgar um degrau mais alto na **pirâmide social brasileira** (Revista *Veja*, “Uma segunda opinião”, de 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

esfera pública deve ser gerida, predominantemente, por uma **lógica de custos e benefícios em detrimento de uma solidariedade social** [...]. Nessa lógica, **o indivíduo surge como o único responsável pelo seu destino, pelo seu sucesso ou fracasso**. (BARBOSA, 2001, p. 27-28, grifos meus).

Para reforçar essa oposição mérito *versus cotas*, *Veja* utiliza o discurso de uma especialista (Eunice Ribeiro Durham), que produz efeitos de sentidos sobre as *cotas* como uma “solução mágica”, em oposição à necessidade de investimentos na educação básica e à preparação dos estudantes para poderem competir por vagas na universidade pública. É relevante dizer que Eunice participou da audiência pública no STF sobre o sistema de seleção de cotistas na UnB, que ocorreu em março de 2010, com o texto: "Desigualdade educacional e quotas para negros nas universidades", onde se posicionou contra as *cotas*.

SD27: ‘Não há solução mágica para a democratização do acesso à universidade. Isso apenas ocorrerá quando **mais e mais** estudantes forem preparados **para competir de igual para igual por uma vaga**’, diz Eunice Durham, **especialista em ensino superior**. (Revista *Veja*, “Uma segunda opinião”, 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

A SD acima produz as *cotas* como uma “solução mágica” e cita a democratização do acesso à universidade, construindo uma perspectiva em que a *competição e a escassez de vagas são naturalizadas*, sendo o ensino básico importante no processo da democratização ao preparar os estudantes “para competir de igual para igual”. Porém, não há qualquer menção à ampliação das vagas nas universidades públicas: o efeito de sentido de “democratização” contorna as *cotas* e a ampliação de vagas que diminuiria a necessidade da existência do vestibular e se fixa na competição, no “rígido regime de mérito”. Devo destacar que, geralmente, o mérito é considerado, pelo semanário, o processo de entrada na universidade pública (vestibular) e não o desempenho dos estudantes, cotistas ou não, durante os anos de curso na graduação até seu encerramento (a *egressão* da universidade). Assim, há a relação direta entre passar na seleção do vestibular/concurso público e ter bom desempenho na graduação ou desempenhar bem a função no serviço público.

Nesse caso, é possível entender que a oposição de *Veja* em relação às *cotas* está baseada, também, sobre o fato de as *cotas* atingirem um dos elementos do “sistema meritocrático” mais profundamente instituídos no Brasil, como destacado

por Barbosa (2001), isto é, o vestibular/concurso público, oposição esta sustentada pelos pré-construídos do mérito individual, da democracia racial e da igualdade entre os indivíduos.

Ao focar a questão da educação como um todo, pode-se destacar o apagamento das contradições inerentes ao sistema de ensino, ou seja, a escola básica pública ocupada por pessoas das classes pobres e o ensino superior público federal/estadual, em sua grande maioria, ocupado por estudantes com melhores condições financeiras. Althusser (1974), ao propor a teoria da existência dos aparelhos ideológicos de Estado, deu destaque ao aparelho escolar. A escola (básica e superior) é, no modo de produção capitalista, o local onde a reprodução da força de trabalho é assegurada⁶⁴, pois, além de ensinar técnicas que garantirão a formação de mão-de-obra necessária para as fábricas, transmite a “moral” das relações desiguais de classe gerida pela classe dominante. Por outro lado, forma os “executivos” que gerenciarão as grandes instituições industriais e financeiras. O vestibular nas universidades públicas reproduz as contradições sociais já no mecanismo de seleção, por não dispor de vagas que atendam à demanda, resultando da predominância dos alunos que tiveram condições financeiras para estudar em escolas particulares – integrais – ou cursinhos preparatórios específicos para esse fim.

Assim, a expressão “Não há solução mágica para a democratização do acesso à universidade” permite traçar o *discurso transversal constituindo o dizer*, produzindo as *cotas* como: (1) cercada de mistérios; (2) com regras ocultas que podem vir a prejudicar alguém ou (3) impossíveis de serem aplicadas de forma prática. Segundo Pêcheux:

o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita. (PÉCHEUX, 2009 [1988], p. 154, itálicos do autor, grifos meus).

Se há o silenciamento das condições históricas da proposição das *cotas para negros* pelos movimentos sociais, há também, como aponte, a produção do

⁶⁴ “a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam ‘saberes práticos’ mas em moldes que asseguram a *sujeição à ideologia dominante* ou o manejo da ‘prática’ desta” (ALTHUSSER, 1974 , p. 22, itálicos do autor).

“princípio” do mérito individual como institucionalizado na sociedade brasileira, já-dado, sem cabimento para discussões sobre outros moldes.

Dessa forma, as ações do Estado são consideradas positivas se estiverem alinhadas com propósitos traçados pela revista. Assim, para que o mérito deixe de ser ameaçado, há a necessidade de que o Projeto de Lei sobre as *cotas* não seja aprovado e, também, de que se realizem investimentos na educação básica, pois essa prepara “mais e mais” os estudantes para poderem competir por uma vaga na universidade.

Ao iniciar a discussão nesse tópico, afirmei que as *cotas* atravessam distintas seções da revista, após citar o artigo de opinião de Demétrio Magnoli. Cabe salientar que Magnoli, apesar de ser constantemente consultado pelo semanário, seja através de entrevistas, citações ou divulgação de seu livro sobre a temática “racial”, não é um articulista contínuo da revista.

O artigo de opinião é um instrumento que ajuda a produzir a imprensa como produtora de “informação” *objetiva e imparcial*. O articulista, além de expressar sua opinião e comentar temas que tomam as páginas do periódico, ajuda a *instaurar a evidência de as outras seções da revista serem espaços neutros*. Porém,

Ainda que os textos sejam apresentados como fruto da opinião individual dos articulistas, deve-se considerar que o discurso não é construído isoladamente e também **representa o posicionamento da revista**, isso porque a publicação, **por mais que se mostre como “democrática”, dificilmente abrirá espaço para que opiniões contrárias à sua sejam divulgadas**. Em outras palavras, **não é qualquer opinião nem qualquer articulista que estão presentes em *Veja***. (ORSATTO, 2009, p. 64, itálico da autora, grifos meus).

Durante o recorte estabelecido, dois articulistas abordaram as *cotas para negros*: Lya Luft citou o tema uma vez, sem aprofundar-se; já J.R. Guzzo citou o assunto por quatro vezes, dando destaque específico ao tema em um dos seus textos, que recebeu o título de: “Tudo pelo racial”.

Nesse artigo, J. R. Guzzo diz:

SD28: tenta-se ressuscitar a tese de que os indivíduos são diferentes uns dos outros, em termos de cidadania, **segundo a cor** que têm [...] ‘O defensores de **leis raciais ludibriam a boa fé alegando que cota racial é ação afirmativa**’, escreveu, num artigo para **O Estado de S. Paulo**, o **advogado negro José Roberto Militão, um especialista em antidiscriminação na OAB de São**

Paulo. (Revista *Veja*, “Tudo pelo racial”, 15 de abril de 2009, edição 2108, grifos meus).

Essa SD, além de parafrasear alguns efeitos de sentidos que *Veja* produz em outras seções, traz, novamente, a citação de um “especialista”, publicada originalmente em outro periódico, corroborando a ideia de que o posicionamento do autor (e da revista) *está alinhado a outros* “meios de comunicação”. Ainda, o especialista citado é um dos que foram entrevistados por *Veja* na reportagem da edição 2102 (“Uma segunda opinião”), o qual também compõe a fotografia que retrata as “lideranças negras”. O mesmo “especialista” participou da audiência pública no Congresso sobre o Projeto de Lei nº 180/2008, que pretende efetivar as *cotas para negros* nas instituições públicas federais, e participou da audiência pública que ocorreu no STF em março de 2010, com o texto “A ‘raça estatal’ e o racismo”.

No dia 2 de setembro de 2009, uma nova reportagem especial é publicada pelo periódico, contendo 7 páginas. A matéria é escrita por Diogo Schelp, Marina Yamaoka, Nathália Butti e Raquel Salgado, com o título: “Queremos dividir o Brasil como na foto?”. A linha-fina da reportagem responde ao questionamento efetuado no título, porém com uma resposta retirada do “ambicioso” livro de Demétrio Magnoli:

SD29: ‘Não’, é a resposta que **resulta da leitura** de *Uma Gota de Sangue*, de Demétrio Magnoli, um **livro ambicioso que investiga as origens ideológicas das cotas raciais**. (Revista *Veja*, “Queremos dividir o Brasil como na foto?”, 2 de setembro de 2009, edição 2128, itálico da revista, grifos meus).

Ao falar das “origens ideológicas das cotas raciais”, o discurso do semanário, nessa reportagem, busca aproximar as *cotas* com uma determinada posição política/partidária. Devo realçar o uso de algumas expressões na matéria que marcam bem esse posicionamento e que permitem estabelecer a produção dos efeitos de sentidos que relacionam as *cotas* a uma posição de esquerda específica, possivelmente comunista/marxista: “luta de castas”, “racismo de massas”, “açular a luta de classes”.

Nessa matéria, é consultado, além de Demétrio Magnoli e sua obra, a qual é a base da reportagem, Jerson César Leão Alves (nominado como Leão Alves), apresentado como secretário-geral da “ONG Nação Mestiça” e que também havia sido citado na reportagem da edição 2102 (“Uma segunda opinião”). O semanário

tem como prática trazer um *conjunto de pessoas com alguma relação com o tema*, sendo que esse grupo, que está *alinhado ao discurso do periódico*, é requisitado sempre que necessário.

Essa prática constante de *trazer a fala do outro* e a partir dela construir *afirmações categóricas sobre o assunto* produz o efeito de que não é *Veja* que está formulando o discurso, mas que está *orientada por outro dizer*, amparada por uma “verdade”. Ao analisar o imaginário sobre o negro nos jornais, Moura (2004) afirma:

há nos textos da imprensa a constância em demarcar a fala do outro, do entrevistado, do agente dos fatos narrados pelos jornais. Essas estratégias de evidenciar que a fala é do outro, não do jornal, **produzem o efeito de que o jornal está isento de tomada de posição**. [...] Mas ao mostrar que traz o outro discurso que não o próprio, e com o qual não se compromete, **o jornal deixa ver que uma ilusão de sujeito é construída**: a de um sujeito inteiro em uma posição definida como neutra. **Mas o que ocorre é um assujeitamento ao processo ideológico que produz o mito da democracia racial**. (p. 221, grifos meus).

Além do discurso de pessoas com algum envolvimento com o tema, outra estratégia discursiva é utilizar o discurso científico para respaldar o que o periódico quer sustentar. No caso da reportagem em foco, há a busca de trazer dados e observações pautadas no discurso científico. Esse discurso da ciência permite dizer que “raça não existe” através da exibição de gráficos sobre a composição genética dos brasileiros em diferentes regiões do país. O estudo é coordenado, segundo o semanário, pelo “geneticista Sérgio Pena”. A partir deste estudo, o discurso da FD *pró-cotas* pode ser contraditado, pautado nos estudos genéticos e no livro de Magnoli.

SD30: No livro de Magnoli, emerge como **um desvio estranho a tentativa** de instituir uma classificação oficial de raças no Brasil, **país cuja identidade nacional foi construída sobre a ideia de mestiçagem**. **Não se trata de mito: análises genéticas** da população, demonstram que o **DNA** de um brasileiro tem, em média, **proporções iguais** de heranças maternas de origem europeia, africana e ameríndia. (Revista *Veja*, “Queremos dividir o Brasil como na foto”, 2 de setembro de 2009, edição 2128, grifos meus).

A democracia racial discursivizada pela FD que defende a implantação das *cotas para negros* como um “mito” é defendida e justificada pelo semanário, através dos resultados das análises genéticas. O *discurso científico* sustenta o *discurso autoritário* e da negação à outra FD (*pró-cotas*). Assim, os estudos genéticos levam

Veja a concluir que “raça não existe”. Para o semanário, as relações étnicas são compreendidas por outro viés, como demonstram as expressões “identidade nacional” / “mestiçagem”. Nesse sentido,

a mídia se institui como guardião do mito. Ela é a porta-voz que representa as posições coletivas. **Sem negar a exclusão social condicionada pela raça [...],** nega, fervorosamente, as possibilidades de transpor o abismo entre brancos e negros. Tudo em nome da integridade do mito. Com posições argumentativas e expositivas as narrativas **leem o presente e organizam o futuro.** **Esses discursos remetem a um já-dito em que os discursos são sedimentados e encaminham a sentidos particulares.** (BORGES, 2003, 247, itálico da autora, grifos meus).

Nesse sentido, segundo Maingueneau (1997), o discurso da autoridade pode ser representado da seguinte maneira:

‘partindo-se de um fato ‘X disse [=assertou] que P’ e, com base na ideia de que X (‘que não é um imbecil’) muito provavelmente não se enganou ao dizer o que disse, é possível concluir sobre a verdade ou a verossimilhança de P. A fala de X, fato entre outros fatos, é, dessa forma, tomada como índice da verdade de P’. Mas, para uma formação discursiva dada, **X não pode ser qualquer um; existem coerções muito fortes que pesam sobre sua identidade, coerções estas que [...] remetem aos próprios fundamentos desta formação discursiva.** (p. 101, grifos meus).

Portanto, *Veja* utiliza o discurso científico por estar envolto do *mesmo aspecto imaginário* que envolve a imprensa enquanto instituição: *verdade, objetividade e imparcialidade*. Segundo Santos (1988), ao discutir sobre os aspectos que envolvem o fazer científico na contemporaneidade,

A consagração da ciência moderna nestes últimos quatrocentos anos **naturalizou a explicação do real, a ponto de não o podermos conceber senão nos termos por ela propostos.** Sem as categorias de espaço, tempo, matéria e número [...] sentimo-nos incapazes de pensar, **mesmo sendo já hoje capazes de as pensarmos como categorias convencionais, arbitrárias, metafóricas.** (SANTOS, 1988, p. 68, grifos meus).

Assim, o discurso do semanário, amparado em outros discursos (nesse caso, o científico), aponta que somente a “ideologização” do tema pode levar à efetivação das *cotas*, como diz Magnoli em entrevista inserida na reportagem:

SD31: Como não existe ninguém, ‘**verdadeiramente negro**’, assim como não existe ninguém ‘**verdadeiramente branco**’, **o que se tenta avaliar é, no fundo a ideologia.** Entre pessoas igualmente

pardas, ganha a vaga aquela que **se diz vítima de discriminação**. Essa resposta é **associada a uma ideologia**. (Revista *Veja*, “Queremos dividir o Brasil como na foto”, 2 de setembro de 2009, edição 2128, grifos meus).

É produzida uma relação direta entre a composição genética dos brasileiros, a cor da pele “parda” e a não existência da discriminação contra negros. Se há miscigenação e não existe “raça” pura (biológica), logo não existe discriminação. A cor “parda”, nesse caso, representa a *síntese da miscigenação*, seja pelo viés fenotípico ou pelo viés genético. Se o “pardo” se diz “negro”, é por uma questão “ideológica”, ou seja, por estar alinhado discursivamente às proposições do governo “petista” (proposições de esquerda/comunistas). O interdiscurso, ao fornecer a ideia da democracia racial, produz no intradiscurso os efeitos de sentidos: “não existe ninguém” “verdadeiramente negro”/“branco” e há “pessoas igualmente pardas”. A especificidade da discriminação sustentada pela cor da pele dos indivíduos está silenciada; a questão fenotípica toma um aspecto positivo sob o pressuposto de que a cor “parda” é o resultado das relações étnicas cordiais.

Como o título do próprio livro de Magnoli revela e a reportagem traz, *Uma gota de sangue* se refere à diferenciação racial americana, que não ocorre apenas pela cor da pele, mas, principalmente, pela relação consanguínea. É com esse pressuposto que a reportagem foca as relações étnicas e tece críticas às *cotas*, relativizando as características fenotípicas nos casos de discriminação nos quais a cor da pele negra é uma questão central. Também, ao pensar a expressão *Uma gota de sangue*, essa produz efeitos de sentidos de que apenas uma gota desta substância poderia pautar o processo de efetivação das *cotas para negros*, mostrando a contradição presente nesta política.

Portanto, de acordo com os posicionamentos discursivos,

Os sentidos de raça vão deslizando para sentidos cada vez mais complexos e imprecisos no percurso de um século, quando a maioria da população **se torna mestiça**, e passa-se a ter uma *população afro-brasileira*. **Essa falta de precisão torna-se mais aguda no início do século XXI**, quando as instituições democráticas começam a responder à sociedade no sentido de se produzir uma reparação aos negros pela exclusão social a que foram submetidos em toda a história do Brasil. (MOURA, 2004, p. 86, itálicos da autora, grifos meus).

De forma generalizada, esta interpretação em que o conceito biológico de raça e a presença da cor “parda” são traçados de maneira análoga à possibilidade

de existência da discriminação *se torna perversa* por produzir a denúncia da discriminação como algo duvidoso, como se o negro que reclama a existência do preconceito e da discriminação não estivesse pautado em uma “verdade”, mas utilizando a denúncia como argumento para atingir um fim: tornar-se cotista.

Nesse caso, sob o viés específico da cor da pele, o negro cotista pode ser considerado um *outsider*, conforme Elias e Scotson (2000); sua presença se dá em espaços anteriormente pouco acessíveis, sendo que isso pode provocar *deslocamento nas relações de poder até então estabelecidas*, nas quais o negro é produzido imaginariamente como naturalmente pertencente a determinadas classes e fazeres sociais. Portanto, não desconsiderando a perspectiva discursiva/materialista, cabe fazer menção ao estudo de John Scotson e Nibert Elias (*Os estabelecidos e os outsiders*), autores que, ao estudarem a delinquência em uma comunidade inglesa, acabaram por definir duas categorias distintas, ou seja, os “estabelecidos”, grupos de famílias antigos no bairro, com um determinado “estilo de vida” – *status*, exercício e monopólio do poder – e os “*outsiders*”, famílias novas no bairro que são consideradas um risco ao estilo de vida dos “estabelecidos”⁶⁵.

Postos no papel de outsiders, **os recém-chegados são percebidos pelos estabelecidos como ‘pessoas que não conhecem seu lugar’**; agridem-lhes a sensibilidade, portando-se de um modo que, a seu ver, **traz claramente o estigma da inferioridade social [...]** Os mais ‘antigos’ **levantam sua bandeira, lutam por sua superioridade, seu status e poder, seus padrões e suas crenças**. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 174-175, grifos meus).

A constituição do cotista enquanto *outsider* pode ser considerada também pelo aspecto negativo que o cotista toma no discurso do periódico ao ocupar espaços sociais através de mecanismos “duvidosos” e não “objetivos”, *desestabilizando o status quo*, produzindo injustiças.

Na última página da reportagem, o texto intitulado “Ascensão sem cota” traz números demonstrando a “queda da desigualdade **racial**” (grifo meu), dizendo que o “fosso” que separa negros e brancos se “estreitou”. Porém, isso não se deve às *cotas*:

⁶⁵ “*Grosso modo*, a pesquisa indicou que os problemas em pequena escala do desenvolvimento de uma comunidade e os problemas em larga escala do desenvolvimento de um país são inseparáveis” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 16, itálicos dos autores).

SD32: O crescimento do **mercado de trabalho**, fruto da **extraordinária expansão econômica desde a implantação do real**, proporcionou também a ascensão dos negros. **Mais educados**, eles passaram a ter acesso a empregos **antes reservados aos brancos**. (Revista *Veja*, “Queremos dividir o Brasil como na foto”, 2 de setembro de 2009, edição 2128, grifos meus).

A ascensão do negro, segundo *Veja*, passa por dois fatores principais e interligados: a educação e o “crescimento do mercado de trabalho, fruto da extraordinária expansão econômica”, sendo esses regidos pelos pressupostos do mercado e pelo esforço individual.

Assim, a disparidade educacional é a causa da disparidade na ocupação dos empregos, porém não é revelada a possível origem da disparidade educacional. Segundo o semanário, a mudança começou a ocorrer com a “implantação do real”, período de governo do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Deve-se destacar a relação de oposição construída entre os governos de FHC e Lula. Essa oposição produzida por *Veja* considera as ações do governo FHC positivas, por elas estarem pautadas, segundo o periódico, em uma agenda econômica, de investimento educacional e não, especificamente, em *cotas* “raciais” como ocorrem no governo de Lula, silenciando desse modo os atos de FHC, na década de 1990 e início da última, em resposta a pressão do Movimento negro⁶⁶.

Ao pensar as condições de produção em que a matéria foi escrita (setembro de 2009), cabe salientar que, em julho de 2009 (dois meses antes da publicação da reportagem), o partido político DEM entrou com uma ação contra o *sistema de cotas* da UnB, movendo uma ADPF (nº 186) no STF. Essa ação foi uma das responsáveis pela proposição de uma audiência pública pelo relator, Ministro Ricardo Lewandowski, na data de 28 de setembro de 2009, sendo que a referida audiência foi marcada para o mês de março de 2010.

Nessa audiência, também participaram representantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o advogado que representava um aluno que havia entrado com um Recurso Extraordinário contra as *cotas* naquela universidade (Recurso Extraordinário nº 597.285/RS). Nesse período (2009), como já apontei acima, também ocorria o processo de votação do Estatuto da Igualdade Racial, em que se discutia a possibilidade de as *cotas para negros* nas universidades públicas serem incluídas em sua redação (Lei Federal nº 12.288/2010).

⁶⁶ Como destaquei no segundo capítulo.

Ainda, ao refletir sobre as condições de produção do discurso e o reforço dos efeitos de sentidos que *Veja* produz sobre o tema, é importante destacar que dos quarenta textos encontrados sobre ele no recorte temporal estabelecido (2009 a 2011) dezenove datam desse ano (2009), revelando certa exposição do assunto pela *eminência* da sua possível “oficialização”.

No mês de março de 2010, ocorreu a audiência pública no STF, nos dias 3, 4 e 5, em que representantes de movimentos organizados da sociedade, favoráveis ou contrários às *cotas*, apresentaram seus argumentos para instruir os ministros daquela Corte. Nessa audiência, houve a participação de algumas das pessoas que compõem o grupo normalmente utilizado por *Veja* para opinar sobre o tema. Entretanto, nesse período, o semanário não fez menção sobre a audiência pública no STF. Em julho daquele ano, também foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010), no qual se faz menção às “ações afirmativas”⁶⁷, porém sem abordar as *cotas* nas universidades e serviços públicos, especificamente. O semanário, também, nada disse sobre a aprovação do referido Estatuto.

No STF, as seguintes pessoas citadas ou consultadas pelo periódico, durante o recorte temporal estabelecido para a pesquisa, participaram da audiência pública⁶⁸: Edson Santos de Souza - Ministro da SEPPIR; Roberta Fragoso Menezes Kaufmann - Procuradora/Advogada (DEM); Yvone Maggie, com o texto: "Um ideal de democracia" (texto lido por George de Cerqueira Leite Zarur); Eunice Ribeiro Durham, com o texto: "Desigualdade educacional e quotas para negros nas universidades" (texto lido por Roberta Kaufmann); José Roberto Ferreira Militão, com o texto: “A ‘raça estatal’ e o racismo”; José Carlos Miranda, com o texto: “A racialização das relações sociais no âmbito das periferias das grandes cidades”; Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, com o texto: “Políticas públicas de eliminação da identidade mestiça e sistemas classificatórios de cor, raça e etnia”.

Durante o recorte temporal, destas pessoas listadas nas páginas do periódico, apenas Edson Santos de Souza se posicionou da forma favorável às *cotas*.

Em 25 de agosto do mesmo ano, o semanário publicou, na seção “Geral”, cujo tema era “demografia”, uma matéria escrita por Roberta de Abreu de Lima,

⁶⁷ “Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se: [...] VI – ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades” (Lei Federal nº 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial).

⁶⁸ Conforme notas taquigráficas. Disponível em < http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa/anexo/Notas_Taquigraficas_Audiencia_Publica.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2012.

intitulada: “Os negros rumo ao topo”. Nessa reportagem, são apresentados indicadores econômicos que, segundo o periódico, apontam um “avanço notável” dos negros “rumo ao topo”.

Através da apresentação de uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas sobre a melhoria de condições de vida dos negros a partir do início da década passada, *Veja* traz exemplos de pessoas negras que “venceram”, devido, principalmente, ao acesso ao ensino superior e ao mérito. Além disso, esses negros já são considerados o resultado da “conquista” dos pais, ou seja, de famílias que “ascenderam socialmente há mais tempo”.

Ao tratar do ensino superior, o semanário revela a qual espécie de ensino está se reportando:

SD33: No que se refere à universidade, tanto negros quanto brancos se **beneficiaram de um fenômeno recente: a acirrada competição entre grupos de ensino superior** que derrubou, em média, para a metade o custo das **mensalidades**. (Revista *Veja*, “Negros rumo ao topo”, 25 de agosto de 2010, edição 2179, grifos meus).

Fica claro que os negros focados pela revista fazem parte de um conjunto de pessoas com condições financeiras para pagar uma universidade particular. Esse acesso ao ensino superior não ocorre pela “democratização” do ensino público superior com o aumento de vagas ou através das *cotas*, mas pela acirrada competição entre empresas regidas pela lei do “mercado”.

O discurso do periódico está amparado em “estudos” que apontam a pouca “expressividade” da “intervenção estatal protetora”, pois as ações datam de um curto período (2002). A revista faz menção ao período em que universidades como UnB e UERJ passaram a discutir e implantar *cotas para negros*.

No Rio de Janeiro, desde o ano de 2000, havia uma Lei Estadual que previa *cotas* para estudantes oriundos de escolas públicas (Lei Estadual nº 3524/2000). Posteriormente, foi estabelecida a porcentagem específica de negros e como as instituições públicas deveriam ser incluídas nesse processo, através da Lei Estadual nº 3708/2001. Essa Lei foi substituída por outras que se seguiram: Lei Estadual nº 4151/2003 (revogada); e Lei Estadual nº 5346/2008 (em vigor). O primeiro vestibular com seleção de cotistas ocorreu em 2003. Em 2011, através do Decreto Executivo nº 43.007/2011, o governo carioca estabeleceu *cotas* no serviço público estadual para negros e índios.

Já na UnB, as *cotas para negros* foram previstas, após cinco anos de debates, pela Resolução nº 38, de 18 de junho de 2003, do CEPE, aprovando o Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial da Universidade de Brasília – UnB. O primeiro vestibular com seleção de cotistas ocorreu em 2004. Este sistema de seleção dos cotistas foi contestado no STF pelo partido político DEM, em julho de 2009.

Voltando à reportagem, apesar de ela *manter um trajeto em que ocorrem paráfrases dos efeitos de sentidos*, essa matéria traz explicitamente a disparidade étnica, revelando o caráter heterogêneo da FD; o texto, nesse aspecto, está fundamentado no “estudo” de José Pastore, um sociólogo (“especialista”).

Segundo o semanário, o preconceito é uma prática social existente que diferencia as pessoas pela cor da pele, o que passou a ocorrer após o fim da escravidão, abolida tardiamente, e, também, pela falta de políticas para a inserção do negro no mercado de trabalho. Dessa forma, há o deslizamento do discurso predominante que marca *Veja*:

SD34: O Brasil fez **tarde e malfeito**, pois **livrou** os escravos dos grilhões, mas **não moveu uma palha para prepará-los para sua nova condição**. Isso levou a maioria à **miséria absoluta**, seguida da **dissolução moral** e, óbvio, **atraiu sobre eles a carga de preconceito** que só **agora começa a ceder**. (Revista *Veja*, “Negros rumo ao topo”, 25 de agosto de 2010, edição 2179, grifos meus).

Ao reconhecer e trazer parte do processo histórico que envolve a população negra, diferentemente das outras reportagens, o “preconceito” é produzido como algo que ocorre após a Abolição, pela falta de inserção do negro nos mecanismos sociais existentes do período, isto é, do liberalismo republicano. Porém, a não inserção da população negra é tomada como resultado do atraso das “elites brasileiras”.

A matéria não trata do contexto da Abolição no qual havia o discurso do *branqueamento* da população (imigração europeia), ideia que considerava a presença do negro como um fator social negativo. Dessa forma, parte do posicionamento da FD *pró-cotas* surge na reportagem, porém *não desestabiliza o crivo discursivo* por meio do qual *Veja* vislumbra a correção das disparidades étnicas e o combate ao preconceito.

Segundo *Veja*, na atualidade, do maior acesso dos negros ao ensino superior e ao mercado de trabalho resulta que o preconceito “agora começa a ceder”. Outras

possibilidades discursivas não são consideradas, como o fato de a construção negativa do negro ocorrer pela existência da escravização e devido ao estigma sobre a cor de sua pele e não apenas por sua não inserção no molde formal de exploração do trabalho do liberalismo republicano pós-Abolição. O negro não foi o foco de políticas de Estado no contexto da Abolição, pelo fato de a sua presença ser considerada um fator negativo e pelo imaginário já construído sobre o mesmo durante o período da escravização.

Se em outros momentos o periódico citou a educação básica como questão essencial para a correção das disparidades étnicas, por preparar os jovens (negros e caucasianos) para competir, agora é o ensino superior privado, a “conquista” dos pais dos negros que ascenderam socialmente e o empenho individual os responsáveis pela diminuição das disparidades econômico-sociais e, também, do preconceito de cor.

Nesse discurso, do mesmo modo que a não inserção pós-Abolição causou o preconceito, agora, essa prática pode ser combatida devido à competição entre universidades particulares que reduzem suas mensalidades e contribuem para que os negros “mais educados” se tornem uma “força de trabalho qualificada e produtiva”. Não é dito que a inserção do negro pelo processo educacional pode ter ocorrido por outros motivos, devido à existência do FIES, e/ou da concessão de bolsas de estudos, como ocorre com o PROUNI. Esse mecanismo é análogo ao que Moura (2004) pesquisou, ao focar as matérias sobre os negros, publicadas nos jornais em 1988, ano do centenário da Abolição:

A questão das precárias condições de sobrevivência dos negros brasileiros é colocada por esse discurso como **uma questão de desigualdades de classe**, ou como **contingência** superada por alguns indivíduos que, **por esforço próprio**, se fizeram ‘antenas da raça’. (MOURA, 2004, p. 215, grifos meus).

Mesmo reconhecendo alguns aspectos que estão presentes na produção discursiva da FD que defende a efetivação das *cotas*, *Veja* segue um *trajeto essencial*, regido por uma FI que pressupõe as práticas do liberalismo, sob o molde do “livre mercado”, como essenciais, interpretando a efetivação das *cotas*, das instituições e dos instrumentos necessários para a implantação dessa política sob o viés do *descaminho*, de um desvio “estranho” que coloca em perigo o futuro do país.

Por outro lado, considerando o posicionamento da FD *pró-cotas*, é possível dizer que essa FD, ao formular os efeitos de sentidos da “inclusão” e da “discriminação positiva”, *não rompe com o modelo econômico vigente*, mas apenas com a sua vertente ligada ao “livre mercado”. Dessa forma, o discurso que defende a efetivação das *cotas para negros* está ecoando efeitos de sentidos que remetem a um posicionamento no qual o Estado deve garantir os direitos e o *bem estar social* dos cidadãos⁶⁹, nos moldes dos discursos políticos e econômicos que sustentaram políticas de estado após a Crise Mundial de 1930. Dessa forma, a FI que produz o discurso da “inclusão” dos negros *não postula a inversão das relações de produção* ou o fim das contradições de classe, porém a inserção ou “inclusão” dos negros nos espaços da “pirâmide social” *ainda não ocupados por essa parcela da população*.

Nessa matéria, como na da edição 2128, de 2 de setembro de 2009 (“Queremos dividir o Brasil como na foto?”), há o uso do discurso direto (doravante, DD), por meio do qual são expostos negros que “venceram” sem a necessidade das *cotas*, os quais, em alguns casos, inclusive se opõem a essa política. Como destaca Medeiros (2003), o uso do DD na imprensa é fruto da construção histórica que produziu, ao longo do tempo, o DD como verdadeiro e objetivo. Essa construção foi possível, também, através da inserção das aspas, no século XVII, pelo impressor Guillaume, onde o DD torna-se análogo à citação. O uso do DD e

A entrada das aspas em momento posterior permitiu uma nova forma de apreensão da palavra do outro que também servirá à prática jurídica. Coisificada, tornada objeto, fato, a palavra do outro, tomada como **da ordem da reprodução fiel**, é passível de julgamento. Ou seja, **o DD passa a servir para imputar a responsabilidade do dizer ao outro. Garantia de veracidade que serve à ordem contemporânea.** (MEDEIROS, 2003, grifos meus).

Essa composição tomada pelo DD contemporaneamente e utilizada pela imprensa está relacionada, também, à própria *modelagem histórica pela qual a imprensa foi sendo constituída durante os séculos*. Essa constituição produziu a

⁶⁹ “Franklin Roosevelt e Getúlio Vargas não eram, evidentemente, os únicos líderes políticos dos anos 1930 a realizar uma crítica ao *laissez-faire*. **Para Eric Hobsbawm, a consequência mais duradoura da crise dos anos 1930 foi o fato de ela ter jogado para o ostracismo, por pelo menos meio século, os princípios do liberalismo econômico, tanto em termos ideológicos quanto no que diz respeito a políticas econômicas**, em praticamente todo o mundo capitalista [...]. Foi de fato a partir da Depressão que os governos de todos os países capitalistas se viram compelidos a **considerar sistematicamente as questões sociais e do emprego**” (LIMONCIC, 2003, p. 258, itálicos do autor, grifos meus).

imprensa como uma instituição em que as palavras só podem estar sob o manto da veracidade.

O DD é *mais um instrumento* nesse espaço onde os efeitos de sentidos são produzidos através de um aparato complexo no qual estão em jogo diferentes mecanismos e, claro, posicionamentos de classe em luta pelo controle dos sentidos, sendo a imprensa um dos lugares onde essa relação de forças se estabelece.

Nesse sentido, *Veja*, através da apresentação de negros bem sucedidos, relatando suas dificuldades e vitórias, utiliza o DD como *recurso discursivo*, reforçando tanto o seu fazer como imprensa, quanto a produção dos efeitos de sentido sobre as *cotas*:

SD35: Filha de um pequeno comerciante e de uma empregada doméstica, Íris sempre estudou em escolas públicas [...]. Há três anos, é a diretora de treinamento do McDonald's na América Latina. **'Meu problema nunca foi ser negra. Foi ser pobre'**, diz Íris. **A frase expressa a verdadeira questão social brasileira.** (Revista *Veja*, "Ascensão sem cota", 2 de setembro de 2009, edição 2128, p. 94, grifos meus).

SD36: O carioca André Oliveira, 52 anos, **é um exemplo**. Diz ele: **'as cotas são um incentivo ao comodismo e eu acredito na meritocracia. Varei muita madrugada para chegar onde estou'**. (Revista *Veja*, "Os negros rumo ao topo", 25 de agosto de 2010, edição 2191, p. 134, grifos meus).

SD37: A primeira negra a se tornar desembargadora federal no Brasil, em 2004 [...] Neuza conseguiu, **à custa de muito estudo e sacrifício**, diplomar-se em direito e passar no concurso para juíza. Mãe de três jovens, ela diz: **'sei que meus filhos estão em condições infinitamente melhores que as que eu tive para sonhar alto'**. Bom para eles – e também para o país. (Revista *Veja*, "Os negros rumo ao topo", 25 de agosto de 2010, edição 2191, p. 135, grifos meus).

Através dessas SDs, há como afirmar que a construção do negro cotista (lacunar), apesar de não enunciada, está constituindo o discurso, através das palavras dos próprios entrevistados e da apresentação que é efetuada sobre os mesmos; nesse caso, o *comodismo* e a *falta de empenho* para contornar os "obstáculos". Além disso, o DD dos negros, alinhado à FD contrária às *cotas*, torna-se um argumento relevante, sob o aspecto da *sedimentação dos efeitos de sentidos* sobre o assunto em *um período chave*, ou seja, quando há, no Congresso Nacional, *o projeto que pode vir a atender as demandas sociais*, com a implantação das *cotas* nas instituições de ensino públicas federais.

Mesmo com a presença da polissemia (deslizamentos discursivos), de modo geral, a *paráfrase marca o dizer do periódico*, que produz efeitos de sentidos sobre as *cotas* a partir de um posicionamento de *autoridade do dizer*, sobre a noção de “raça”, do negro bom ou “ideologizado”, da relevância de outros instrumentos que não as *cotas* (mérito, educação básica e superior) para acabar com as disparidades étnicas, da mobilização do interdiscurso, através do pré-construído que intrinca os dizeres sustentados nas noções da democracia racial, da igualdade jurídica entre os indivíduos e do mérito individual.

Segundo Orlandi (2007a [1999]), a paráfrase é o constante redizer e/ou repercussão de efeitos de sentidos que possibilitam caracterizar uma FD. Porém, a paráfrase deve ser considerada sempre em relação constante com a polissemia, que é a possibilidade do novo e do diferente.

A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2007a [1999], p. 36, grifos meus).

A paráfrase constitui, então, o modo específico pelo qual a FD trabalha na produção dos efeitos de sentidos, sendo possível demarcar determinadas *posturas discursivas*, como o uso de denominações, argumentos, adjetivações, silenciamentos, produção de efeitos de sentidos mais ou menos regulados.

Através do traço do *curso parafrástico*, no caso das *cotas para negros*, há o que Soares (2006b), a partir da leitura de Mariani (1998), chama de *equação linguística*, ou seja, a produção de efeitos de sentidos a partir de duas ou mais expressões recorrentes em uma FD, em determinadas condições de produção. Soares (2006b), traça em sua pesquisa, a *equação linguística*: homossexual = pervertido + promíscuo. Mariani (1998) traça a *equação linguística*, em seu estudo sobre o PCB (Partido Comunista Brasileiro) na imprensa, como: comunistas/comunismo = sectários, inimigo, elemento desvairado, tiranos vermelhos (p. 19).

No caso das *cotas para negros*, tem-se: *cotas* = divisão + perigo + ruínosa + irracional + imposição de um governo/partido. Sobre o negro, há a produção da seguinte equação: negro bom = cordial + não aponta a discriminação + instrumento para a união nacional (miscigenação) + vencedor (esforço individual); negro mau =

segrega + racalista + malandro (cotista que se diz discriminado para “ocupar” a vaga). Essas construções não são fruto da determinação exclusiva da FD predominante que constitui o discurso do semanário, ou resultado de mecanismos internos autônomos que produziram certos *trajetos* e os sedimentaram, mas do *constante embate com outras FDs e outras posições discursivas*. Veja, ao produzir o seu discurso, mesmo amparada no imaginário que estabelece a imprensa como neutra e imparcial, demarca o seu “território” discursivo, porém com a presença da outra FD (*pró-cotas*) constituindo o discurso de forma heterogênea.

Em 2011, as *cotas* estiveram em evidência nas páginas amarelas, sendo mencionadas nessa seção em quatro vezes distintas. Porém, em apenas uma dessas vezes houve a discussão específica sobre o tema, na qual as *cotas* foram colocadas, novamente, em oposição ao “mercado”. Nas páginas amarelas de 9 de março de 2011, o semanário entrevista o economista americano (negro) Walter Williams, com o título: “O mercado vence o racismo”. O título está amparado na perspectiva construída pelo economista que apregoa que o mercado, por si, elimina as disparidades étnicas, sendo que os negros não necessitam das políticas afirmativas.

Após quatro edições dessa entrevista com o economista, Ursula Burns (negra), presidente da Xerox, contraria esse posicionamento sobre as políticas afirmativas, em entrevista às páginas amarelas de 25 de maio. Ela diz:

SD38: Em alguns momentos eu contei com a ajuda desses programas. Isso beneficiou minha carreira. Eles devem funcionar como ajuda circunstancial para que as pessoas consigam dar o primeiro passo. (Revista *Veja*, “Inovar ainda é americano”, de 25 de maio de 2011, edição 2218, grifos meus).

Esse posicionamento da entrevistada está construído considerando as *cotas* como políticas que *promovem a diversidade dentro das empresas*, produzindo o deslizamento discursivo. Dessa maneira, Ursula não contradiz os pressupostos do “mercado”, mas concorda com a efetivação de políticas afirmativas para que se consiga “dar os primeiros passos”.

Exceto pelo caso do economista Walter Williams, no qual o foco da entrevista nas páginas amarelas é especificamente apresentar a oposição entre *ações afirmativas* e o “mercado”, *Veja* tem o hábito de questionar os entrevistados nessa seção sobre as *cotas*. Isso ocorreu com a candidata à presidência Marina Silva (2 de

setembro de 2009), com o Senador (à época) Demóstenes Torres (8 de junho de 2011) e com o ministro do STF Joaquim Barbosa (15 de junho de 2011).

4.2.1 As cartas dos leitores de *Veja*

É relevante destacar que parto da perspectiva na qual a seção “Leitor”, na revista *Veja*, impõe ou exige, a quem se dispõe a remeter alguma carta ao periódico, aspectos ligados à coerência e à responsabilidade sobre o que se escreve. Essa imposição não está ligada apenas a uma decisão unilateral da revista, mas é o resultado da interpelação dos sujeitos na forma-sujeito jurídica contemporânea, conforme Lagazzi (1998), em que o anonimato não é aceito. Há como dizer tudo, desde que se arque com as consequências do que é dito. As condições impostas por *Veja* para que o leitor possa ter sua carta apreciada demonstram um pouco do que acabo de apontar:

SD39: PARA SE CORRESPONDER COM A REDAÇÃO DE VEJA: as cartas para VEJA **devem trazer a assinatura, o endereço, o número da cédula de identidade e o telefone do autor.** Enviar para: Diretor de Redação. VEJA – Caixa Postal 11079 – CEP 05422-970 – São Paulo – SP; Fax: (11) 3037-5638; e-mail: veja@abril.com.br. **Por motivos de espaço ou clareza, as cartas poderão ser publicadas resumidamente. Só poderão** ser publicadas na edição imediatamente seguinte as cartas que chegarem à redação **até** a quarta-feira de cada semana. (Revista *Veja*, Leitor, 7 de janeiro de 2009, edição 2094, p. 27, grifos meus).

Esse mecanismo atua no regramento discursivo das palavras e opiniões expressadas, na medida em que tudo pode ser dito, desde que dentro dos ditames aceitos, pois aquilo que foge às normas provavelmente não será publicado ou, no mínimo, será “resumido”. Se a carta for publicada, o autor poderá ser responsabilizado pelo que disse. Esse regramento discursivo está inscrito imaginariamente no modo como atuam a instituição imprensa e as FDs que orientam o discurso da revista.

Vale lembrar, **com relação ao discurso jurídico, sua função de interpelação-identificação que atua sobre os processos de constituição do sujeito: o sujeito de direito tanto é aquele que se reconhece/enuncia sob a evidência do Eu** – uma singularidade, com suas vontades e responsabilidades, portanto – como também é **aquele que poderá, virtualmente, ocupar o lugar ‘vazio’**

instaurado pela universalidade das leis dos direitos humanos. (MARIANI, 1998, p. 77, grifos meus).

Conjuntamente, nesse emaranhado normativo, o leitor/autor deve dar coerência às suas opiniões de acordo com o que é imposto, porém essas opiniões expressas nunca deixarão de ser as suas opiniões e de ter uma marca singular (sua história particular).

Antes de ser o agente remissivo que redige sobre algum tema tratado na revista, o sujeito é leitor. Nesse caso, como demonstra Soares (2006a), pode-se traçar discursivamente como ocorre a disseminação dos sentidos: formulação, circulação e recepção⁷⁰. Nos moldes institucionais do fazer jornalístico, a carta do leitor pode representar uma fratura no ritual do seu funcionamento na medida em que vai de encontro à objetividade e à impessoalidade apregoada pela imprensa, ao deixar espaço para que subjetividades sejam evidenciadas através das palavras dos seus leitores. Mariani (2006) aponta, porém, que a fratura nesse mecanismo abre duas possibilidades: causar uma ruptura definitiva em uma determinada prática (resistência, abertura para o novo); ou ser assimilada pelo ritual existente, agindo como reforço das práticas desse ritual.

No caso das cartas dos leitores sobre as *cotas para negros*, fica patente que, quando o leitor opina sobre o tema, mesmo não reproduzindo ou ecoando os mesmos efeitos de sentidos da matéria comentada, não se dá o rompimento do modelo que estrutura o *modus operandi* da revista (ver **SDs 41 e 42**, abaixo). Nesse caso, parece ser mais coerente destacar a assimilação dessa prática, na medida em que reforça a homogeneização de alguns sentidos, que podem ser discutidos, porém sem atingir os valores do fazer jornalístico, isto é, da objetividade, da neutralidade e da veracidade (SOARES, 2006a, p. 23-24).

Assim, portanto, ao disponibilizar espaço para a opinião dos leitores/autores, a revista deixa margem para demonstrar o seu papel como lugar para o debate de temas importantes para a sociedade, tomando a função de mediadora, sem deixar

⁷⁰ “Em suma, há de ser possível desenvolver uma história, bem como uma teoria da reação do leitor. Possível, mas não fácil, pois os documentos raramente mostram os leitores em atividade, modelando o sentido a partir dos textos, e os próprios documentos também são textos, o que requer interpretação. Poucos têm uma riqueza tal que possa fornecer um acesso, mesmo que indireto, aos elementos cognitivos e afetivos da leitura, e um ou outro caso excepcional talvez não seja suficiente para se reconstruírem as dimensões internas dessa vivência. Mas os historiadores do livro já trouxeram à luz grandes quantidades de informações sobre a história externa da leitura. Tendo-a estudado como um fenômeno social, eles podem responder a muitas perguntas sobre ‘quem’ ‘o quê’ ‘onde’ e ‘quando’, o que pode ser de grande auxílio para tratar as perguntas mais difíceis sobre os ‘comos’ e os ‘porquês’” (DARNTON, 1990, p. 147-148).

explícito, no entanto, que tanto as cartas quanto os temas tratados sofrem um processo de filtragem, processo esse pautado de acordo com os seus pressupostos financeiros e políticos, conforme Silva (2009).

Primeiramente, deve-se ressaltar o modo como a escrita das cartas está permeada pela evidência/transparência que as palavras tomam e a identificação dos sujeitos leitores/autores. A evidência pode ser demonstrada a partir do pressuposto de que as opiniões partem do que foi exposto nas matérias sem questionar o modo como o semanário produz esse posicionamento, ou seja, não se questionam os efeitos da verdade, objetividade e imparcialidade produzidos pela imprensa, mas, em alguns momentos, as opiniões veiculadas por essa, como se as opiniões não tivessem nenhuma relação com os “meios de comunicação” que fica sob o efeito de um instrumento de pura transmissão de ideias produzidas por outras pessoas ou instituições. Isso pode ser percebido mesmo quando os leitores/autores apontam para questões que não foram ditas, mas que poderiam “complementar” a reportagem – como na **SD40**, em que o leitor/autor dá sua contribuição no sentido de deixar a matéria mais completa, como se a completude fosse possível de ser acessada pelas palavras e seus sentidos:

SD40: Cumprimento a jornalista Camila Pereira pela matéria sobre as cotas e leis raciais, cujo conteúdo toca fundo nas questões que exigem reflexão da sociedade. Acredito que faltou destacar melhor, no entanto, a argumentação ética de combate ao racismo dos ativistas afro-brasileiros que também são contrários ao uso de leis compulsórias em bases raciais. Faço parte desse grupo e posso atestar como tem sido difícil para todos assumir e defender essa posição em confronto com velhos militantes e amigos que defendem as leis raciais. Apesar disso, em respeito aos efeitos colaterais que serão prejudiciais aos afro-brasileiros, que **denunciamos, seguimos lutando contra a aprovação de leis raciais por acreditar** que este é um dever de quem combate o racismo: a destruição do conceito de raças humanas que impõe uma hierarquia racial, a favor da única espécie humana. Esse projeto, se aprovado em nível federal, desencadeará centenas, se não milhares, de leis semelhantes em todos os estados e municípios brasileiros, racializando de ponta a ponta **o nosso dia-a-dia**, o que será um desastre social de dimensões não conhecidas e que vai alterar a identidade da cidadania brasileira, **ímpar no mundo**. (J. R. M.⁷¹, Revista *Veja*, “Cotas raciais”, 11 de março de 2009, edição 2103, grifos meus).

⁷¹ Para não expor o nome completo dos autores e por questão de espaço, preferi abreviar os nomes.

Já nas **SDs 41 e 42** há uma disjunção com o discurso dominante, ou seja, as leitoras/autoras não se filiam ao aspecto majoritário das cartas publicadas⁷² sobre as *cotas para negros* e ao posicionamento que é tomado por *Veja*, mas nem por isso a tomada de posição do periódico é questionada abertamente, prevalecendo a função da mediação que pauta o fazer jornalístico: há uma problemática, que são as *cotas para negros*, “cujo conteúdo toca fundo nas questões que exigem reflexão da sociedade” (**SD 40**); aqui, fica “evidente” que *Veja* traz o tema à baila pela importância que ele representa.

SD41: Sou favorável ao sistema de cotas raciais. O estado deve levar em **consideração o regime escravocrata que marginalizou a população negra e acarretou sérias mazelas sociais.** Ao implantar o sistema de cotas, **não há ofensa a Constituição, pois o estado está discriminando positivamente,** visando a atingir a **igualdade substancial.** (C. M. S. D., Revista *Veja*, “Ascensão social do negro no Brasil”, 1 de setembro 2010, edição 2180, grifos meus).

SD42: Se pessoas brancas, amarelas, vermelhas, e negras fazem parte da sociedade, por que tenho de ver apenas as pessoas brancas nos desfiles, nos filmes, na televisão, nas lojas etc.? As cotas são justas, pois acabam com a cota 100% para brancos. Quero que meus parentes, familiares e amigos vejam brancos, amarelos, vermelhos e negros **em todos os lugares da sociedade.** (M. K., Revista *Veja*, “Políticas raciais”, 9 de setembro 2009, edição 2129, grifos meus).

A revista se mantém no papel de mediadora, mesmo tomando um posicionamento específico sobre o tema, pois, para a sociedade em que, como aponta o periódico, o Estado toma as rédeas de uma “política racialista”, é importante um contraponto para fomentar a discussão. Enquanto produtor de um “contraponto”, é previsível pensar que existem discursos que contradizem a posição tomada pelo periódico.

As SDs que se relacionam com a FD que defende a existência das *cotas* apontam para a existência da escravização dos negros no passado e da pouca presença dos negros em alguns setores da sociedade, o que permite a efetivação de uma “discriminação positiva”. Não há o questionamento explícito da perspectiva construída pela revista (verdade, objetividade, imparcialidade), porém o modo como as duas cartas se referem ao tema resistem ao posicionamento da FD da qual a

⁷² Dentre as 18 cartas de leitores publicadas durante o recorte temporal, duas se posicionaram favoráveis às *cotas para negros*.

revista parte ao tratar do assunto, demonstrando o intenso embate ideológico que reflete na enunciação de acordo com as FDs.

Em síntese, há uma resistência discursiva sobre o tema em si, mas não à forma como a revista expõe a discussão. A própria possibilidade do contraditório “dado” pela revista ao expor a opinião dos leitores que não se filiam a certos aspectos das matérias publicadas reforça a noção de *Veja* como um espaço de discussão entre diferentes pontos de vistas.

Ao pensar o modo como os sujeitos são constituídos sob a forma-sujeito jurídica contemporânea no processo de produção das cartas sobre as matérias de *Veja*, é importante trazer o conceito de comentário proposto por Foucault (2009 [1996]). Ao apontar para o funcionamento dos procedimentos internos de controle do discurso, o autor elenca três procedimentos: o comentário, a função de autoria e as disciplinas científicas. Para Foucault,

O comentário conjura **o acaso do discurso** fazendo-lhe sua parte: **permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado**. A multiplicidade aberta, o acaso são transferidos, pelo princípio do comentário, daquilo que arriscaria de ser dito, para o número, a forma, a máscara, a circunstância da repetição. **O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta**. (FOUCAULT, 2009 [1996], p. 25-26, grifos meus).

O comentário tem a peculiaridade de produzir outros discursos a partir do discurso primeiro e, naquele, pode ser explicitado o que estava implícito (mas, presente). Ao produzir diferentes discursos a respeito de outro texto, esse texto primeiro não está ausente do comentário, aliás, ele se realiza no comentário. Nesse caso, o comentário é um discurso que normatiza a circulação discursiva, na medida em que delimita as fronteiras e as possibilidades de significação em uma determinada conjuntura. O que é dito no comentário não é estranho, não rompe com o que é considerado aceitável de se dizer. Por isso, Foucault (2009 [1996]) afirma que o novo não é o dizer, mas o redizer e a forma como esse redizer ocorre.

As cartas dos leitores de *Veja*, nesse sentido, de maneira ampla, consideradas no processo de produção do discurso jornalístico sobre as *cotas para negros*, podem ser entendidas sob o viés do comentário.

A seção “Leitor”, na revista *Veja*, ao trazer as cartas dos leitores/autores, pode expor os limites e as possibilidades de significação que estão controlando e normatizando os efeitos de sentidos nas matérias publicadas sobre as *cotas*. Como

as matérias de *Veja* e as próprias cartas apontam, há um embate entre diferentes posições discursivas.

Nesse sentido, as cartas publicadas, de forma geral, independentemente de serem a favor ou contra a aplicação das *cotas para negros*, têm a matéria comentada como fio condutor e reforçarão ou confrontarão, pela exposição que tomam nas páginas do periódico, as distintas posições discursivas de outros leitores que as lerão na próxima edição.

Dessa forma, os comentários dos leitores/autores estarão conectados à matéria que é o discurso primeiro, reforçando ou produzindo novos trajetos discursivos. Porém, esse processo envolvendo o comentário no semanário é regulado pela filtragem em que apenas as cartas *selecionadas* serão publicadas. Tanto que, das dezoito cartas publicadas apenas duas se mostraram favoráveis às *cotas*, produzindo o efeito de sentido de que poucas pessoas tomam partido desta prática, de que ela é uma exceção. Por outro lado, produz, também, que *Veja* dá abertura para diferentes posicionamentos, reforça o imaginário de o periódico ser um “meio de comunicação” isento e imparcial.

Nesse processo que envolve a imprensa e os leitores/autores, a primeira

é uma instituição que abrange a sociedade letrada e urbana, **agendando para os sujeitos leitores o que ler, fazer, comer, pensar, agir, criticar etc.** Está em jogo [...] uma padronização, uma homogeneização histórica do sujeito. (MARIANI, 2006, p. 31, grifos meus).

Cabe ressaltar que essa homogeneização é um efeito imaginário, porém, como tal, está inscrito na língua e constituindo as práticas sociais. Ainda, a partir dessa homogeneização e da unicidade exigida na identificação ideológica dos sujeitos na função de autoria, pode ser destacada, nas cartas selecionadas, a utilização dos verbos em primeira pessoa do singular ou do plural: “acredito”, “faço”, “posso”, “tenho”, “quero”, “denunciamos”, “seguimos”, “teremos”, “achamos”, “lembro”:

Para que o sujeito se coloque como autor, ele tem de estabelecer uma relação com a exterioridade, ao mesmo tempo em que ele se remete à sua própria interioridade: ele constrói assim sua identidade como autor. (ORLANDI, 2008, p. 89, grifos meus).

Essa unicidade não consegue, porém, apagar os deslocamentos do sujeito no seio da FD em que está inscrito, como pode ser destacado na **SD40** (apresentada acima). Percebe-se o deslocamento no texto na medida em que o autor, tomado como unidade, transita em diferentes posições. O autor inicia a carta e se apresenta através da utilização do verbo na primeira pessoa: “Cumprimento a jornalista”; após se identificar como pertencente a um grupo, utiliza os verbos na mesma pessoa, porém no plural (“denunciamos”, “seguimos”), remetendo a um movimento social (“ativistas afro-brasileiros”). Posteriormente, no fragmento “racializando de ponta a ponta o **nosso** dia-a-dia” (grifo meu), o pronome possessivo revela outro posicionamento, no qual o autor ultrapassa a esfera individual e a do grupo de ativistas do qual participa e representa, prevalecendo uma generalidade que toca o “dia-a-dia” de todos os brasileiros.

Esse deslocamento do sujeito para “todos os brasileiros” revela o que Zanella (2012) discute ao abordar as cartas de leitores de *Veja* sobre a reportagem especial “As 20 metrópoles brasileiras do futuro” (de 1º de setembro de 2010). O leitor de *Veja* alinha-se e toma como evidente o funcionamento do discurso da imprensa que produz, por sua vez, o efeito de completude e de instância de poder (autoridade do dizer): “**Assume-se que *Veja* possa e deva falar em nome dos brasileiros já que se constitui como autoridade midiática**” (ZANELLA, 2012, p. 99, itálicos do autor, grifos meus).

No processo envolvendo o sujeito/leitor-autor, a singularidade sintetiza o movimento pelo qual cada sujeito se relaciona de uma maneira específica com a FD em que está inserido. Na **SD43** (abaixo), é possível destacar essa relação na qual o autor se posiciona e se desloca, transparecendo, à primeira vista, serem contraditórias as suas palavras. O leitor/autor se identifica com a fala do senador (à época) Demóstenes Torres, que diz ser contrário a qualquer espécie de *cotas*, com exceção das sociais (pobres).

Porém, o leitor, mesmo dizendo concordar com as palavras do senador, produz outros efeitos de sentidos, ao se deslocar e abrir uma exceção para os “**verdadeiramente** deficientes físicos” (grifo meu) – posicionando-se contrário às *cotas* sociais (pobres):

SD43: Demóstenes Torres **tirou as palavras de minha boca: ‘sou contra qualquer tipo de cota’, à exceção daquelas em benefício dos verdadeiramente deficientes físicos.** Se achamos justa a

adoção do sistema de **cotas para pobres** por sofrerem discriminação teremos de adotar também o modelo de cotas para os nordestinos, os homossexuais, os obesos e os de baixa estatura, por exemplo. **Obviamente, seria um despropósito.** (L. C. F., Revista *Veja*, “Demóstenes Torres”, 15 de junho 2011, edição 2221, grifos meus).

O que observar nesse caso, senão a singularidade explicitada com maior força? Outro autor poderia dizer que as *cotas* seriam inaceitáveis sob qualquer condição, com exceção das *cotas* para os verdadeiramente obesos. Outro poderia argumentar o mesmo e apontar como exceção as *cotas* para os verdadeiramente homossexuais, nordestinos, etc.

Pode-se afirmar, nesse caso, que “há um modo específico de inscrição do significante em cada sujeito” (MARIANI, 2006, p. 31). Assim, o que se quer destacar é que, ao produzir o texto, a FD está direcionando o que pode e deve ser dito. Porém, essa determinação não é completa, nela existem brechas e, ao mesmo tempo, a história do sujeito/leitor-autor que redige. A FD que produz o sujeito de maneira singular não está imune a essa singularidade.

O mesmo pode ser dito da **SD40** (apresentada acima), em que uma leitura superficial ou baseada no senso comum consideraria que todos os “ativistas afro-brasileiros” estariam inseridos na FD que defende a existência das *cotas para negros*. Como se pode demonstrar, isso não ocorre. O autor da carta aponta a sua filiação política (ativistas afro-brasileiros que combatem o racismo) e, logo em seguida, menciona os embates com “velhos militantes” e “amigos” que defendem a política de *cotas para negros*. Assim, produz-se uma diferenciação que evidencia a dificuldade de se determinar *a priori* a constituição e as fronteiras discursivas de diferentes FDs. Os posicionamentos conflitantes, nesse caso, revelam a singularização, produzindo maneiras distintas de lidar com as *cotas para negros*:

Cada história produz um discurso diferente. Trata-se, assim, de uma **constituição mútua: o sujeito se constitui no interior de uma formação discursiva, mas ao mesmo tempo constitui uma relação própria com essa formação discursiva**, relação essa permeada pela história desse sujeito. (FERREIRA, 2003, p. 25, grifos meus).

Nesse âmbito, deve-se mencionar, também, a inscrição do sujeito no significante, no trabalho da rede de significantes sobre o sujeito, e aludir que o funcionamento do inconsciente não é inteiramente recalcado: as escolhas,

pensamentos, por mais “regrados” que sejam, não estão imunes aos lapsos, ao que passa sem qualquer “coerção” simbólica predefinida, abrindo espaço para novas possibilidades de subjetivação/significação:

Por suas conexões naturais e históricas virtualmente ilimitadas, o significante ultrapassa sempre a ligação rígida a um significado preciso, **podendo conduzir a lugares totalmente inesperados.** (CASTORIADIS, 1982, p. 147, grifos meus).

É possível perceber nas cartas publicadas sobre as *cotas*, exceto pelas **SDs 41 e 42** citadas acima, que, mesmo com os deslocamentos e as singularidades que marcam o sujeito enquanto leitor/autor, ocorrem paráfrases dos efeitos sentidos produzidos nas páginas de *Veja*, como a comparação com os Estados Unidos:

SD44: Os Estados Unidos, país considerado um dos mais racistas do mundo, elegeram, **sem precisar de nenhum sistema de cotas**, o primeiro presidente negro de sua história. (A.P.R., Revista *Veja*, Leitor, 7 de janeiro de 2009, edição 2094, grifos meus).

Na SD acima, o comentário que aborda a eleição americana mostra a possível irracionalidade do *sistema de cotas* pela comparação e diferenciação produzida entre o Brasil e os Estados Unidos. A relação entre os dois países foi utilizada algumas vezes quando *Veja* trata do tema. Como apontei ao trazer o conceito de comentário proposto por Foucault (2009 [1996]), o leitor/autor, ao comentar as matérias publicadas no semanário, está ligado às possibilidades fornecidas pelos dizeres já presentes nessas publicações; nesse caso, a oposição em relação às *cotas* sustentada na comparação entre os distintos países.

Também, após a reportagem “Uma segunda opinião”, de 4 de março de 2009, na edição seguinte, há uma carta que aborda as *cotas*, escrita por um “professor Ph.D.” de Minas Gerais. É importante notar que, ao opinar, o leitor faz menção às *cotas* comentando outra matéria (“O Brasil e a crise”) a qual não aborda diretamente o tema “racial”:

SD45: Como poderemos ser otimistas em um país onde PMDB e PT competem pelo butim do Fundo Real Grandeza? Cabe otimismo onde o crime praticado por amigos é tolerado, se não incentivado, como no caso do MST? Em um país em que o governo luta contra a Constituição para implantar um racismo odioso com cotas para universidades? (A.C.M.M., Revista *Veja*, Leitor, 11 de março de 2009, edição 2103, grifos meus).

Na mesma seção, no tópico específico (“Cotas raciais”) sobre a matéria “Uma segundo Opinião”, *Veja* publica uma carta (**SD46**, apresentada abaixo) assinada por um “Professor de ensino superior”. Nela, é feita a menção ao Estatuto da Igualdade Racial, na qual o leitor confundiu os Projetos de Lei. Isso pode ter ocorrido devido ao semanário não ter mencionado de qual Projeto se tratava; também, em nenhum momento na reportagem, em suas oito páginas, foi fornecido dados numéricos sobre o Projeto que permitissem ao leitor pesquisar sobre o assunto. Por outro lado, a SD acima revela as condições de produção do discurso, levando o leitor a produzir efeitos de sentidos, também, sobre outra discussão (Estatuto da Igualdade Racial) no Congresso, em que a inclusão das *cotas* no texto da lei está sendo discutido:

SD46: Lembro que as cotas são apenas uma das medidas previstas no projeto maior denominado **Estatuto da Igualdade Racial**, cujo teor **reclama a denominação mais realista de Estatuto da Raça**. Esse projeto maior transmite a ideia de que ideólogos da **facção política dominante** pretendem **reacender o racismo em nosso país**. Com que intenções, só eles sabem. Para exemplificar, no projeto existem outros dispositivos, entre os quais a obrigatoriedade de os documentos de identificação pessoal informarem a cor (raça, etnia) do interessado, a começar pela certidão de nascimento. **A miscigenação existente em nosso país tornaria ridícula tal exigência**. (H.P.M., Revista *Veja*, Leitor, 11 de março de 2009, edição 2103, grifos meus).

Deve-se destacar que a **SD45** ecoa alguns efeitos de sentidos da matéria comentada e faz menção à Constituição, sustentada, possivelmente, no texto jurídico que proíbe qualquer distinção entre as pessoas (igualdade formal), amparado pelos pré-construídos da igualdade jurídica entre os indivíduos e o da democracia racial:

Art. 5.º **Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza**, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]. (BRASIL, 2006 [1988], grifos meus).

Se na **SD45** o autor se alinha ao discurso que trata as *cotas* como origem (“implantar”) das divisões entre negros e caucasianos, produzindo distinções desnecessárias (injustiças), chocando-se com a Constituição, na **SD46**, ocorre o deslizamento dos efeitos de sentidos. Nesse caso, apesar de buscar sustentar o seu discurso na noção da existência da “miscigenação” e, através disso, da democracia racial, o que lhe permite efetuar a mudança na denominação do “Estatuto da

Igualdade Racial” para “Estatuto da Raça”, o autor se desloca e usa a expressão “reacender o racismo em nosso país”. O significante “reacender” marca a presença de outros efeitos de sentidos, outra posição sujeito, que contradiz o que o autor pretende produzir. Só se “reacende” algo que já esteve aceso.

Nesse sentido,

Pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem (do simbólico), ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser um deslocamento nessa rede. Entretanto, há também injunções à estabilização bloqueando o movimento significante. Nesse caso, o sentido não flui e o sujeito não se desloca. (ORLANDI, 2007a [1999], p. 54, grifos meus).

Importante notar que nessa rede de constituição dos sentidos estão envolvidas e intrincadas diferentes formações imaginárias construídas pelo periódico sobre os seus leitores e desses a respeito da revista e dos temas tratados. No modo de produção marcado pelo consumo de marcas, *Veja* busca traçar quem é o seu leitor e como a marca da revista repercute em diferentes classes. Para isso, contratou, em 2009, a empresa “Top Brands Consultoria e Gestão de Marcas”, para que através de pesquisas em algumas capitais de estados brasileiros⁷³ traçasse o perfil do leitor da revista (classe social, idade, sexo, entre outros).

A pesquisa⁷⁴ desenvolvida em 2009 mostrou que “*Veja* concentra força na Classe A, enquanto *Época* vai melhor na Classe B”. No entanto, a revista *Veja* cresce na classe B. Outro apontamento feito é o fato de a revista apresentar certa “vulnerabilidade” entre os jovens (20 a 29 anos). Dentre as inúmeras recomendações, a empresa responsável pela pesquisa afirma ser “Importante *Veja* dedicar, na medida do possível, alguma atenção à Classe B e Faixa Etária 20 a 29 anos”, setores “vulneráveis”.

O semanário, além da produção de “informação”, está centrado na venda de produtos dos anunciantes. Dessa forma, a constituição imaginária do leitor/consumidor não pode ser dissociada, uma vez que os leitores são os prováveis consumidores dos produtos expostos em suas páginas. Assim, o foco nas classes “A” e “B” revela parte do processo da constituição imaginária da perspectiva da

⁷³ São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Curitiba, Belo Horizonte e Salvador.

⁷⁴ Dados disponíveis em <http://www.publiabril.com.br/upload/files/0000/0015/Top_Brands_2009_-_pesquisa.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2012

revista sobre o leitor: “I A (B) [...] Quem é ele para eu lhe falar assim?” (GADET & HAK, 1997, p. 83), ou seja, classes específicas as quais o periódico se reporta.

Dessa forma, a seleção e a publicação das cartas dos leitores estão relacionadas a esse funcionamento em que determinados temas são publicados de acordo com a constituição ideológica e com fulcro de reforçar um “estilo de vida” no qual o consumo de determinados produtos e marcas torna-se essencial, como também o debate de alguns temas que podem ser “prejudiciais” para essas classes, como as “*cotas raciais*”, que diminuiriam o número de vagas acessíveis a alunos oriundos de colégios particulares nas universidades públicas.

Em maio de 2010, ao comentar uma matéria que focava a “Indústria da demarcação de reservas indígenas”, uma das pessoas que teve sua carta publicada, foi Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves. A mesma que compôs a foto da reportagem “Uma segunda opinião” da edição 2102, apresentada como “Elda de Castro de Sá”. É importante notar, também, que Elderli assina a carta com o mesmo sobrenome de Jerson César Leão Alves, que esteve presente em outros momentos nos quais o semanário tratou do tema (algumas vezes como “Leão Alves”).

Essas duas pessoas são retratadas em diferentes momentos como: “coordenador”, “secretário-geral”, “[a] presidente”, do “movimento Nação Mestiça”, “Nação Mestiça”, ou “ONG Nação Mestiça”. Na reportagem da edição 2102, “Uma segunda opinião”, “Jerson César Leão Alves” foi consultado e não apareceu na fotografia. Já Elderli foi fotografada, mas descrita como sendo da “Associação dos Caboclos e Ribeirinhos da Amazônia”. Essa mudança de nomes pessoais e dos grupos aos quais os dois colaboradores do semanário pertencem pode estar ocorrendo para produzir o efeito da maior quantidade de pessoas e grupos contrários às *cotas*, como se fossem movimentos e pessoas distintas. Elderli também participou da audiência no STF como representante do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro e da Associação dos Caboclos e Ribeirinhos da Amazônia. A leitora diz em sua carta:

SD47: “Parabéns pela **coragem** de mostrar a política do governo **Lula de divisão dos brasileiros em raças**” (Revista *Veja*, Leitor, 19 de maio de 2010, edição 2128, grifos meus).

A leitora, nesse caso, parafraseia os efeitos de sentidos produzidos nas matérias, silenciando a origem histórica das reivindicações por *ações afirmativas* no Brasil, ao produzir as *cotas para negros* como “política do governo Lula”.

Como disse acima, a autora da **SD47** foi exposta imagetivamente com outras pessoas ligadas a organizações negras (“lideranças negras”) em uma das reportagens de *Veja* sobre as *cotas para negros*. Essa exposição imagética não pode ser dissociada do processo de produção dos efeitos de sentidos sobre o tema. Dessa maneira, na próxima seção, abordarei algumas especificidades que cercam a exposição de imagens fotográficas nas páginas do periódico, considerando a perspectiva discursiva da AD.

4.2.2 Imagens fotográficas e os efeitos de sentidos

A imagem fotográfica, ao mesmo tempo em que reforça o verbal é direcionada por esse, pois a utilização da fotografia na imprensa exige o uso da legenda e de notas explicativas. Porém, a didatização da imagem reforça o efeito de retrato do “real”, não revelando os trajetos ideológicos que levam a imagem a tomar certos sentidos e não outros:

as imagens, em geral, constituem um dos **sustentáculos da memória**; e podem, também, ao mesmo tempo, **constituírem instrumento de manipulação política e ideológica**. Tal como as palavras, **as imagens são controladas e censuradas**. (KOSSOY, 2007, p. 103, grifos meus).

A imagem fotográfica, portanto, toma contemporaneamente, mais que a escrita, o aspecto de retrato da realidade. Segundo Sontag (1981), “A exploração e duplicação fotográfica do mundo fragmenta a continuidade e alimenta as peças de um interminável dossiê, **possibilitando assim um controle com o qual nem se poderia sonhar sob o sistema anterior**” (p. 150, grifos meus), ou seja, a escrita.

Para Barthes (1984), a fotografia é produzida sob a evidência do retrato fiel da realidade, pelo fato de o referente tomar forma da sempre-presença. Porém, essa relação de sempre-presença não pode ser considerada primordial senão como uma força que marca de maneira *sui generis* a composição da fotografia:

Chamo de ‘referente fotográfico’, não a coisa facultativamente real a que remete uma imagem ou um signo, mas a coisa necessariamente real que foi colocada diante da objetiva, sem a qual não haveria fotografia. A pintura pode simular a realidade sem tê-lo visto. [...] Ao contrário dessas imitações, na Fotografia jamais

posso negar que *a coisa esteve lá*. (BARTHES, 1984, p. 114-115, itálicos do autor, grifos meus).

Ainda segundo Barthes (1984), o que marca a fotografia é o *noema* “Isso-foi”. Não há como negar que a foto está sempre conectada a algo que captou. Enquanto recorte espacial e aprisionamento estático-temporal, a fotografia pode ser sintetizada pelo “Isso-foi”. Assim, sob a evidência de retrato direto e transparente da realidade, a fotografia toma importância na contemporaneidade, apagando a própria constituição ideológica que a atravessa.

Sobre a utilização da fotografia, segundo Dubois, a “**foto é em primeiro lugar índice. Só depois ela pode tornar-se parecida (ícone) e adquirir sentido (símbolo)**” (DUBOIS, 1993, p. 53, itálicos do autor, grifos meus). Portanto, conforme o autor, uma característica da imagem fotográfica é funcionar como os dêiticos na linguagem, ou seja, ela aponta “ali”, “aquilo”, “isso”, enfim, o que deve ser visto. O apontar é da categoria do índice, porém o mesmo movimento que aponta e designa algo exige a inserção no simbólico, exige uma interpretação. Nesse sentido, no caso da imprensa, a inserção da legenda e de notas explicativas encaminha o leitor no processo interpretativo. A fotografia utilizada na imprensa não produz efeitos de sentidos por si mesma, mas de acordo com os *trajetos discursivos* percorridos em relação aos temas publicados:

O índice para com o ‘isso foi’. Não o preenche com um ‘isso quer dizer’. A força referencial não se confunde com qualquer poder de verdade. **A contingência ontológica não aumenta com uma hermenêutica.** (DUBOIS, 1993, p. 85, grifos meus).

Portanto, da mesma forma que o referente linguístico, a fotografia passará a produzir efeitos de sentidos de acordo com as condições de produção e as posições discursivas envolvidas, ou seja, de acordo com uma relação construída discursivamente. Segundo Soares (2006b), as fotografias constroem sentidos,

Mas esses sentidos são construídos [...] a partir do seu diálogo com o verbal, porque ela não ‘vale por mil palavras’ e **não é a prova definitiva do que ali está enquadrado**, apesar de, **da mesma forma como o discurso jornalístico, se pretender objetiva, neutra, imparcial e verdadeira.** (p. 173, itálicos do autor, grifos meus).

Ao analisar o uso de imagens fotográficas nas reportagens que abordam as *cotas para negros*, pretendo traçar o modo como as fotografias estão produzindo

efeitos de sentidos no discurso de *Veja*, tendo a perspectiva discursiva da AD, considerando as fotografias atravessadas materialmente pelo ideológico e construindo efeitos de sentidos sobre as *cotas* de acordo com o encaminhamento discursivo que constitui o posicionamento do periódico.

Sobre o tema “*cotas raciais*”, o semanário utiliza algumas estratégias básicas na exposição das imagens fotográficas. Tendo como base essas estratégias, selecionei as fotos para a discussão. A prática utilizada pelo periódico pode ser resumida em: trazer negros ou brancos contrários às *cotas* em poses sérias, quando são descritos como “injustiçados”, em oposição aos negros cotistas sorrindo; imagens de negros “vencedores”, também sorrindo, e que se alinham ao discurso do periódico; uso de simetria de cores em oposição, reforçando os efeitos de sentidos sobre as *cotas* (“divisão”).

Dentre as estratégias na utilização de imagens, uma delas é a de trazer de negros contrários à efetivação das *cotas*, como na Foto 1.

Especial

leto que tramita no Senado é que ele pretende institucionalizar as cotas. A ideia conta com forte apoio oficial e, felizmente, com a oposição de muitas lideranças negras do país que emergem no favorecimento das cotas em risco para todos. Como é de praxe quando se contraria uma decisão oficial do governo, a retaliação é automática. Diz Leão Alves, do movimento Nação Mestiça: “Não apóiam as cotas, como é o meu caso, significa abrir mão de financiamentos e cargos públicos”.

A contaminação ideológica do projeto é seu ponto fraco. Por qual critério se chegou ao percentual de 50% das vagas das universidades federais para cotistas? Segundo o ministro Edson Santos, da Secretaria da Igualdade Racial (Seprei), pelo critério da “sensibilidade”. Acontece que, para preencher todas essas vagas, será necessário admitir alunos classificados entre os piores no vestibular. O matemático Renato Pedrosa, um dos coordenadores do vestibular da Unicamp, fez simulações com base na lei e concluiu: “Cotistas entrarão com notas até 25% mais baixas do que os aprovados apenas pelo mérito e não conseguiriam ter um bom desempenho ao longo do curso”. Outro efeito da pressão das ONGs negras é que um mecanismo para beneficiar candidatos de baixa renda só foi incorporado ao projeto na última hora, e quase como um remendo. A redação da lei deixa no ar muitas dúvidas, entre as quais se um branco pobre saído da escola pública poderá se beneficiar das cotas.

Estabelecer cotas pelo critério econômico, que leve em conta também o mérito, é uma saída que tem sido estudada. O próprio ministro da Educação, Fernando Haddad, hoje defensor das cotas raciais, já afirmou preferir as cotas para os pobres. Em teoria, esse modelo seria menos problemático do que aquele que gira em torno de raça — mais, especificamente, no favorecimento oficial de um grupo racial em detrimento de outro. Diz o sociólogo Demétrio Magnoli: “Políticas baseadas na raça são a negação do princípio fundador da democracia, segundo o qual as oportunidades das pessoas estão em aberto — e não predeterminadas por suas origens”. Alguns

dos das maiores e mais vergonhosas tragédias da história foram plantadas, cultivadas e colhidas pelo ódio racial produzido por políticas públicas racistas — a escravidão, o misticismo e o apartheid. É ingenuidade pensar que o progresso social se acelera quando o estado inverte o sinal de modo que um grupo racial historicamente derrotado possa, finalmente, triunfar sobre seus algozes. Isso produziria mais ódio.

A experiência histórica mais formidável no campo da consciência racial sob o regime da lei tem dos Estados Unidos, em especial das decisões emanadas da Suprema Corte. A ênfase das melhores decisões da Suprema Corte americana sobre esse assunto foi colocada no abrandamento das tensões raciais pela produção de leis justas para todos os cidadãos, sem distinção. “A imagem da Justiça tem os olhos vendados. Sua filha, a lei,

não pode distinguir cor”, resumiu o juiz John Marshall Harlan (1833-1911). Mas não existe racismo nos Estados Unidos? Existe, e ele é forte mesmo com a presença do negro Barack Obama na Casa Branca. O que não existe nos EUA e não deveria haver no Brasil é o acirramento do ódio e das divisões raciais promovido pelo estado. Adverte o sociólogo Simon Schwabertanz: “O que deveria ser uma discussão racional sobre o sistema de ensino no Brasil tornou-se um debate passionista e ideológico”. Nas páginas seguintes, esta reportagem oferece seis razões pelas quais o projeto de cotas que tramita no Senado deve ser examinado com redobrada atenção.

“TRAIDORES DA RAÇA”
É assim que militantes de grupos de combate ao racismo, como os que ilustram estas páginas, são chamados pelos colegas: no movimento negro, quem é contra as cotas perde financiamento e cargos públicos.

O ESTADO NÃO DEVE LEGISLAR SOBRE RAÇA

Estabelecer direitos distintos com base na cor da pele, como prevê o atual projeto, significa dar amparo legal à ideia de que negros e brancos devem ser tratados diferentemente — em oposição ao que diz a própria Constituição brasileira. É uma armadilha. A guisa de reparar uma injustiça coletiva histórica e socialmente definhada, encontra-se por lei uma discriminação indecifrável que recai sobre cada indivíduo tendo como base certos caracteres físicos que se aceitam como determinadores de sua raça. Isso equivale à oficialização do racismo. Com outras intenções, foi essa mesma ideia adotada a base do único regime contemporâneo erguido sobre o conceito de separação racial, o apartheid da África do Sul, que de 1948 até ser desmontado, em 1994, justificou a segregação entre grupos de pessoas e a supremacia de um deles, os brancos, sobre outro, os negros. Raça é hoje um conceito desmoralizado pela ciência,

pois podem ser medidas mais variações genéticas entre dois indivíduos do que entre um loiro e um negro. Raça não é, portanto, base sólida para legislar. Nos Estados Unidos, país com longa experiência em ações afirmativas, caminha-se na direção justamente oposta à que pretende o Brasil. A Suprema Corte americana nos anos 70 julgou inconstitucionais as cotas para negros e outras minorias. Recentemente, também considerou inconstitucional o “Mito” nas notas que algumas universidades instituíram para ajudar no ingresso dos estudantes negros. Resumiu o juiz Anthony Kennedy em um voto sobre as ações afirmativas: “Preferências raciais, quando concebidas pelo estado, podem ser a mais segregacionista das políticas, com o potencial de destruir a confiança na Constituição e na ideia de igualdade”. Incriminado a responder sobre a própria cor no último censo escolar, 60% dos alunos brancos deixaram a questão em

branco. A maioria dos brasileiros também não se define com base na raça. Conclui a antropóloga Yvonne Maggie: “A luta contra o racismo consiste em destruir essa identidade racial — e não em reforçá-la”. Inopor cotas raciais por lei pode ir contra o bom senso e contra a realidade brasileira, acirrando divisões apenas embrionárias na sociedade.

DEFINIR QUEM TEM DIREITO ÀS VAGAS COM BASE NA COR DA PELE SERÁ FONTE DE POLEMICAS INFUNDÁVEIS E INJUSTIÇAS IRREPARÁVEIS

A biologia do ensino médio explica que o biótipo (carga genética) não tem manifestação completa e automática sobre o fenótipo (aparência). Isso significa que pessoas de ancestralidade negra podem parecer menos negras do que alguns brancos com um “pé na corinha”, como era comum no passado se referir a brancos com algum antepassado negro na família. Na Universidade de Brasília, uma das primeiras a implantar o sistema de cotas no país, uma comissão foi forma-

18 | 4 DE MARÇO DE 2009 | VEJA



Foto 1: “TRAIDORES DA RAÇA”. É assim que militantes de grupos de combate ao racismo, como os que ilustram estas páginas, são chamados pelos colegas: no movimento negro, quem é contra as cotas perde financiamento e cargos públicos”. (Revista *Veja*, “Uma segunda opinião”, 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

A composição fotográfica é claramente montada: as pessoas que compõem a fotografia posaram diante da lente. Também é importante notar a escolha efetuada, uma vez que poderiam ser trazidas pessoas caucasianas, como especialistas consultados pelo semanário sobre o tema e “lideranças” *pró-cotas*. Como no caso do esquecimento número 2, em que determinadas palavras são ditas em detrimento de outras, a imagem fotográfica utilizada por *Veja* é construída em detrimento de outras possibilidades, pois ela é a que melhor sintetiza a posição discursiva da qual a revista parte, nas condições de produção discursivas existentes; o que se quer “ilustrar”, reforçando o argumento de as *cotas* serem um “anacronismo”, é que se trata de uma imposição, à qual as próprias “lideranças negras” se opõem. Destarte, para sustentar o seu argumento, é evidente, a partir da FD da qual a revista parte, que essa composição imagética é a que melhor “ilustra” os seus apontamentos.

Veja traz na legenda da imagem a denominação que, segundo o semanário, esses “militantes” ou “lideranças negras” recebem dos seus “colegas” favoráveis às *cotas*: “traidores da raça”.

É produzida a evidência de um “movimento negro” geral que comportaria um grupo manipulado, repercutindo a relação entre o direcionamento do “movimento” favorável às *cotas*, através de financiamentos e cargos públicos.

Cabe atentar que a expressão “traidores da raça” dada como denominação às pessoas que “ilustram” a matéria, proferida por seus “colegas”, demonstra, em primeira instância, a divisão existente na FD *pró-cotas*, pois expõe que no “movimento” não existe consenso sobre o tema. Isso permite a produção do efeito de sentido de que os “cargos públicos” e o “financiamento” asseguram o apoio ao governo na efetivação dessa política, construindo uma perspectiva positiva para as “lideranças” apresentadas por *Veja*, como se dissesse: “vejam, essas pessoas resistiram, não sucumbiram à pressão ‘ideológica’”.

É importante notar, também, que os “militantes” que se alinham à FD de *Veja* são descritos como pertencentes a “grupos de combate ao racismo”, em oposição aos seus “colegas” do “movimento negro”. Apesar de não estar dito, pode-se inferir que, se os militantes contrários às *cotas* combatem o racismo, os “colegas” pertencentes ao “movimento negro” têm um posicionamento distinto desse, isto é, que são favoráveis à “racialização” do país. Só pode ser “racializada” uma sociedade que ainda não foi. Há, novamente, o pré-construído que universaliza as relações raciais no Brasil como se não fossem contraditórias.

Na Foto 2, a imagem segue o mesmo mecanismo de seleção, como apontei acima; isto é, poderia ser outra fotografia, porém, os “alunos” que “ilustram” a matéria não foram contemplados pela produção da melanina.

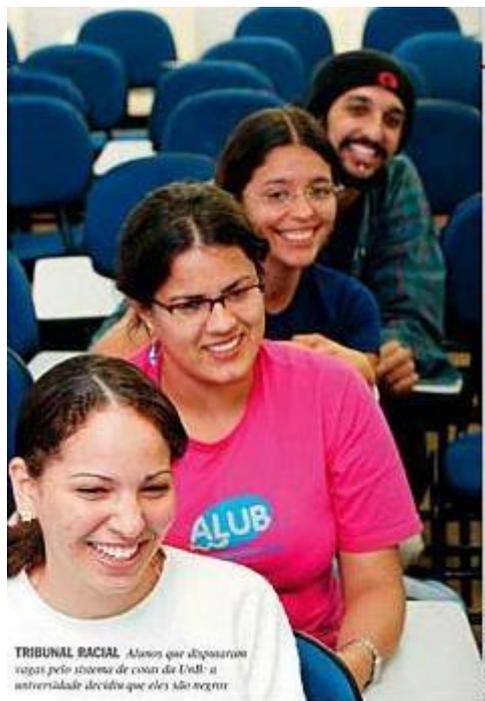


Foto 2: "TRIBUNAL RACIAL. Alunos que disputaram vagas pelo sistema de cotas na **UnB: a universidade decidiu que eles são negros**". (Revista *Veja*, "Uma segunda opinião", 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

Veja mostra a contradição existente, pois alunos com traços que não correspondem ao padrão fenotípico da etnia negra estão entre os estudantes que “disputaram vagas pelo sistema de cotas”. Portanto, a fotografia, nesse processo de produção de efeitos de sentidos, fica sob a evidência de uma realidade “fidedigna”, de ser um fato inquestionável. Dessa forma, pode-se afirmar que a “universidade decidiu que eles são negros”. Nas abordagens do semanário, nos momentos nos quais o estudante cotista foi retratado, sempre esteve sorrindo (ver Foto 4, abaixo). Já os estudantes que não foram selecionados, negros ou caucasianos, foram apresentados com uma expressão mais contida e séria (Fotos 5 e 6, abaixo).

Essa foto passa pelo mesmo processo da Foto 1, i.e., os alunos posaram para o fotógrafo. Não foi fotografada uma sala de aula com a totalidade dos alunos, mas alunos cotistas sentados e enfileirados preenchendo o espaço (a sala de aula).

A Foto 3 traz e reforça o efeito de sentido sobre as *cotas* a partir da simetria e da oposição das cores que cercam a imagem, do bebedouro sofisticado *versus* o bebedouro simples, da presença do negro *versus* a ausência do caucasiano, além

das inscrições contidas na fotografia (*White/colored*): o efeito de sentido da “divisão” do “Brasil”. Pode ocorrer também o efeito de as cotas serem um “puxadinho”, uma “gambiarra”, de este ser o “jeitinho” brasileiro, sentido esse produzido pelo bebedouro dedicado ao uso dos negros (*colored*) ao lado do outro que deve ser utilizado pelos caucasianos, sob o significante “BRASIL”.

Especial

QUEREMOS DIVIDIR O BRASIL

BRASIL COMO NA FOTO?

“Não”, é a resposta que resulta da leitura de *Uma Gota de Sangue*, de Demétrio Magnoli, um livro ambicioso que investiga as origens ideológicas das cotas raciais

“Cada homem é uma raça.” A frase, título de um livro do escritor moçambicano Mia Couto, sintetiza a ideia de que cada indivíduo tem sua história, seu repertório cultural, seus desejos, suas preferências pessoais e, é claro, uma aparência física própria que, no conjunto, fazem dele um ser único. Outros raciais são, portanto, arbitrários e injustos. Mia Couto, com sua concepção universalista da humanidade, é citado algumas vezes em *Uma Gota de Sangue* — *História do Pensamento Racial* (Contexto, 400 páginas, R\$ 99,90 reais), do sociólogo paulista Demétrio Magnoli, recém-chegado às livrarias. Trata-se de uma dessas obras ambiciosas, raras no Brasil, que partem de um enfoque de pesquisa histórica monumental para elucidar um tema da atualidade. Magnoli estava intrigado com o avanço das cotas para negros no Brasil e resolveu investigar a raiz dessas medidas afirmativas. O resultado é uma análise metódica da evolução do conceito racial no mundo. Descobre-se em *Uma Gota de Sangue* que as atuais políticas de cotas derivam dos mesmos pressupostos clássicos sobre raça que embasaram, num passado não tão distante, a segregação oficial de negros e outros grupos. A diferença é que, agora, esse velho pensamento assume o nome de multiculturalismo — a ideia de que uma nação é uma colcha de retalhos de etnias que formam um conjunto, mas não se misturam. É o racismo com nova pele.

Em todos os povos ou períodos da história, a sensação de pertencimento a uma comunidade sempre foi construída com base nas diferenças em relação aos que estão de fora, “os outros”. Muitas tribos indígenas brasileiras, por exemplo, chamam a si próprias de “homens” ou “gente” e designam pejorativamente integrantes de outros grupos — esses são “seres inferiores” ou “matizes chatos”. O filósofo grego Aristóteles considerava a “raça helênica” superior aos outros povos. Mas até o Iluminismo, no século XVIII, a humanidade não recorria a três raciais para justificar a escravidão — tratava-se de uma decorrência natural de conquistas militares. A postulação de que todos os homens nascem livres e iguais criou, porém, uma tensão a fim de embasar o domínio de povos europeus e seus descendentes sobre as populações colonizadas ou escravizadas, começou-se a elaborar uma divisão sistemática de raças, com pretensões científicas. No século XIX, esse pensamento atingiu seu ápice, com a apropriação das teses darwinistas de seleção natural. Os teóricos do racismo científico trataram de estabelecer hierarquias entre os grupos humanos com base em fundamentos biológicos. Com a gradual abolição da escravidão, o racismo científico foi usado para justificar o imperialismo ocidental na África e na Ásia.

Magnoli descreve como duas visões de mundo opostas estiveram em constante tensão ao longo da história mundial recente. A primeira vê a mesma espécie humana dividida em raças que se distinguem por ancestralidades diferentes, expressas em traços físicos e culturais. Os arautos dessa ideia podem ser chamados, genericamente, de racistas. A segunda visão, antirracista, nega a separação da humanidade em categorias imutáveis e acredita no princípio da igualdade entre as pessoas. Representam a linha de pensamento antirracista personalidades como o líder sul-africano Nelson Mandela e os americanos Frederick Douglass, abolicionista do século XIX, e Martin Luther King, líder do movimento em defesa dos direitos civis. Entre os racistas, figuram o presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt, o ditador alemão Adolf Hitler e o ativista negro americano Malcolm X. O exemplo do regime de Hitler na Alemanha não aparece no livro para tentar provar a tese de que todo pensamento racista leva ao genocídio, o que obviamente não é verdade, mas para demonstrar o extremo a que se pode chegar quando o estado impõe critérios de raça. A crença de Theodore Roosevelt e outros governantes na superioridade dos brancos sobre os negros não levou a uma política de extermínio, como ocorreu na Alemanha. Para Magnoli, a exploração está nas dife-

BRANCOS E NEGROS SEPARADOS Acima, bebedouros reservados com base em raça, na Carolina do Norte, em 1950. A regra da gota única de sangue negro legitimava as leis americanas de segregação

Uma Gota de Sangue
História do Pensamento Racial
Demétrio Magnoli

VEJA | 2 DE SETEMBRO 2009 | 133

Foto 3 “BRANCOS E NEGROS SEPARADOS. Acima, bebedouros reservados com base em raça, na Carolina do Norte, em 1950. A regra da gota única de sangue negro legitimava as leis americanas de segregação”. (Revista Veja, “Queremos dividir o Brasil como na foto?”, 2 de setembro de 2009, edição 2128, grifos meus).

A imagem fotográfica produz o efeito da divisão reforçando que a “separação” entre negros e caucasianos ocorreu em outro país e não no Brasil. Assim, é possível afirmar que há uma evocação não dita, mas que está presente e constituindo o intradiscurso, como indicam as expressões “queremos”, “dividir” e “como na foto?”. Dessa forma, há como caracterizar outros enunciados constituindo o discurso transverso de que, “como todo mundo sabe/pode ver”:

- 1) No Brasil não houve/há divisão entre negros e caucasianos.
- 2) O Brasil se diferencia de outros países na questão racial.

Há a construção de uma perspectiva negativa e de diferenciação em relação à imagem fotográfica e sobre as cotas para negros. Essa perspectiva está baseada

em um enunciado que pode ser sintetizado por “o que nós não queremos para o Brasil”. A FD da qual a revista *Veja* parte, produz um discurso que afirma não querer para o Brasil uma composição imagética como a retratada na fotografia, ao mesmo tempo em que produz o discurso sobre o tema como mecanismo que pode desencadear a “divisão” entre caucasianos e negros “**como** na foto” (grifo meu). É criada uma relação de equivalência entre a fotografia e as *cotas*, relação essa enunciada pela conjunção “como”. Da mesma forma que a imagem fotográfica é tomada como síntese da segregação “racial” americana, a eminente divisão do Brasil pela política de *cotas para negros* é sintetizada a partir da fotografia⁷⁵. É construída a perspectiva de que a foto fala por si, mesmo não sendo isso o que ocorre:

Se no discurso pedagógico autoritário cabe ao professor fazer a mediação entre o saber científico e os aprendizes de tal modo que, **com base em citações de autoridade e afirmações categóricas** (dentre outras estratégias), os alunos se veem diante de verdades incontornáveis – no professor está a verdade –, sentindo-se, portanto, tolhidos a fazer qualquer questionamento, **no discurso jornalístico mascara-se um apagamento da interpretação** em nome **de fatos que falam por si**. Trata-se de imprimir a imagem de uma **atividade enunciativa que apenas mediatizaria** – ou falaria *sobre* – da forma mais literal possível um mundo objetivo. (MARIANI, 1998, p.62, itálico da autora, grifos meus).

É por essa didatização, esse reforço do mesmo, tanto na forma escrita, quanto imagética, que se pode pensar no discurso de *Veja* como sendo do tipo autoritário, o qual traz um posicionamento e o reforça sempre que possível, como é o caso da seleção da bolsa de estudos para ingresso no Itamaraty. O semanário explora a existência da “raça como ideologia”, mostrando duas jovens, Mariama da Silva e Sabyane Regis, que tentaram ingressar na diplomacia, porém, Mariama “ganhou a bolsa” e “Sabyane não”.

⁷⁵ Relação metonímica.



Foto 4

Foto 5

“RAÇA COMO IDEOLOGIA. Desde 2002, o Itamaraty mantém um programa de bolsa de estudos, no valor de 25000 reais, para ‘afrodescendentes’ que pretendem seguir carreira diplomática. A bióloga Mariama da Silva, de 26 anos, de São Paulo, e a veterinária Sabyane Regis, de 35 anos, de Salvador, inscreveram-se no programa em 2005. **‘Durante o processo de seleção, contei como é viver neste país, onde o preconceito é velado’**, diz Mariama (à esquerda). Sabyane (à direita) não abordou a questão racial. **‘Os avaliadores queriam ouvir uma situação de discriminação, mas eu não tinha nada para contar’**, diz ela. **Mariama ganhou a bolsa; Sabyane, não.** O edital para o programa **não faz segredo** sobre os critérios de seleção: ‘a experiência como negro’ do candidato está no topo da lista de prioridades”. (Revista *Veja*, “Queremos dividir o Brasil como na foto?”, 2 de setembro de 2009, edição 2128, grifos meus).

O sorriso e a seriedade esboçados nas fotos, respectivamente, da bolsista e da não selecionada no programa do Itamaraty, reforça o efeito de sentido da injustiça, do problema que é a “ideologização” da seleção de “afrodescendentes”. Essa construção produz imaginariamente o cotista como alguém que pode mentir ou falar o que se deseja ouvir para atingir seus objetivos (o malandro). A exposição de duas jovens negras produz as cotas como sendo uma prática ruínosa para os próprios negros, principalmente para aqueles que preferirem “não mentir”, como destaca a reportagem ao citar o caso de Sabyane.

As duas imagens (Fotos 4 e 5) buscam retratar as duas jovens em ambientes relacionados às suas atividades. Na foto 4, Mariama está apoiada sobre uma pilha de livros, produzindo o efeito do estudo, de ser estudante de biologia – como mostra a inscrição da camiseta “Biologia” e, talvez, da desnecessidade da estudante de utilizar o mecanismo das cotas. Na Foto 5, Sabyane posa vestindo um jaleco

branco, no interior do que pode ser um laboratório/consultório, reforçando a sua atividade como veterinária. Esses traços que marcam as imagens estão sob a evidência de ser “mesmo assim”, da reprodução de uma realidade, porém produzindo o efeito de sentido que constrói as *cotas* como algo “ideológico” e prejudicial (“Raça como ideologia”).

A seriedade da jovem “não selecionada” da Foto 5 se aproxima da foto que retrata um estudante que não atingiu o seu objetivo no vestibular. Em pose séria, ao lado de uma pilha de livros, é reforçado o empenho do jovem para conseguir uma vaga na universidade. Segundo Dubois (1993), como demonstrei acima, a fotografia funciona como os dêiticos na linguagem, apontando para algo; nesse caso, a imagem exhibe um jovem desapontado (injustiçado), devido à existência da seleção de cotistas negros.

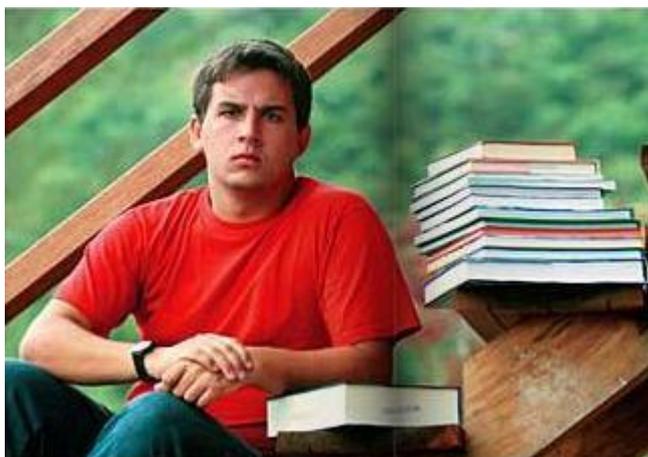


Foto 6: “A NOTA ALTA NÃO BASTOU. O gaúcho Getúlio Ost teve **ótimo desempenho** no vestibular da UFRGS, **mas ficou sem a vaga**: ‘Estudei muito, **mas perdi meu lugar para um cotista**’”. (Revista *Veja*, “Uma segunda opinião”, 4 de março de 2009, edição 2102, grifos meus).

Devo dizer que o retrato do jovem que se diz prejudicado pelas *cotas*, com as feições sérias, segue uma racionalidade, ou seja, ser prejudicado e expressar através da fisionomia a sensação de “perder” a vaga no vestibular. De outra forma, o sorriso dos cotistas (Fotos 2 e 4, acima) pode ser considerado pela perspectiva da ilegitimidade, por produzir nas respectivas imagens a contradição e a questão “ideológica” presente nas seleção dos alunos. Nesse caso, as fotografias expõem e reforçam, através das expressões faciais, os efeitos de sentidos que tomam também

o texto escrito: *cotas* = “política protetora”/“privilégios” *versus* “desempenho”/“estudar muito”.

Por outro lado, o uso de imagens análogas à estampada na Foto 4, isto é, a do sorriso da jovem que conseguiu a bolsa na seleção do Itamaraty, ocorre em outras matérias que retratam pessoas negras sorrindo, porém produzindo outros efeitos de sentidos, pois estão alinhados à perspectiva discursiva da FD da qual o semanário é constituído. Vejamos:



Foto 7: “Íris Barbosa. **Pobre na juventude**, a paulistana **estudou em escolas públicas**, formou-se, fez pós e hoje **é diretora de uma multinacional**”. (Revista *Veja*, “Queremos dividir o Brasil como na foto?”, 2 de setembro de 2009, edição 2128, grifos meus).



Foto 8: “**COTAS, NEM PENSAR.** Filho de **pais de origem pobre** que conseguiram o feito de **diplomar-se em medicina**, o carioca André Oliveira, 52 anos, **recebeu em casa não só**

o exemplo do extremo esforço, mas também todos os incentivos para avançar. **Mestre em finanças e com uma bem-sucedida carreira em multinacionais**, ele diz: **‘A política de cotas é um estímulo ao comodismo – e não ao mérito’**”. (Revista *Veja*, “Negros rumo ao topo”, 25 de agosto de 2010, edição 2179, grifos meus).



Foto 9: “O MOTOR DA EDUCAÇÃO. A primeira negra no país a ocupar o posto de desembargadora federal, Neuz Maria Alves, 59 anos, foi criada pela mãe, que trabalhava como empregada doméstica. **Seu exemplo de ascensão é raro. À custa de muito estudo, ela chegou à universidade** – tempo em que não tinha dinheiro sequer para o ônibus – **e passou no concurso para juíza**. Mãe de três filhos, Neuz comemora: ‘Eles terão um caminho mais fácil’”. (Revista *Veja*, “Negros rumo ao topo”, 25 de agosto de 2010, edição 2179, grifos meus).

Essa sequência de imagens fotográficas expõem, segundo o periódico, exemplos de negros “vencedores”, os quais, sem qualquer espécie de “cota racial”, ascenderam socialmente. Assim, além de reforçar a ideia do esforço individual e da educação superior como alternativas à implementação das cotas, produz o imaginário do negro cotista como acomodado, pouco esforçado, através do que não é dito nas legendas.

Diferentemente do sorriso dos alunos cotistas, a expressão das pessoas retratadas nas Fotos 7, 8 e 9 produzem o efeito da legitimidade, por estarem amparadas no “esforço individual”; é o sorriso e a alegria de um “vencedor”. Outro fator que deve ser destacado é a diferença de idade das pessoas retratadas como “vencedoras”, pessoas mais velhas em relação aos alunos cotistas e não cotistas. Essa diferença mostra como as formações imaginárias definem uma pessoa

vitoriosa que, após muitos anos de estudo e trabalho, consegue atingir algum cargo ou função de destaque, seja no serviço privado ou público.

Nessas imagens, além do sorriso, a postura e as vestes produzem o “vencedor” segundo os encaminhamentos discursivos do “livre mercado”, pessoas que gerenciam outras, que operam o direito (as leis) que rege o sistema constituído. O reforço e a naturalização das contradições de classe e étnicas são produzidos pelo discurso que constrói apenas o caminho do mérito e esforço pessoal como os legítimos a serem seguidos e preservados.

Nesse sentido, o uso da imagem fotográfica na imprensa passa sempre pelo crivo discursivo/ideológico. A cada dia nos tornamos mais obcecados pela imagem, pelo padrão de qualidade que a imagem pode ser produzida e não nos damos conta, muitas vezes, da sua constituição ideológica.

4.3 O PROCESSO DISCURSIVO EM VEJA

Estas linhas sintetizam o que foi discutido sem a pretensão de esgotar suas possibilidades, pelo fato de o discurso não ser apreensível em sua totalidade. Nos *trajetos discursivos* que as *cotas para negros* tomaram nas páginas de *Veja*, há como destacar algumas especificidades desse processo. *Veja* utiliza algumas estratégias discursivas para produzir o consenso sobre o tema, a partir do seu posicionamento que pouco deixa espaço para o debate “aberto”.

Essas estratégias podem ser compreendidas por alguns mecanismos: 1) Consulta a um grupo de pessoas (que se revezam) com algum tipo de relação com o tema, o que permite ao periódico respaldar-se enquanto discurso imparcial e produzir simultaneamente um discurso de autoridade, por estar na “verdade”. O ápice dessa estratégia é a consulta aos “especialistas”; 2) Presença, dentre as pessoas entrevistadas sobre o tema, de negros que se opõem às *cotas*. Desse grupo uma segunda divisão pode ser traçada: 2.1) dirigentes de organizações negras ou movimentos sociais que buscam combater o preconceito, a discriminação e o racismo; 2.2) negros que se destacaram social e economicamente sem a necessidade das *cotas* e que afirmam a importância do mérito individual.

Assim, duas FDs predominantes podem ser traçadas: a FD *pró-cotas* e a FD *anticotas*, na qual *Veja* se constitui. Apesar de ser perceptível a presença da FD *pró-*

cotas nas páginas do semanário, isso acontece sob o filtro discursivo do posicionamento de *Veja*, ocorrendo na forma da negação, da ironia e, principalmente, do silenciamento dos seus argumentos e reivindicações. A FD *pró-cotas* surge algumas vezes reforçando a imagem de que o semanário coteja distintas opiniões, como espaço de discussão. Senão, esta FD surge como deslizamento.

A FD que constitui o discurso de *Veja* sobre o tema produz o mérito individual como instrumento que erradica as disparidades étnicas, opondo esse às *cotas para negros*. Os argumentos da FD contrária às *cotas* estão sustentados, desse modo, primordialmente, nos pré-construídos da democracia racial e da igualdade jurídica entre os indivíduos, como, também, no mérito individual, que surge como já-dado e instituído. Produzem-se, assim, as *cotas* pela insígnia da divisão e da “racialização” da sociedade brasileira, apagando outras possíveis leituras das relações étnicas nacionais.

O negro, como apontei, ao refletir sobre a possível *equação linguística* que poderia ser pensada, está imaginariamente presente de duas formas:

1- Negro geral (não cotista):

- a) O negro bom: repercute e se alinha à FD de *Veja*. Considerado um elemento essencial na miscigenação das etnias: pacífico e passivo;
- b) O negro mau: não se filia ao posicionamento da revista. Reivindicador. Tratado como elemento desagregador da sociedade e manipulado pelo governo;

2- Negro cotista: usufrui algo pelo que não precisou se esforçar para obter; é acomodado, porém usa o caminho das *cotas* para entrar na universidade ou no serviço público, dizendo-se discriminado (malandro). É elemento provocador de injustiças, ao ocupar a vaga de quem havia conquistado pelo mérito individual.

Apesar de estarem em constante oposição discursiva, cabe salientar que esse processo envolvendo as duas FDs predominantes está imerso e orientado pelos pressupostos do liberalismo econômico. A FD *pró-cotas* luta pela maior inserção do negro nesse sistema. Portanto, há duas FIs intrincadas, constituindo os dizeres: uma ligada à ideia de que, exclusivamente, os pressupostos do mercado devem ser os regradores das políticas, tanto econômicas, quanto sociais (Estado mínimo), que produz e constitui majoritariamente a FD da qual *Veja* vislumbra as

cotas; a outra FI também está conectada à perspectiva do liberalismo, mas é constituída pela ideia do Estado garantidor do *bem estar social*, nos moldes hegemônicos dos anos após a década de 1930, passando pela Segunda Guerra Mundial até a década de 1960. Dessa maneira, essas duas FIs constituem os dizeres em oposição, sendo que, respectivamente, em uma, a inserção do negro deve ocorrer pelo mérito e as leis do mercado; na outra, o significante “inclusão” repercute de maneira positiva e traça as *cotas para negros* como algo que deve ser encapado pelo Estado “provisoriamente”, em uma espécie de “discriminação positiva”.

“Só se enuncia de um lugar ou posição discursiva. E a imprensa não escapa desta injunção ao dizer. Vimos que o discurso jornalístico é cego à historicidade que o atravessa. Diremos, agora, que esta cegueira é constitutiva da enunciação jornalística”.

Bethania Mariani (1998)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto foi escrito com base em três eixos distintos, que são interdependentes. O primeiro se referiu aos traços históricos sobre o negro, o Movimento Negro e as *ações afirmativas*; no seio dessas, as *cotas para negros*.

O segundo eixo foi proposto como o objetivo de discutir o aparato teórico da AD, ou seja, as questões especificamente teóricas e a discussão sobre os moldes pelos quais a imprensa pode ser apreendida segundo esse viés.

No terceiro eixo, foram apresentadas as questões metodológicas que permitem a estruturação da pesquisa. Também, foi o momento no qual houve a relação com os outros dois eixos apontados anteriormente, isto é, a análise do *corpus* orientada pelas possibilidades teóricas e as condições de produção discursiva.

Portanto, o percurso que efetuei esteve orientado pelo propósito de trazer, em um primeiro momento, questões referentes à inserção do negro e às interpretações que, com o passar do tempo, foram produzidas sobre essa parcela da população, além da resistência e da organização durante o século XX, as quais levaram à discussão das *ações afirmativas*, quando o século já terminava. Esses apontamentos ocorreram justificados por um fato simples: não há como se referir às *cotas para negros* no Brasil sem traçar a presença e as reivindicações políticas dessa etnia.

Após explanar sobre as questões teóricas e, também, sobre as que envolvem a imprensa enquanto instituição, abordei o *corpus* buscando traçar aspectos da constituição do discurso sobre as *cotas para negros* nas páginas de *Veja*.

Dessa maneira, pode-se considerar que *Veja* se opõe às *cotas* sustentada por dizeres de especialistas de diversas áreas; na oposição de negros às *cotas*, apontando que os negros podem ascender socialmente de maneiras distintas e não pela aplicação dessa ação afirmativa. Assim, o semanário reforça o ritual no qual está constituído, sob o efeito imaginário de ser um “meio de comunicação” isento/imparcial.

O discurso do semanário ocorre no período em que as *cotas* estão em discussão tanto no Congresso Nacional como no STF. A utilização de um grupo de pessoas (“lideranças negras” e “especialistas”) que está envolvido no processo de discussão das *cotas* no legislativo e no judiciário, aliado aos efeitos de sentidos do

“perigo”, do “risco” e da “divisão”, demonstra o posicionamento do periódico com o intento de didatizar o tema segundo a sua constituição ideológica.

Nesse processo, o Movimento Negro é silenciado, pois suas reivindicações, como é o caso das *cotas para negros*, são produzidas sob o efeito de sentido da imposição de um grupo político específico (Presidente Lula/Governo “petista”/“ideólogos”) e não como resposta às exigências históricas e pressões do Movimento. Ocorre, assim, através do silenciamento, uma inversão da origem dessa política, apagando parte das condições de produção que levaram à proposição do tema.

O periódico produz imaginariamente o negro de acordo com a sua constituição discursiva, trazendo um negro bom e pacífico, que compõe a ideia da democracia racial e da cordialidade étnica brasileira. Nesse mesmo caminho, o da produção do negro bom, ocorre a produção do negro “vencedor”, o qual, através do estudo e de muito esforço, consegue se sobressair, atingindo altos cargos em multinacionais ou no serviço público. Esse discurso, além de estar sustentado na ideia de que não há discriminação pautada em questões étnicas, está ancorado, também, no pré-construído do mérito individual, considerado pelo semanário uma instituição que pode ser abalada pela efetivação das *cotas*.

Desse modo, através dos efeitos de sentidos que produzem o mérito como a alternativa para findar a disparidade étnica em oposição às *cotas*, o semanário naturaliza e reforça as contradições de classe do modo de produção capitalista, no qual não há espaço para que todos os negros (ou qualquer outra etnia) sejam “vencedores” e ocupem as melhores posições no setor privado ou público.

Os pré-construídos da democracia racial, do mérito individual aliado a outro, isto é, o da igualdade jurídica, em que nenhuma distinção entre as pessoas deve ser aceita, produz o negro mau. Esse negro é o que reivindica e nega a existência da democracia racial ao dizer que há preconceito, discriminação e racismo.

Já o cotista surge como ideologizado pelo governo e como o malandro que reproduz o dizer de que há disparidade étnica para assegurar sua vaga sem necessitar se esforçar ou “suar a camisa”.

Diferentemente da construção do negro que passa pelo viés positivo ou negativo, as *cotas* são produzidas pelo aspecto negativo. Porém, essa construção não é efetuada de maneira simplista: está embasada no pré-construído da democracia racial, do mérito e da igualdade jurídica; no discurso de especialistas de

diferentes áreas; na oposição de “lideranças negras” às *cotas*; no risco ao mérito individual; no perigo de colocar em xeque a prerrogativa legal de que todos são iguais perante a lei; no risco de instituir divisões “raciais”, até então não existentes. Portanto, os efeitos de sentidos sobre as *cotas* são formulados pelo viés da divisão, da injustiça e do perigo, sendo raros os deslocamentos desse processo nas páginas de *Veja*.

Mesmo sendo raros os momentos em que outros posicionamentos ocorram, é possível traçar deslocamentos/deslizamentos, principalmente quanto à existência da democracia racial. Há deslizamentos no uso de alguns significantes, e se percebe a presença de outros efeitos de sentidos, os quais não se alinham ao posicionamento majoritário do periódico.

As FIs que constituem os discursos podem ser distinguidas pela maneira que a inserção do negro ou a correção das disparidades étnicas são interpretadas. A FI que constitui a formulação do discurso a partir da FD *anticotas* na qual *Veja* está constituída majoritariamente vislumbra a inserção do negro a partir do mérito individual, da preparação para a competição, do investimento na educação básica (prepara para competir) e na ampliação da educação superior privada (a concorrência entre universidades diminui o valor das mensalidades).

O discurso formulado na FD *pró-cotas*, está sustentado pela FI que constitui os efeitos de sentidos da “inclusão” e da “discriminação positiva” conectados à perspectiva de que o Estado deve corrigir as disparidades entre as etnias através de políticas públicas, garantindo direitos e promovendo *ações afirmativas* que visem diminuir a disparidade que data desde o Brasil Colônia.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.
- _____. *Sobre a reprodução*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- BARBOSA, L. *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984
- BOBBIO, N. (et. al.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11 ed., 1998.
- BORGES, R. S. O já-dito e o não-dito: o papel da imprensa no debate sobre as cotas. In: SILVA, C. (org). *Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras*. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2003.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Brasília: Senado Federal, 2006.
- _____. *Projeto de Lei nº 1.332/1983*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.
- _____. *Projeto de Lei nº 3.196/1984*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.
- _____. *Projeto de lei nº 180/2008*. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=88409>. Acesso em: 23 jun. 2012.
- _____. *Estatuto da Igualdade Racial – Lei Federal nº 12.288/2010*. Brasília: Senado Federal, 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 23 jun. 2012.
- CARVALHO, C. *Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- CARVALHO, J. J. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, nº 23, p. 237-246, 2005.
- CARVALHO, F. Z. F. *O sujeito no discurso: Pêcheux e Lacan*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 265 p. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (área de concentração em Linguística, linha de pesquisa em Análise do Discurso), Belo Horizonte, 2008.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHIAVENATO, J. J. *O negro no Brasil: da senzala a abolição*. São Paulo: Moderna, 1999.

CORRÊA, T. S. A era das revistas de consumo. In: LUCA, Tania R.; MARTINS, Ana L. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

CRUZ, A. G. *Mídia e ação afirmativa: o caso da implementação das cotas na UERJ*. Niterói-RJ: UFF, 2009, 140 p. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Fluminense, 2009.

DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DOMINGUES, P. J. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* (UFF), vol. 23, 2007.

DUBOIS, P. *O ato fotográfico e outros ensaios*. São Paulo: Papirus, 1993.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes, 1987.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FANON, F. *Los condenados de la tierra*. Mexico: Fondo de cultura econômica do México, 1983.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1971.

FERNANDES, A. L. R. *Política de cotas raciais para ingresso em instituições públicas de ensino superior no Brasil: ausência de política pública*. Brasília, Curso em Legislativo e Políticas Públicas, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2011.

FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da análise de discurso no Brasil. *Cadernos de Comunicação (UFSM)*, v. 1, p. 39-46, 2003.

FINK, B. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FONTOURA, N. O.; PINHEIRO, L.; SOARES, S. S. D. Tendências Recentes na escolaridade e no rendimento de negros e de brancos. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. *Desigualdades de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. 2 V. Brasília: IPEA, 2007.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2009 [1996].

FREITAS, I. de L. *A construção discursiva do sistema de cotas na revista Caros Amigos*. São Paulo: PUC, 2011. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação

em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

FUCHS, C.; PÊCHEUX, M. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. São Paulo: Unicamp, 1997.

FURLANETTO, M. M. Sujeito epistêmico e materialidade do discurso: o efeito de singularidade. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 3, número especial, p. 91-119, 2003.

GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. São Paulo: Unicamp, 1997.

GUIMARÃES, A. S. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

HERNANDES, N. *A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. São Paulo: Contexto, 2006.

JACCOUD, L. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília, DF: IPEA, 2008.

KOSSOY, B. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. São Paulo: Pontes, 1988.

LIMONCIC, F. *Os inventores do New Deal*. Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930. Rio de Janeiro: mimeo, 2003, 289 p. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Grauação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFF, 2003.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes, 1997.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. São Paulo: Pontes, 2003.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

_____. Subjetividade e imaginário linguístico. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 3, número especial, p. 55-72, 2003.

_____. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. *EdUFMT*, Cuiabá, v.1 2, nº 1, p. 21-45, 2006.

MARTINS, A. R. N. *A polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros*. 2004. 210 p. Tese de Doutorado em Linguística, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, 2004.

MARTINS, H. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIN, F; BENTES, A. C. *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos* - Volume 3. São Paulo: Cortez, 2011.

MEDEIROS, V. G. Trajeto histórico de dois tipos de discurso relatado: o discurso direto e o discurso indireto. *Philologus*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 27, dez. 2003. Disponível em < <http://www.filologia.org.br/revista/artigo/9%2827%2911.htm>>. Acesso em: 3 abr. 2012.

MEDEIROS, C. A. *Na lei e na raça: legislação e relações raciais, Brasil - Estados Unidos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MEMMI, A. *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENEZES, P. L. *A ação afirmativa (affirmative action) no direito norte-americano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MOEHLECKE, S. *Propostas de Ações Afirmativas no Brasil: o acesso da população negra ao ensino superior*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20072003-172034/>>. Acesso em: 25 Jul. 2012.

MOURA, C. S. L. *Identidade(s) afro-mestiço-brasileira(s) no imaginário dos jornais*. Niterói: UFF, 2004. 242 p. Tese de doutorado, Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense (área de concentração em Estudos Linguísticos, linha de pesquisa em Discurso e Interação), Niterói, 2004.

MUNANGA, K. Kabenguele responde a Magnolli. *Afropress*, 2009. Disponível em <<http://www.afropress.com/colonistasLer.asp?id=633>>. Acesso em 03 de jul 2012.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7 ed. São Paulo: Pontes, 2007a [1999].

_____. *As formas de silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed. São Paulo: Unicamp, 2007b [1992].

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2008.

ORSATTO, F. L. de O. *Da aparência de crítica ao silenciamento: Veja e o discurso sobre o fracasso educacional*. Cascavel: Unioeste, 2009. 163 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2009.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5 ed. São Paulo: Pontes, 2008 [1990].

_____. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. 4 ed. São Paulo: Unicamp, 2009 [1988].

PEREIRA, A. M. "Um raio em céu azul". Reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, n. 3, pp. 463-482, 2003.

PEREIRA, A. A. Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela "reavaliação do papel do negro na história do Brasil" ao longo do século XX. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, p. 1-15, 2011.

REVISTA PLUG: 40 anos de história. De como Veja se transformou na quarta maior revista semanal de informação no mundo. 13. ed. 2008. Disponível em: <<http://cursoabril.abril.com.br/edicoes/2008/pdf/especial-veja40anos.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

REVISTA VEJA. São Paulo: Abril, 11 set. 1968, edição 1, 1968.

_____. São Paulo: Abril, 12 set. 2001, edição 1717, 2001.

_____. São Paulo: Abril, 06 jun 2007, edição 2011, 2007.

_____. São Paulo: Abril, 07 jan. 2009, edição 2094, 2009.

_____. São Paulo: Abril, 04 mar. 2009, edição 2102, 2009.

_____. São Paulo: Abril, 11 mar. 2009, edição 2103, 2009.

_____. São Paulo: Abril, 15 abr. 2009, edição 2108, 2009.

_____. São Paulo: Abril, 22 abr. 2009, edição 2109, 2009.

_____. São Paulo: Abril, 02 set. 2009, edição 2128, 2009.

_____. São Paulo: Abril, 09 set. 2009, edição 2129, 2009.

_____. São Paulo: Abril, 19 mai. 2010, edição 2165, 2010.

_____. São Paulo: Abril, 25 ago. 2010, edição 2179, 2010.

_____. São Paulo: Abril, 01 set. 2010, edição 2180, 2010.

_____. São Paulo: Abril, 09 mar. 2011, edição 2207, 2011.

_____. São Paulo: Abril, 25 mai 2011, edição 2218, 2011.

_____. São Paulo: Abril, 15 jun. 2011, edição 2221, 2011.

ROSEMBERG, F.; SILVA, P. V. B. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In: VAN DIJK, T. (org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, nº 2, ago. 1988. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141988000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 abr. 2012.

SANTOS, A. E. C. *Ação afirmativa e cotas: um percurso pela imprensa brasileira (1995 a 2002)*. São Carlos: UFSCAR, 2005. 147 p. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2005.

SANTOS, E. F. *Sambas, Batuques e Candomblés em Cachoeira-Bahia: a construção ideológica da cidade do feitiço*. Salvador: UFBA, 2007. 212 p. Dissertação de Mestrado, Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em <http://www.posafro.ufba.br/_ARQ/EdmarFerreiraSantos.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2012.

SARGENTINI, V. M. O. A descontinuidade da História: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: BARBOSA, P. N.; SARGENTINI, V. M. O. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____. A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus em Análise do Discurso. Porto Alegre, *UFRGS/II SEAD*, 2005. – Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/vanicesargentini.pdf>>. Acesso em: 1º fev. 2012.

SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e preto. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. SP: Cia das Letras, 1987.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, C. L. *Veja: o indispensável partido neoliberal*. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SILVA, G. J. *A construção do texto polêmico na mídia eletrônica: o sistema de cotas em questão*. Maringá: UEM, 2006, 181 p. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, 2006.

SILVA, J. O. *Elementos de sociologia geral: Marx, Durkheim, Weber, Bourdieu*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2004.

SOARES, A. S. F. Cartas: a teatralização do eu? In: _____. *A homossexualidade e a AIDS no Imaginário de revistas semanais (1985-1990)*. Rio de Janeiro: UFF, 2006.

235 p. Tese (Doutorado em Letras), Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal Fluminense – Niterói, RJ: 2006a.

_____. *A homossexualidade e a AIDS no Imaginário de revistas semanais (1985-1990)*. Rio de Janeiro: UFF, 2006. 235 p. Tese (Doutorado em Letras), Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal Fluminense – Niterói, RJ: 2006b.

SONTAG, S. *Ensaio sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

THEODORO, M. (org.). A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: _____. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília, DF: IPEA, 2008.

VAN DIJK, T. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

ZANELLA, A. S. *Metrópoles do futuro: o barulho por trás do ranking de Veja*. Cascavel: UNIOESTE, 2012, 118 p. Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2012.

Internet:

Entrevista com Edson Santos, ex-ministro da SEPPIR. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1276293-5598,00-MINISTRO+DA+IGUALDADE+RACIAL+DIZ+QUE+FALTA+DE+PUNICAO+ESTIMULA+CASOS+DE+RAC.html>>. Acesso em: 18 nov. 2011.